



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA GUARDA

Relatório Ambiental Final

CLIENTE **Município da Guarda**

DOSSIER
1097.20

FICHEIRO
Avaliação Ambiental
Estrategica_PDM_Guarda_
RAF_V00

DEPARTAMENTO
ENGENHARIA
Estudos e Projetos (DEEP)
DATA
Novembro 2024

MUNICÍPIO DA GUARDA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA GUARDA

Ficheiro: Avaliação Ambiental Estrategica_PDM_Guarda_RAF_V00

Data: Novembro 2024



REGISTO DE ALTERAÇÕES:

N.º REVISÃO	DATA	AUTOR	DESCRIÇÃO
0	11/11/2024	CTGA / S&M	Criação do Documento

Revisão 1:

ELABORADO:
Sobral & Monteiro Consulting, Lda.

REVISTO:
CTGA

APROVADO:
CTGA

DATA: 11/11/2024

DATA: 11/11/2024

DATA: 11/11/2024

Índice Geral

1. Introdução	5
2. Objectivos e Metodologia da AAE	6
3. Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE)	9
4. Objecto de Avaliação	11
5. Definição dos FCD	13
5.1 Quadro de Referência Estratégico	13
5.2 Questões Estratégicas	15
5.3 Convergência entre QRE e as QE	16
5.4 Factores Críticos para a Decisão	18
6. Compatibilidade	22
7. Efeitos Significativos no Ambiente	23
7.1 Biodiversidade, Fauna e Flora	23
7.2 Património e Paisagem	24
7.3 População	25
7.4 Saúde Humana	25
7.5 Bens Materiais	26
7.6 Água	27
7.7 Solo	27
7.8 Atmosfera	28
8. Análise e Avaliação por Fator Crítico para a Decisão	29
8.1 Sustentabilidade Ambiental - Análise da Situação existente	30
8.1.1 Análise da situação existente	31
□ Critério de Avaliação “Qualidade Ambiental”	31
□ Critério de Avaliação “Riscos Ambientais”	52
□ Critério de Avaliação “Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais”	60
8.1.2 Oportunidades e Riscos	68
8.1.3 Diretrizes para o Seguimento	71
8.2 Desenvolvimento Sócioeconómico	72
8.2.1 Análise da situação existente	73
□ Critério de Avaliação “Diversificação e reforço da base económica do concelho”	73
□ Critério de Avaliação “Atração e fixação de população”	80
□ Critério de Avaliação “Qualificação/formação da população”	86
8.2.2 Oportunidades e Riscos	90
8.2.3 Diretrizes para o Seguimento	92
8.3 Qualificação e Promoção do Território	93
8.3.1 Análise da situação existente	93
□ Critério de Avaliação “Qualificação do sistema urbano”	93
□ Critério de Avaliação “Valorização e promoção do território”	100
8.3.2 Oportunidades e Riscos	116

8.3.3 Diretrizes para o Seguimento.....	118
9. Controlo e Seguimento	119
10. Quadro de Governança para a Ação	121
11. Conclusão	122
12. Refêrências Bibliográficas	124
13. Índice de Figuras, Tabelas e Gráficos	126
Anexo 1 - Parecer das ERAES consultadas no âmbito da 2ª Fase do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda ...	132
Anexo 2 - Parecer das ERAES consultadas no âmbito da 1ª Fase do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda ...	147
Anexo 3 - Matrizes de afinidades entre as QE da Revisão do PDM da Guarda e o QRE.....	156

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório - **Relatório Ambiental Final**- constitui a 3ª Fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégico da Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda.

Os Instrumentos de Gestão Territorial estão sujeitos ao regime de Avaliação Ambiental Estratégica, definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, de acordo com o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

De acordo o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, “a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”

A Avaliação Ambiental Estratégica é um processo onde um conjunto de procedimentos é encadeado, devendo decorrer em paralelo com a elaboração do próprio Plano, desempenhando desta forma o seu papel de facilitador da decisão e de integração das questões ambientais e de sustentabilidade.

Nos pontos 2 a 5 do presente documento é feita uma síntese relativamente à fase anterior do processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Guarda.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA AAE

O objetivo da elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda é fornecer dados, informação aos responsáveis pela elaboração do Plano, facilitando o processo de planeamento do mesmo. Através desta avaliação pretende-se produzir um Plano melhor, onde sejam integradas as dimensões **Ambiente** e **Sustentabilidade**, contribuindo para a melhoria das práticas de Gestão Territorial.

A AAE deve ser um processo articulado com o processo de elaboração do Plano, nas suas diferentes fases, de modo a poder desempenhar o seu principal objetivo, **garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no Plano são tomados em consideração durante a sua elaboração, assegurando uma abordagem estratégica da ação de planeamento.**

O Plano Diretor Municipal da Guarda teve a sua 1ª publicação a 17 março 1994, ratificado pelo Governo em 12 de maio e publicado em Diário da República de 20 de julho do mesmo ano, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/94. Desde então, já foi objeto de 4 alterações, a última em 2022, publicada através do Aviso 4066/2022, de 24 de fevereiro, atendendo ao tipo de alterações efetuadas não careceram de sujeitar a processo de AAE.

Em março 2019, foi deliberado dar início à Revisão do Plano Diretor Municipal Guarda.

Através do processo de AAE pretendemos “identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do plano”, e, sempre que possível, formular “alternativas razoáveis” bem como a adoção de “soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis”, e desta forma desempenhar o objetivo da AAE.

A metodologia desenvolvida para a AAE da Revisão do PDM da Guarda tem por base o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” [17], “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia” [18] e “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”[9].

O esquema da Figura 1 apresenta a metodologia geral da AAE da Revisão do PDM da Guarda, onde se destacam as 4 Fases:

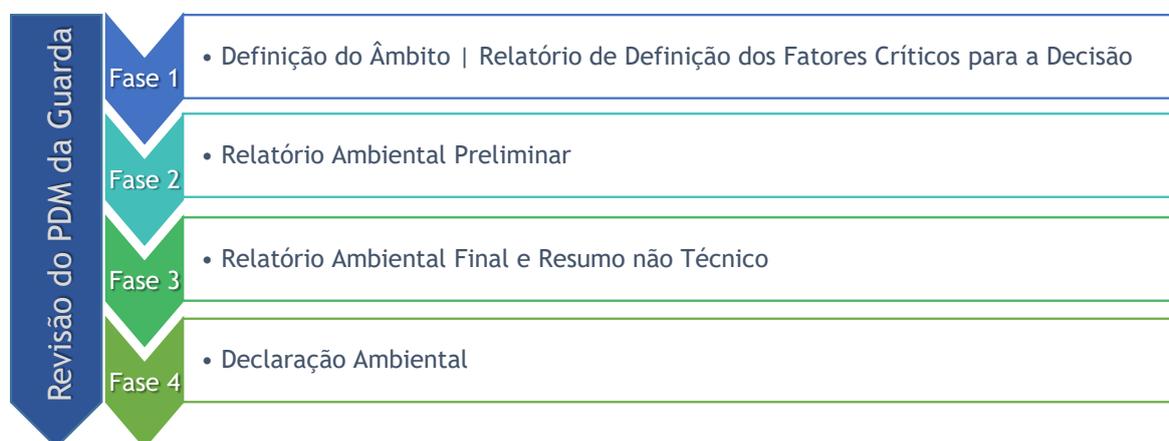


Figura 1 | Fases do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda

A **Fase 1**, materializada através na **Definição do Âmbito | Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão**, pretendeu definir a dimensão estratégica do objeto de avaliação, isto é, a perceção das intenções e objetivos a alcançar com a Revisão do PDM da Guarda. Pretendeu, igualmente, identificar as dimensões de análise relevantes no processo de tomada de decisão - os **Fatores Críticos para a Decisão** - assegurando desta forma a objetividade e focagem do processo

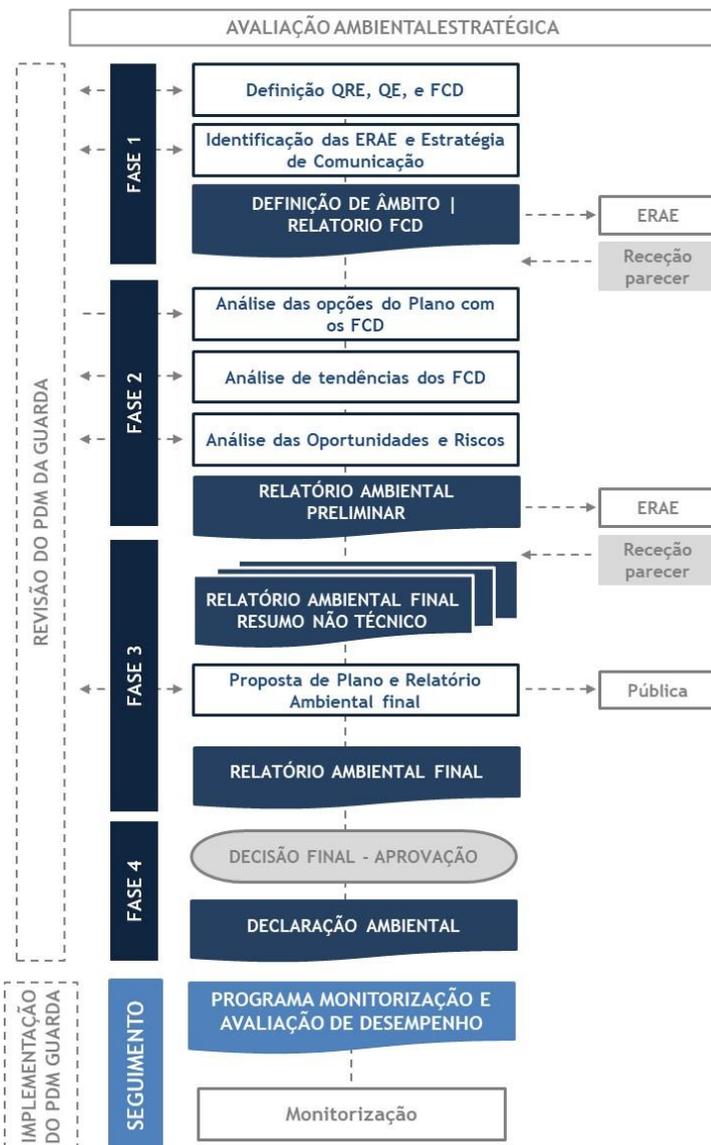


Figura 2 | Processo interativo da AAE.

para se definir o âmbito, alcance e pormenorização da avaliação ambiental estratégica da Revisão do PDM da Guarda.

A **Fase 2**, cujo resultado foi a elaboração do Relatório Ambiental Preliminar, consistiu na análise das opções estratégicas desenvolvidas em sede da Revisão do PDM da Guarda, relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão definidos na Fase 1 do processo de AAE e respetivos indicadores.

Os Fatores Críticos para a Decisão definidos e apresentados na Fase 1 irão integrar a Fase 2 do processo. Para cada Fator Crítico para a Decisão será efetuada uma análise de tendência dos mesmos na área de intervenção, de acordo com os indicadores definidos.

Será efetuada uma análise das oportunidades e riscos das opções estratégicas do Plano relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão definidos. Nesta fase serão igualmente desenvolvidas diretrizes de planeamento, monitorização e gestão.

de AAE. A finalidade é assegurar que a AAE se concentre no que é importante, que compreenda e se adapta ao contexto natural, social, cultural, político e económico do objeto de avaliação.

Esta fase do processo, com a elaboração do respetivo Relatório constitui a referência para os trabalhos subsequentes da AAE. No contexto da Diretiva Europeia e Legislação Nacional, o Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão satisfaz os requisitos legais relativos ao âmbito e alcance da avaliação e pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.

Nesta Fase foi igualmente identificada a participação de todas as partes interessadas. Foi determinado o contexto institucional do processo de AAE - as Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE) a envolver - bem como a estratégia de comunicação a efetuar durante as várias fases do processo (às ERAE e ao público em geral). Na estratégia de comunicação importa verificar o tipo de público a envolver e a forma de comunicação.

A definição do âmbito concretizou-se no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, o qual foi sujeito a um escrutínio por parte das ERAE. Essa consulta permitiu receber contributos

Trata-se assim de uma fase central do processo, e foi consubstanciada em dois documentos: Relatório Ambiental Preliminar e Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental Preliminar, os quais foram sujeitos a apreciação das ERAE.

A **Fase 3**, que consubstancia a presente fase, inicia-se com a ponderação da consulta às ERAE e incorporação dos seus contributos no Relatório Ambiental. Nesta fase, será igualmente elaborado o Resumo Não Técnico, dando cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual. Estes documentos seguirão para consulta pública, acompanhando a proposta de revisão do PDM da Guarda, que será submetida ao seu período de discussão pública.

Terminado o período de participação pública, inicia-se a etapa de ponderação dos contributos recebidos, apresentando-se a justificação técnica para a sua integração, ou não, na AAE, culminando assim numa revisão ao Relatório Ambiental.

Em paralelo, a troca de informações entre a revisão do PDM da Guarda e o processo de AAE, resulta nas versões finais de ambos.

Em sequência, será a elaborada a última fase do processo de AAE - **Fase 4** - que corresponde à Declaração Ambiental, documento que encerra formalmente o processo legal, após a aprovação da Revisão do PDM pela Assembleia Municipal da Guarda.

Posteriormente termos de considerar uma última etapa deste processo - Seguimento - que sucede à publicação e implementação do Plano Diretor Municipal da Guarda e tem início no momento em que as suas opções se tornam eficazes. Trata-se assim de uma fase de monitorização e avaliação, que permita de forma atempada e justificada reagir a desvios da trajetória definida, dando continuidade aos objetivos e finalidades da AAE,

A Câmara Municipal deve avaliar e controlar os efeitos significativos decorrentes da aplicação/execução do Plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas de controlo descritas na Declaração Ambiental, através de um Programa de Monitorização e de avaliação do desempenho, a fim de identificar atempadamente e corrigir efeitos negativos não previstos anteriormente, bem como monitorizar e controlar os efeitos positivos provenientes da implementação do Plano. Desta forma, pretende-se assegurar o contributo da AAE nas dimensões de Ambiente e Sustentabilidade.

Todos os documentos produzidos (incluindo a proposta final da Revisão do PDM) serão entregues à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), bem como disponibilizados no site da CM da Guarda, em conformidade com a legislação aplicável.

3. ENTIDADES COM RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ESPECÍFICA (ERAЕ)

O processo de Revisão do PDM obriga à constituição de uma Comissão Consultiva¹. De acordo com a então DGOTDU², as Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAЕ), às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da execução do Plano, deverão integrar a Comissão Consultiva de modo a que nela exerçam as competências consultivas em matéria de definição do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica e elaboração do Relatório Ambiental.

De acordo com esta entidade [9], devem ser consultadas as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da execução do Plano. Estas entidades são denominadas ERAЕ (Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica).

O seu papel será, não só de acompanhar o processo, mas igualmente exercer competências consultivas dando seu parecer e contributo nas diversas fases do processo de AAE.

Consideramos que para o processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda, as ERAЕ a considerar deverão ser as mesmas que são consultadas em sede do processo de planeamento, representadas na Comissão Consultiva, à data definidas no Despacho n. °188/2020, no DR n. °4, 2.ª série, de 07.01.2020:

- Câmara Municipal da Guarda;
- Assembleia Municipal da Guarda;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (que preside);
- Administração Regional de Saúde do Centro;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. /Administração da Região Hidrográfica;
- ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Direção-Geral do Ensino Superior;
- Direção-Geral de Inserção e Serviços Prisionais;
- Direção-Geral do Território;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional da Cultura do Centro;
- Direção de Serviços da Região Centro da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Guarda Nacional Republicana;
- Polícia de Segurança Pública;
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
- Infraestruturas de Portugal, S. A.;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.;

* ¹ Funcionamento regulamentado na Portaria n.º27772015, de 10 de Setembro

* ² “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território“, Novembro de 2008, DGOTDU e APA

- Instituto da Segurança Social, I. P.;
- REN - Redes Energéticas Nacionais;
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Águas do Vale do Tejo;
- Câmara Municipal de Almeida;
- Câmara Municipal de Belmonte
- Câmara Municipal de Celorico da Beira;
- Câmara Municipal da Covilhã;
- Câmara Municipal da Gouveia;
- Câmara Municipal de Manteigas;
- Câmara Municipal de Pinhel;
- Câmara Municipal de Sabugal.

No Anexo 1 e 2 encontra-se uma tabela com uma síntese dos pareceres das ERAE consultadas, no âmbito da 1ª e 2ª Fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

4. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A Revisão do PDM da Guarda e os seus objetivos e intenções constitui o objeto da Avaliação Ambiental Estratégica.

A oportunidade da Revisão do PDM da Guarda decorre da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, e da necessidade de ajustamento à estratégia de desenvolvimento territorial municipal, bem como à necessidade de adequação do plano ao novo quadro jurídico em vigor nas áreas do urbanismo, ambiente e ordenamento do território.

Os termos de referência que fundamentam a oportunidade da Revisão do PDM da Guarda e o modelo de organização espacial do território municipal, têm como objetivos gerais:

- 1) A sustentabilidade ambiental promovendo a adequada proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais e paisagem compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer;
- 2) A fixação da população e o rejuvenescimento da sua estrutura etária;
- 3) A afirmação da cidade da Guarda como centro urbano de referência no contexto nacional e regional;
- 4) A promoção de uma rede sustentável de equipamentos coletivos;
- 5) A promoção da construção sustentável através da reabilitação e requalificação urbanas e da proteção e valorização do património construído;
- 6) A articulação com as orientações estabelecidas pelos programas no âmbito nacional, regional e intermunicipal com incidência territorial.

Entendeu-se que esta 1ª Revisão do PDM da Guarda deve contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento territorial que prossegue a visão de:

AFIRMAR O MUNICÍPIO DA GUARDA COMO UM TERRITÓRIO COMPETITIVO, QUALIFICADO E COM QUALIDADE DE VIDA QUE PROMOVE A FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL, REFORÇANDO A SUA BASE ECONÓMICA E ATRATIVIDADE TURÍSTICA COM BASE NA VALORIZAÇÃO DA SUA LOCALIZAÇÃO RELATIVA NAS REDES LOGÍSTICAS E NO SEU PATRIMÓNIO NATURAL, PAISAGÍSTICO E CULTURAL.

Por outro lado, entende-se que a estratégia de desenvolvimento territorial e a visão são sustentadas em 14 objetivos estratégicos organizados em quatro eixos de intervenção.

Eixo 1 - Melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e da coesão social e territorial

- OE1. Promover uma rede sustentável de equipamentos coletivos;
- OE2. Melhorar os níveis de cobertura e os níveis de serviço dos sistemas de infraestruturas urbanas (abastecimento de água, águas residuais, resíduos sólidos, gás natural, rede viária e transportes e comunicações móveis);
- OE3. Promoção pública de habitação.

Eixo 2 - Salvaguarda e valorização do património natural, paisagístico e cultural edificado e arqueológico

- OE4. Promover a adequada proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, paisagísticos e culturais compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer;

OE5. Promover o uso multifuncional do espaço rural, articulando a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial pecuário e cinegético do concelho;

OE6. Promover a construção sustentável através da contenção da edificação dispersa e da promoção da reabilitação e requalificação urbanas e da proteção e valorização do património construído;

OE7. Promover o aproveitamento do potencial natural para a produção de energias renováveis.

Eixo 3 - Ordenamento florestal e proteção civil

OE8. Promover uma estratégia de ordenamento florestal do concelho compatibilizando-a com as condicionantes naturais, a ocupação urbana existente em áreas rurais e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal, salvaguardado a adequada proteção civil;

OE9. Promover o aumento das reservas superficiais de água no concelho;

OE10. Promover a articulação eficaz e eficiente com outros planos municipais, nomeadamente o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Eixo 4 - Competitividade, afirmação e consolidação da posição do concelho da Guarda na região

OE11. Promover a fixação da população e o rejuvenescimento da sua estrutura etária;

OE12. Reforçar e diversificar a base económica do concelho tendo por base as suas potencialidades para as atividades agrícolas, pecuárias, e silvícolas, o setor do turismo e lazer e dos tecidos produtivos locais baseados em atividades tradicionais certificadas;

OE13. Afirmar a cidade da Guarda como centro urbano de referência no contexto regional;

OE14. Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional potenciando os efeitos multiplicadores da instalação do Porto Seco.

5. DEFINIÇÃO DOS FCD

A definição dos Fatores Críticos para a Decisão é o elemento chave dos processos de AAE. Estes Fatores Críticos para a Decisão estabelecem o foco da AAE, a estrutura da avaliação e os estudos técnicos relativos à análise de tendências. A identificação dos Fatores Críticos para a Decisão resulta da análise integrada dos seguintes elementos (Figura 3).

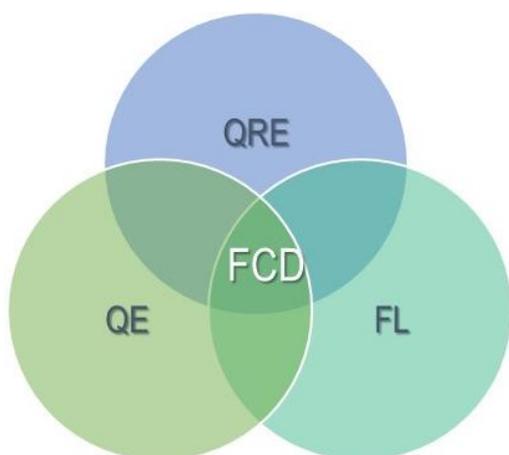


Figura 3 | Elementos que integram os Fatores Críticos para a Decisão

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, que fornece indicações relativamente às macropolíticas, planos, políticas e orientações estratégicas em matéria de ambiente e sustentabilidade, com os quais o Plano se deve compatibilizar. Pretende-se estabelecer a ligação/afinidade do objeto de avaliação com os objetivos estratégicos definidos nos Planos e Programas que fazem parte do QRE.

- **Questões Estratégicas (QE)**, relacionadas com as políticas fundamentais ou desafios associados ao objeto de avaliação. Constituem o que vai ser avaliado durante a AAE. Definem os objetivos estratégicos e linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do Plano, que serão posteriormente materializadas num modelo de uso, ocupação e

transformação do solo.

- **Fatores da Legislação (FL)**, que definem o âmbito ambiental relevante, ajustadas ao tema, contexto e escala do objeto de avaliação tendo por base as questões legalmente estabelecidas e definidas legalmente no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem).

Através destes 3 elementos, serão selecionados os Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Para cada Fator Crítico para a Decisão serão definidos critérios de avaliação e respetivos indicadores, sendo que a sua informação será condicionada à informação disponível, nomeadamente nas fontes estatísticas oficiais.

5.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

De acordo com o Guia de Melhores Práticas para a AAE [18] o QRE pode ser definido como “o quadro das macropolíticas estratégicas da AAE, estabelecendo um referencial para avaliação. Este quadro acolhe os objetivos ambientais e de sustentabilidade das macropolíticas estabelecidas em contextos internacionais, europeus e nacionais relevantes para a avaliação estratégica. O QRE deve fornecer as metas e orientações políticas que definem a direção estratégica. O QRE deve também reconhecer e considerar outras orientações relevantes de planeamento ou programáticas que possam ter sinergias ou conflitos com o objeto da avaliação, o que é um requisito legal”.

Assim, numa primeira fase, para a construção do QRE foram identificados e analisados os programas, planos e estratégias de âmbito nacional, regional e local, que estabelecem as macro orientações de política, objetivos e/ou metas em

matéria de ambiente e sustentabilidade e que se consideram relevantes, face aos objetivos estratégicos que se pretendem atingir com a Revisão do PDM da Guarda.

Esta escolha foi norteada pelo princípio que o QRE não deve ser exaustivo, ou seja, não se pretende a elencação exaustiva de todos os instrumentos em vigor, mas sim a identificação seletiva de um conjunto de instrumentos pertinentes.

Após submissão da primeira fase da AAE à consulta das ERAE, foram contemplados outros instrumentos, que na perspetiva das entidades são relevantes para o presente processo, resultando assim, no seguinte QRE:

Tabela 1 | Quadro de Referência Estratégica da AAE da Revisão do PDM da Guarda

ÂMBITO NACIONAL
– Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
– Plano Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), aprovado pela Resolução de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro
– Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
– Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro
– Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro
– Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.
– Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro e alterado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto
– Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC 2023-2027)
– Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR, 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
– Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023
– Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de junho
– Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho
– Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
– Plano Nacional para o Radão, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022
– Plano Rodoviário Nacional (PNR 2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, na sua atual redação
– Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
– Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020) prorrogada até 2025, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho e prorrogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho de 2020
– Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

ÂMBITO NACIONAL

- Estratégia Turismo 2027 (ET 27), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 134/2017 de 27 de setembro
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), aprovada Resolução do Conselho de Ministros n.º 6B/2015, de 4 de fevereiro
- Estratégia Nacional para o Regadio 2030, em elaboração
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
- Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho

– ÂMBITO REGIONAL

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro), provisório
- Programa Operacional do Centro 2030 (Centro 2030)
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS 3 Centro)
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI), aprovado pela Portaria nº55/2019 de 11 de fevereiro, na sua atual redação
- Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas: RH3 Douro, RH4 Vouga, Mondego e Lis, RH5A Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH-RH), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024

– ÂMBITO INTERMUNICIPAL

- Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da região das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE)
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE)

– ÂMBITO MUNICIPAL

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade da Guarda (PEDU)
- Estratégia Local de Habitação (ELH)
- Plano Municipal de Emergência e de Proteção Civil (PMEC)

No Anexo 3 são apresentados os objetivos estratégicos, específicos ou operacionais de cada um destes instrumentos.

5.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

As Questões Estratégicas ambientais e de sustentabilidade, que resumidamente serão apresentadas pelo acrónimo QE resultam diretamente das orientações estratégicas da Revisão do PDM da Guarda, constituindo assim os principais objetivos a atingir com este instrumento de gestão territorial.

Tratam-se assim de linhas de orientação estratégica, em matéria de ambiente e sustentabilidade, que norteiam a revisão do PDM, tendo-se identificado as seguintes:

- QE 1. Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos;
- QE 2. Melhoria da Qualidade de Vida da População**, tendo em vista a qualidade ambiental, a melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda
- QE 3. Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada;
- QE 4. Reforçar a Inserção Territorial da Cidade da Guarda**, nas várias escalas (ibérica, nacional e regional) e reforço da sua capacidade de polarização;
- QE 5. Valorização territorial**, em especial do património edificado nos aglomerados urbanos

As QE identificadas integram as dimensões **Ambientais**, **Económicas** e **Sociais**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável**.

5.3 CONVERGÊNCIA ENTRE QRE E AS QE

Neste ponto pretendemos verificar a afinidade entre as Questões Estratégicas definidas no ponto anterior e os objetivos estratégicos estabelecidos nos Planos e Programas que considerámos como sendo o Quadro de Referência Estratégico da AAE da Revisão do PDM da Guarda.

No Anexo 3 são apresentadas as várias matrizes de convergência/afinidade produzidas para cada um dos Programas, Planos e/ou Estratégias considerados.

Neste ponto, e após uma refletida análise dos objetivos dos instrumentos selecionados para o QRE da Revisão do PDM da Guarda, apresenta-se uma síntese da convergência entre estes e as QE identificadas, cujos resultados se dispõem na Tabela 2.

De uma forma genérica, pode concluir-se que todas as questões estratégicas estabelecidas em sede da presente AAE têm ligações, diretas ou indiretas, nos objetivos estabelecidos no referencial estratégico estabelecido pelos programas, estratégias e planos considerados. Contudo, e dada a especificidade dos vários instrumentos que constituem o QRE, nem sempre essa relação é direta ou clara, e isso é perceptível consoante a escala territorial ou o setor a que o instrumento corresponde.

Assim, as **QE1** - Valorização Ambiental e **QE2** - Melhoria da Qualidade de Vida da População, são as que têm um maior número de convergência com os instrumentos do QRE analisados, sendo que a **QE4** - Reforçar a inserção territorial da cidade da Guarda, é a que tem o menor número de ligações, considerando a própria particularidade da QE, que se refere a um aspeto muito específico da estratégia territorial a que a proposta de revisão do PDM pretende dar resposta.

Relativamente aos instrumentos do QRE, verifica-se que o menor número de convergências é relativo a instrumentos sectoriais muito particulares, como os Plano Nacional de Gestão de Resíduos, Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, Plano Nacional para o Radão ou as Estratégias para o Regadio ou para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais, ou então para instrumentos municipais operacionais, como o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil estando correlacionado com a especificidade destes instrumentos.

Todavia, quando existe alguma relação entre estes instrumentos e as QE, esta evidencia-se sobretudo nas QE relacionadas com a Valorização Ambiental e/ou Melhoria da Qualidade de Vida da População.

Tabela 2 | Relação entre as QE e o QRE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	QE DA AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ÂMBITO NACIONAL					
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território					
Programa Nacional para a Coesão Territorial					
Plano de Recuperação e Resiliência					
Programa Nacional de Investimentos 2030					
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação					
Plano Setorial da Rede Natura 2000					
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030					
Plano Estratégico Para a Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC)					
Plano Nacional de Gestão de Resíduos					
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030					
Plano Nacional de Energia e Clima 2030					
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais					
Plano Nacional da Água					
Plano Nacional para o Radão					
Plano Rodoviário Nacional 2000					
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050					
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas					
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade					
Estratégia Turismo 2027					
Estratégia Nacional para as Florestas					
Estratégia para o Regadio 2030					
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030					
Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica					
ÂMBITO REGIONAL					
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro					
Programa Operacional da Região Centro (Centro 2020)					
Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS 3 Centro)					
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela					
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior					
Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Douro, do Vouga, Mondego e Lis e do Tejo e Riberias do Oeste					

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	QE DA AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ÂMBITO INTERMUNICIPAL					
Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela					
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela					
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela					
ÂMBITO MUNICIPAL					
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Guarda - Plano de Ação de Reabilitação Urbana					
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Guarda - Plano de Ação de Intervenção nas Comunidades Desfavorecidas					
Estratégia Local de Habitação da Guarda					
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEC)					

Legenda: QE1 - Valorização Ambiental; QE2 - Melhoria da Qualidade de Vida da População; QE3 - Coesão Económica e Social; QE4 - Reforçar a inserção territorial da cidade da Guarda; QE5 - Valorização Territorial

5.4 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Como foi referido anteriormente os Fatores Críticos para a Decisão constituem os temas chaves a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

Do conhecimento das inter-relações positivas e/ou negativas que se estabelecem entre estas três dimensões, sugere-se um conjunto de dimensões críticas de análise e que deverão ser objeto de um estudo mais aprofundado na próxima fase deste processo - através da elaboração do Relatório Ambiental.

Os fatores considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos - positivos e/ou negativos - resultantes da aplicação do Plano, e sobre os quais a AAE se deve debruçar.

Assim, foram identificados como Fatores Críticos para a Decisão:

- Sustentabilidade Ambiental
- Desenvolvimento Socioeconómico
- Qualificação e Promoção do Território

Na Tabela 3 são apresentados os critérios de avaliação e respetivos indicadores para cada Fator Crítico para a Decisão.

Sobre estes critérios e indicadores serão avaliadas as oportunidades e riscos referentes à Revisão do PDM da Guarda, na Fase 2 do processo de AAE.

Os indicadores utilizados pretendem auxiliar o apoio à decisão e como tal, a avaliação dos indicadores deve ser feita de forma transversal, de modo a cruzar a informação e permitir uma melhor e mais adequada avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão.

A informação relativa aos indicadores será condicionada à informação disponível pelas entidades com responsabilidade de produção estatística nas diversas matérias.

Tabela 3 | Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores identificados para a AAE da Revisão do PDM da Guarda.

FCD 1: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pretende perceber a qualidade física dos recursos água e solo e de que forma o município contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente quer ao nível da cobertura das infraestruturas bem como das práticas ambientais da população residente.

Igualmente, pretende avaliar de que forma a revisão do PDM contribuirá para a salvaguarda dos recursos naturais e da paisagem, bem como para a promoção de um território mais resiliente aos riscos ambientais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Qualidade Ambiental	Infraestruturas básicas
	Qualidade das águas (superficiais, subterrâneas e consumo)
	Resíduos urbanos (produção, tratamento e destino de resíduos)
	Investimentos ao nível das Infraestruturas e ambiente
	Campanhas de sensibilização
	Ruído
Riscos Ambientais	Incêndios Rurais (perigosidade, ocorrências (n.º), área ardida)
	Erosão Hídrica do Solo
	Fenómenos hidrológicos extremos (secas, cheias e inundações)
	Zonas em risco
Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais	Ocupação do Solo em áreas sensíveis
	Áreas Classificadas
	Estrutura Ecológica Municipal
	Habitats de interesse comunitário de acordo com a Rede Natura 2000
	Área de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer

FCD 2: DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO

Pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através da dinamização e diversificação da base económica local, criando emprego, promovendo a qualificação dos recursos humanos e criando condições para atração de novos residentes

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Diversificação e reforço da base económica do concelho	Diversificação de atividades económicas
	Valor acrescentado bruto das empresas
	Pessoas ao serviço das empresas
	Taxas de Atividade, Inatividade e Desemprego
	Empresas com certificação
	Espaços empresariais/industriais infraestruturados

FCD 2: DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO (cont.)	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Atração e fixação de população	Evolução e distribuição da população residente
	Densidade populacional
	Estrutura Etária e Índice de Envelhecimento
	Taxa de cobertura dos equipamentos de utilização coletiva, por tipologia
	Investimentos previstos em novos equipamentos
Qualificação/formação da população	Níveis de escolaridade da população residente
	Empregos por qualificação académica
FCD 3: QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	
Pretende avaliar em que medida a revisão do PDM induzirá uma dinâmica territorial que contribua para o fomento da coesão e do equilíbrio do sistema territorial, que incremente uma maior conectividade e a promoção dos valores territoriais	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Qualificação do sistema urbano	Solo Urbano
	Evolução dos territórios artificializados
	Áreas de Reabilitação Urbana
	Edifícios requalificados ou reabilitados
	Área de espaço público qualificado
Valorização e promoção do território	Imóveis classificados, em vias de classificação e/ou inventariados
	Intervenções de proteção, reabilitação e/ou valorização do património edificado
	Oferta e Capacidade e oferta de Alojamento
	Procura de Alojamento
	Vias rodoviárias, ferroviárias, ciclovias e percursos pedonais
	Ligações à rede de transportes coletivos
	Investimento previstos em acessibilidades

Como referido, o levantamento dos dados necessários para a AAE, segundo os critérios e indicadores considerados para cada FCD, está fortemente condicionado pela disponibilidade de informação constante dos estudos do Plano, bem como de outras fontes de informação.

Estes indicadores poderão vir a ser ajustados, posteriormente, em função da evolução da conceção do plano.

Sobre estes critérios e indicadores serão avaliadas as oportunidades e riscos referentes à Revisão do PDM da Guarda, na Fase 2 do processo de AAE. Os indicadores utilizados pretendem auxiliar o apoio à decisão e como tal, a avaliação dos indicadores deve ser feita de forma transversal, de modo a cruzar a informação e permitir uma melhor e mais adequada avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão.

Na Tabela 4 é apresentada a relação entre os Fatores Críticos para a Decisão propostos no processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda, as Questões Estratégicas e os Fatores da Legislação.

Tabela 4 | Relação entre os Fatores Críticos para a Decisão, as Questões Estratégicas e as Fatores da Legislação

QUESTÕES ESTRATÉGICAS	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	FATORES DA LEGISLAÇÃO
Valorização Ambiental	Sustentabilidade Ambiental	Biodiversidade, Flora e Fauna Solos Água Atmosfera Fatores climáticos Património e Paisagem
Melhoria da Qualidade de Vida	Sustentabilidade Ambiental	Biodiversidade, Flora e Fauna População e Saúde Solos Água Bens Materiais
Coesão Económica e Social	Desenvolvimento Socioeconómico	Biodiversidade, Flora e Fauna População e Saúde Solos Bens Materiais Acessibilidades
Aprofundamento da inserção da cidade da Guarda	Desenvolvimento Socioeconómico Qualificação e Promoção do Território	População e Saúde Solos Bens Materiais Acessibilidades
Valorização territorial	Qualificação e Promoção do Território	População e Saúde Bens Materiais Património e Paisagem

6. COMPATIBILIDADE

Antes de se proceder à análise e avaliação de cada Fator Crítico para a Decisão definido na 1ª Fase do processo, apresenta-se uma análise de compatibilidade e conflitos entre os objetivos definidos para a Revisão do PDM da Guarda, sistematizados nas Questões Estratégicas, tal como definidas no ponto 5.2.

- QE 1. **Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos;
- QE 2. **Melhoria da Qualidade de Vida da População**, tendo em vista a qualidade ambiental, a melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda
- QE 3. **Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada;
- QE 4. **Reforçar a Inserção Territorial da Cidade da Guarda**, nas várias escalas (ibérica, nacional e regional) e reforço da sua capacidade de polarização;
- QE 5. **Valorização territorial**, em especial do património edificado nos aglomerados urbanos

Este exercício tem como objetivo identificar compatibilidades e conflitos entre os objetivos definidos. Apesar de já estar em fase de proposta de Plano, este exercício vem alertar para os potenciais conflitos que possam existir decorrente dos objetivos que se pretendem com a implementação deste Plano, e mais uma vez ajudar nas opções a tomar.

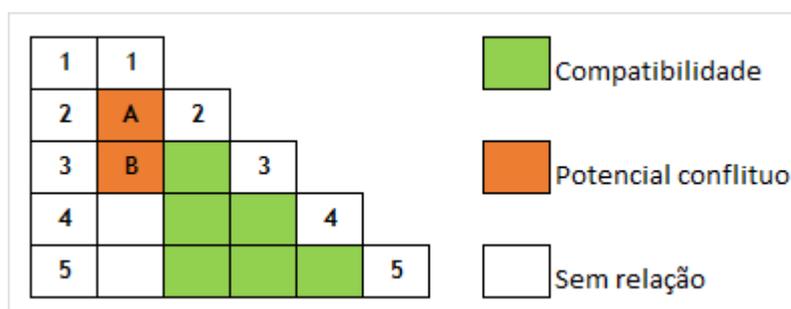


Figura 4 | Matriz de compatibilidade e potenciais conflitos entre as Questões Estratégicas da Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda.

A - Conflito potencial entre a Valorização ambiental, com vista à proteção e valorização dos recursos e valores naturais, e as medidas de Melhoria da Qualidade de Vida da População, ao nível da promoção e desenvolvimento de atividades turísticas, lazer e recreio que visem a sustentabilidade do território da Guarda

B - Potencial conflituoso, pois, dependendo da natureza das atividades económicas que se pretende desenvolver ou em atividade, estas poderão entrar em conflito com valorização ambiental, proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos

7. EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE

Dando cumprimento à legislação, relativamente à análise dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do Plano, serve o presente ponto.

A Revisão do PDM poderá ter efeitos significativos nos Fatores da Legislação, isto é, aqueles que se encontram descritos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem).

Assim, aqui importa analisar de que forma a Revisão PDM da Guarda poderá originar efeitos significativos, de forma a ser possível potenciar ou minimizar os mesmos efeitos. Para tal, são definidos um conjunto de parâmetros de avaliação destinados a quantificar os efeitos no ambiente:



Na definição dos Fatores Críticos para a Decisão foi feita a relação entre estes e os Fatores da Legislação, pelo que estes serão os considerados como aqueles onde possam surtir efeitos significativos.

7.1 BIODIVERSIDADE, FAUNA E FLORA

Os efeitos na Biodiversidade, Fauna e Flora com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- **Preservação e qualificação ambiental:** Promover a adequada proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, paisagísticos e culturais compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer
- Promover o uso multifuncional do espaço rural, através da articulação da produção florestal, a produção agrícola e o potencial pecuário e cinegético concelhio
- **Valorização urbana:** poderá ter implicações positivas com os espaços com interesse natural e paisagístico, pois este processo pretende atenuar ocupações dispersas e otimizar a utilização dos recursos, equipamentos e infraestruturas existentes. No entanto, uma maior artificialização do solo poderá traduzir-se na perda de biodiversidade e conflitos de ocupação com as áreas de elevado valor natural.
- **Pressão das atividades económicas:** o desenvolvimento económico, consoante a atividade, poderá ter implicações na redução dos espaços com interesse natural e paisagístico bem como na redução da qualidade dos espaços envolventes a estas atividades, podendo ocorrer alguns conflitos de ocupação.
- **Pressão turística:** a criação e melhoria de infraestruturas associadas ao turismo e a atividades de recreio e lazer, podem gerar degradação e perturbação dos valores naturais existentes no território, em especial na área do Parque Natural da Serra da Estrela.
- **PRGP SE:** a implementação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Estrela visa promover uma estratégia de ordenamento florestal compatibilizada com os valores naturais existentes

Tabela 5 | Efeitos significativos na Biodiversidade, Fauna e Flora

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Preservação e qualificação ambiental	Positivo	Significativo	Permanente	Médio/longo prazo	Indireto
Promover o uso multifuncional do espaço rural	Positivo	Significativo	Permanente	Médio/longo prazo	Direto
Valorização urbana	Positivo	Significativo	Permanente	Médio/longo prazo	Indireto
Pressão das atividades económicas	Negativo	Significativo	Permanente	Médio/longo prazo	Direto
Pressão turística	Negativo	Significativo	Permanente	Médio Prazo	Direto
PRGP SE	Positivo	Significativo	Permanente	Imediato/Médio Prazo	Direto

7.2 PATRIMÓNIO E PAISAGEM

Os efeitos no Património Cultural com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Preservação e qualificação ambiental: através da proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, paisagísticos e culturais compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer
- Promover a construção sustentável: através da contenção da edificação dispersa e da promoção da reabilitação e requalificação urbanas e da proteção e valorização do património construído
- Valorização territorial, nomeadamente ao nível do património e valores culturais, apostando na promoção de uma marca territorial associada ao património edificado, cultural e paisagístico existente, através da valorização do povoamento, da arquitetura e elementos paisagístico, na perspetiva de alicerçar estes recursos como imagem de marca concelha.
- Proteção da paisagem: proteção do património natural e paisagístico através da redefinição das condicionantes biofísicas (RAN e REN), bem como através da regulamentação que restringe a ocupação das áreas de maior valor paisagístico;
- Resiliência da paisagem florestal: resultante do objetivo de promover uma estratégia de ordenamento florestal do concelho compatibilizando-a com as condições naturais, a ocupação urbana existente em áreas rurais e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal.
- Requalificação da paisagem urbana, por via da promoção da reabilitação e requalificação urbanas e da proteção e valorização do património construído

Tabela 6 | Efeitos significativos no Património Cultural

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Preservação e qualificação ambiental	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Promover a construção sustentável	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Valorização territorial	Positivo	Significativo	Permanente	Imediato	Direto
Proteção da paisagem	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Resiliência da paisagem florestal	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Requalificação da paisagem urbana	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

7.3 POPULAÇÃO

Os efeitos na População com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Promoção pública de habitação
- Promover a fixação da população e o rejuvenescimento da sua estrutura etária
- Afirmação da cidade da Guarda como principal centro urbano de referência no contexto regional, procurando capitalizar investimento para novas atividades e por consequência criação de emprego qualificado que permite captar e fixar população
- Dinamização económica local: criação de condições de atratividade empresarial estimulando a economia local e fixação de população;

Tabela 7 | Efeitos significativos na População

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Promoção pública de habitação	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Promover a fixação da população e o rejuvenescimento da sua estrutura etária	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Afirmação da cidade da Guarda como centro urbano de referência regional	Positivo	Pouco significativo	Permanente	Longo prazo	Indireto
Dinamização económica local	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

7.4 SAÚDE HUMANA

Os efeitos na Saúde Humana com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Promover uma rede sustentável de equipamentos coletivos;
- Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional, potenciando os efeitos multiplicadores da instalação do Porto Seco, o que pode contribuir para uma degradação da saúde humana local, através do aumento de poluentes e de exposição ao ruído

- Desenvolvimento de atividades de revelação e aproveitamento de recursos geológicos minerais, com potenciais efeitos negativos na saúde humana, sendo de referir que atualmente o concelho da Guarda já apresenta elevada suscetibilidade ao radão, por via das áreas de ocorrência de urânio.

Tabela 8 | Efeitos significativos na Saúde Humana

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Promover uma rede sustentável de equipamentos coletivos	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional	Negativo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Aproveitamento de recursos geológicos minerais	Negativo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

7.5 BENS MATERIAIS

Os efeitos nos Bens Materiais com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Melhorar os níveis de cobertura e os níveis de serviço dos sistemas de infraestruturas urbanas (abastecimento de água, águas residuais, resíduos sólidos, gás natural, rede viária e transportes e comunicações móveis), requalificando o espaço e melhorando as condições de vivência da população, com impacto positivo na qualidade do ambiente
- Reforçar e diversificar a base económica do concelho tendo por base as suas potencialidades para as atividades agrícolas, pecuárias, e silvícolas, o setor do turismo e lazer e dos tecidos produtivos locais baseados em atividades tradicionais certificadas
- Afirmar a cidade da Guarda como centro urbano de referência no contexto regional
- Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional potenciado os efeitos multiplicadores da instalação do Porto Seco
- Melhoria das acessibilidades: promoção e melhoria das ligações inter-concelhias bem como as ligações intra-concelhias, regionais, nacionais e ibéricas;

Tabela 9 | Efeitos significativos nos Bens Materiais

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Melhorar os níveis de cobertura e os níveis de serviço dos sistemas de infraestruturas urbanas	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Reforçar e diversificar a base económica do concelho	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Afirmar a cidade da Guarda como centro urbano de referência no contexto regional	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Melhoria das acessibilidades	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

7.6 ÁGUA

Os efeitos na Água com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Melhorar os níveis de cobertura e os níveis de serviço dos sistemas de infraestruturas urbanas (abastecimento de água, águas residuais) melhorando a qualidade de vida da população e qualidade ambiental
- Promover o aumento das reservas superficiais de água no concelho
- Recuperação ambiental de ribeiras: a recuperação ambiental de algumas ribeiras irá funcionar como uma via de melhoria da biodiversidade ao nível destes sistemas aquáticos

Tabela 10 | Efeitos significativos na Água

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Melhorar os níveis de cobertura e os níveis de serviço dos sistemas de infraestruturas urbanas	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Promover o aumento das reservas superficiais de água no concelho	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Recuperação ambiental de ribeiras	Positivo	Significativo	Permanente	Longo Prazo	Direto

7.7 SOLO

Os efeitos no Solo com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Promover o uso multifuncional do espaço rural, articulando a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial pecuário e cinegético do concelho
- Promover uma estratégia de ordenamento florestal do concelho compatibilizando-a com as condicionantes naturais, a ocupação urbana existente em áreas rurais e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal, salvaguardado a adequada proteção civil
- Redelimitação da ocupação do solo: quer seja por via dos novos regimes legais da REN e da RAN, quer seja pela atualização das ocupações atualmente existentes. Esta situação poderá levar a conflitos de ocupação do solo.

Tabela 11 | Efeitos significativos no Solo

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Promover o uso multifuncional do espaço rural	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Promover uma estratégia de ordenamento florestal do concelho	Positivo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto
Redelimitação da ocupação do solo	Negativo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Indireto

7.8 ATMOSFERA

Os efeitos na Atmosfera com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional, potenciando os efeitos multiplicadores da instalação do Porto Seco, o que pode contribuir para aumento de tráfego de pesados, aumento de poluição atmosférica e sonora
- Eventual aumento do ruído: resultante de novos investimentos na rede viária assim como no âmbito da consolidação da cidade da Guarda como principal polo logístico, com potencial aumento do volume de tráfego, em especial de pesados de mercadorias.

Tabela 12 | Efeitos significativos na Atmosfera

EFEITO	NATUREZA DO EFEITO	SIGNIFICÂNCIA	TIPO DE EFEITO	EFEITO TEMPORAL	DURAÇÃO DO EFEITO
Consolidar a cidade da Guarda como um importante nó da cadeia logística nacional e internacional	Negativo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Indireto
Eventual aumento do ruído	Negativo	Significativo	Permanente	Médio prazo	Direto

8. ANÁLISE E AVALIAÇÃO POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

O Concelho da Guarda encontra-se inserido na NUT II-Centro, mais concretamente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, e integra administrativamente o distrito da Guarda, a par com mais 13 municípios.

O concelho da Guarda confronta a nordeste com o concelho de Pinhel, a este com o concelho de Almeida, a sudeste com o concelho de Sabugal, a sul com o concelho de Belmonte, a sudoeste com os concelhos da Covilhã e de Manteigas, a oeste com o concelho de Gouveia e a Noroeste com o concelho de Celorico da Beira.

Na sub-região das Beiras e Serra da Estrela habitam 173 831 habitantes. Está situada no último contraforte nordeste da Serra da Estrela.

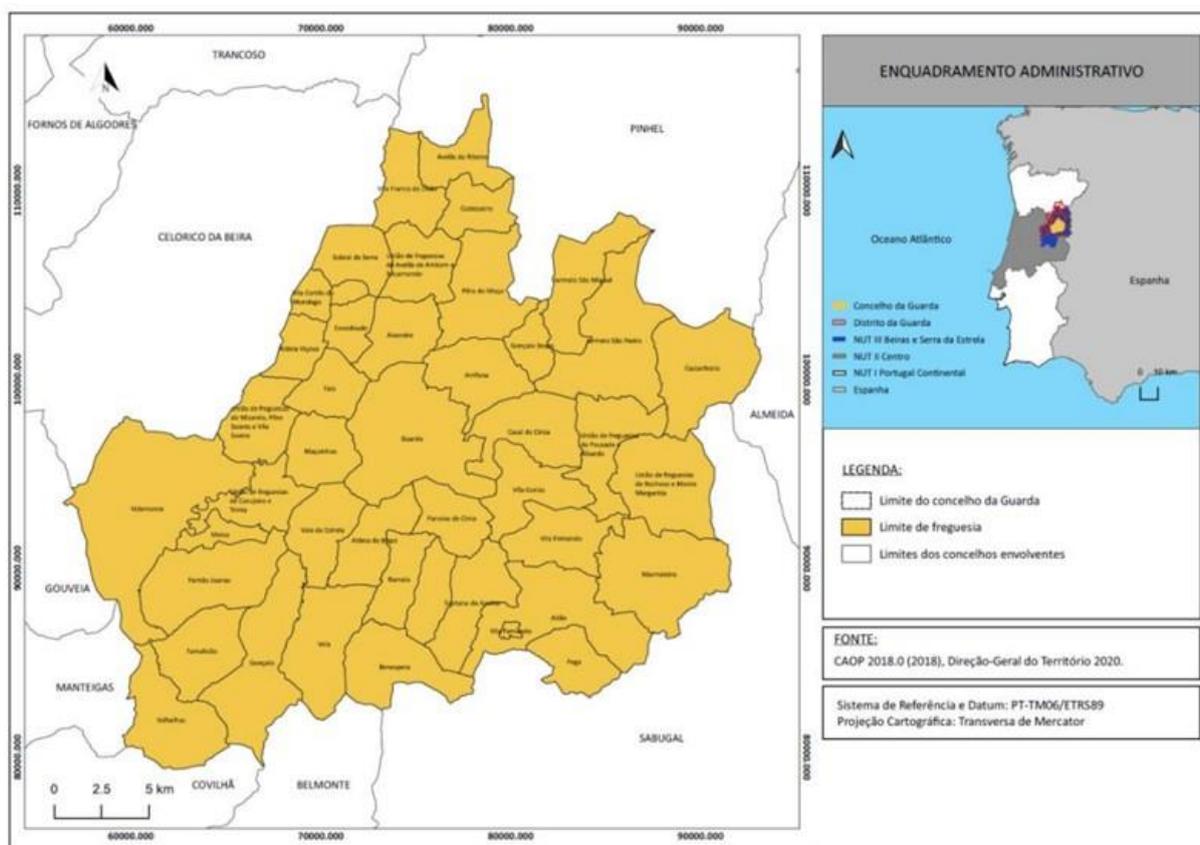


Figura 5 | Enquadramento administrativo do concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI da Guarda, 2020[21]

O município da Guarda apresenta uma área de 712,1 km², sendo constituído por 43 freguesias.

De seguida é apresentada a análise por Fator Crítico para a Decisão, através da avaliação da situação existente e tendencial (isto é, sem a aplicação do Plano), avaliação das oportunidades e riscos (com a aplicação do Plano) e diretrizes para o seguimento (planeamento, gestão e/ou monitorização). A análise terá como base os estudos desenvolvidos para a região onde se insere a área de intervenção estando as fontes de informação devidamente identificadas.

8.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Através deste Fator Crítico para a Decisão pretende-se perceber a qualidade física dos recursos água e solo e de que forma o município contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente quer ao nível da cobertura das infraestruturas bem como das práticas ambientais da população residente.

Igualmente, pretende avaliar de que forma a revisão do PDM contribuirá para a salvaguarda dos recursos naturais e da paisagem, bem como para a promoção de um território mais resiliente aos riscos ambientais.

Para este Fator Crítico para a Decisão foram definidos três critérios de avaliação, cujas dimensões de análise/indicadores de avaliação constam na Tabela 13.

Tabela 13 | Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”

FCD 1: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Qualidade Ambiental	Infraestruturas básicas
	Qualidade das águas (superficiais, subterrâneas e consumo)
	Resíduos urbanos (produção, tratamento e destino de resíduos)
	Investimentos ao nível das Infraestruturas e ambiente
	Campanhas de sensibilização
	Ruído
Riscos Ambientais	Incêndios Rurais (perigosidade, ocorrências (n.º), área ardida)
	Erosão Hídrica do Solo
	Fenómenos hidrológicos extremos (secas, cheias e inundações)
	Zonas em risco
Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais	Ocupação do Solo em áreas sensíveis
	Áreas Classificadas
	Estrutura Ecológica Municipal
	Habitats de interesse comunitário de acordo com a Rede Natura 2000
	Área de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer

8.1.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE

• CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “QUALIDADE AMBIENTAL”

• INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

A existência de infraestruturas de abastecimento e de saneamento tem uma implicação direta na qualidade ambiental com consequências muito positivas para a qualidade de vida da população. Ao nível das infraestruturas básicas serão analisadas as de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A gestão do sistema de abastecimento de água em alta no município da Guarda é efetuada pelas Águas do Vale do Tejo, e o sistema de abastecimento em baixa da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda, que gere também alguns sistemas autónomos de menor dimensão e todas as redes de distribuição no interior dos aglomerados.

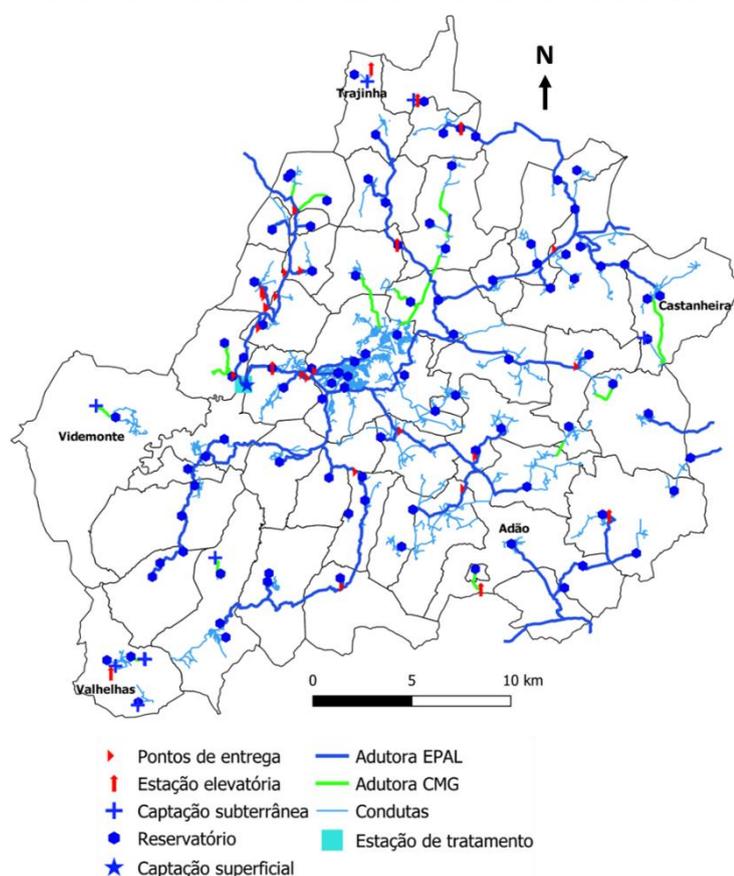


Figura 6 | Sistema de abastecimento de água no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

No funcionamento do sistema de abastecimento público de água, contabilizam-se ainda as seguintes infraestruturas: 73 reservatórios, 18 estações elevatórias (4 pertencentes ao sistema “em alta” e 14 pertencentes ao sistema “em baixa”), 12 poços, 2 furos e 8 hidropressores.

De acordo com a informação dos estudos da situação de referência da Revisão do PDM, dos 164 aglomerados identificados, apenas 8 aglomerados não dispõem de rede de distribuição de abastecimento público de água (Figura 6)

A grande maioria dos aglomerados do concelho é servida a partir de captação superficial do sistema público do Caldeirão (125 aglomerados); 11 aglomerados são servidos a partir do sistema de captação superficial da albufeira do Sabugal; 17 aglomerados são abastecidos a partir de sistemas autónomos com captações subterrâneas (através de 24 minas/nascentes, 2 furos e 11 poços). Existem 7 aglomerados que dispõem de sistemas autónomos por fontanários controlados.

Atualmente, encontram-se em funcionamento no concelho, 39 captações de água para abastecimento público: 2 superficiais, pertencentes ao sistema “em alta”, a que se associam 2 Estações de Tratamento de Águas

A ligação entre a rede “em alta” e a rede “em baixa” é realizada através de 75 pontos de entrega, 57 associados a reservatórios e 18 por adução direta.

Na Tabela 14, são apresentados os dados recolhidos do INE referente à quantidade de água captada no município da Guarda por origem de captação, o Volume de água distribuída e o Volume de água distribuída por habitante, no período 2011 a 2021.

Tabela 14 | Caudal de água captada no município da Guarda por origem de captação, Volume de água distribuída e Volume de água distribuída por habitante. Fonte: INE [12]

	CAUDAL DE ÁGUA CAPTADA (MILHARES M ³)			VOLUME ÁGUA DISTRIBUÍDA (MILHARES M ³)	VOLUME ÁGUA DISTRIBUÍDA POR HABITANTE (M ³ /HAB)
	TOTAL	ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	ÁGUAS DE SUPERFÍCIE		
2011	3 713	151	3 562	2082	49,4
2012	3 463	182	3 281	1927	46,4
2013	3 342	161	3 181	2011	49,1
2014	3 256	184	3 071	1902	46,6
2015	3 761	178	3 583	2050	51
2016	3 540	197	3 344	2035	50,8
2017	3 714	222	3 493	2233	56,3
2018	3 589	176	3 412	2097	53,4
2019	175	175	0	2277	58,3
2020	186	186	0	2288	58,7
2021	3 794	186	3 608	2226	55,5

De acordo com a informação recolhida, o volume de água captado, entre 2011 e 2021 oscilou sempre entre os valores 3200 - 3700 milhares m³. Verifica-se que em média 95% do volume de água é de origem superficial.

Nos anos de 2019 e 2020, só foram registados os montantes de água de captação subterrânea, no entanto, pelos volumes de água distribuídos, podemos pensar que a quantidade de água de captação superficial nesses mesmos anos tenha sido sensivelmente na mesma ordem de grandeza que ano anos anteriores e subsequente.

O volume de água distribuído, entre 2011 e 2021 varia entre 1900 e 2230 milhares m³, representando em média quase 60% do volume de água captado.

Em 2021, temos um volume de 55,5 m³/habitante. Não existe informação referente a 2021 para a média dos municípios integrados na NUTIII Beiras e Serra da Estrela, em que se insere o Município da Guarda. No entanto, temos a informação que em 2020, o município da Guarda registava um volume superior à média dos municípios integrados na NUTIII Beiras e Serra da Estrela (54,5 m³/habitante).

Na tabela seguinte podemos analisar as perdas nos sistemas de abastecimento de água, isto é, diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado. Comparamos este volume com o volume de água que foi captado para abastecimento.

Tabela 15 | Perdas nos sistemas de abastecimento de água no município da Guarda. Fonte: INE [12]

	PERDAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (MILHARES M ³)	% PERDAS
2011	762,152	20,53
2012	707,569	20,43
2013	663,556	19,85
2014	544,028	16,71
2015	466,859	12,41
2016	648,813	18,33
2017	851,339	22,92
2018	823,661	22,95
2019	---	---
2020	---	---
2021	925,483	24,39

A informação mostra valores que nos últimos anos aumento da percentagem de perdas de águas, registando-se em 2021, um valor de 24,4%.

Analisámos igualmente a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, tal como é definido pelo INE [11] é um conjunto interligado que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Tabela 16 | Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no município da Guarda. Fonte: INE [12]

	PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%)
2011	s.i.
2012	95
2013	95
2014	95
2015	95
2016	s.i.
2017	s.i.
2018	92
2019	92
2020	94
2021	94

De acordo com os dados dos últimos censos (2021), 94% dos alojamentos são servidos por sistema de abastecimento de águas, percentagem essa que é inferior à do Continente (96%), e a mesma da NUTIII Beiras e Serra da Estrela (94%).

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUA RESIDUAIS

A gestão do sistema de recolha e tratamento de águas residuais no município é efetuada pela Águas do Vale do Tejo na componente do sistema “em alta” e pela Câmara Municipal na componente do sistema “em baixa”, que gere alguns sistemas autónomos de menor dimensão e as redes de drenagem no interior dos aglomerados.

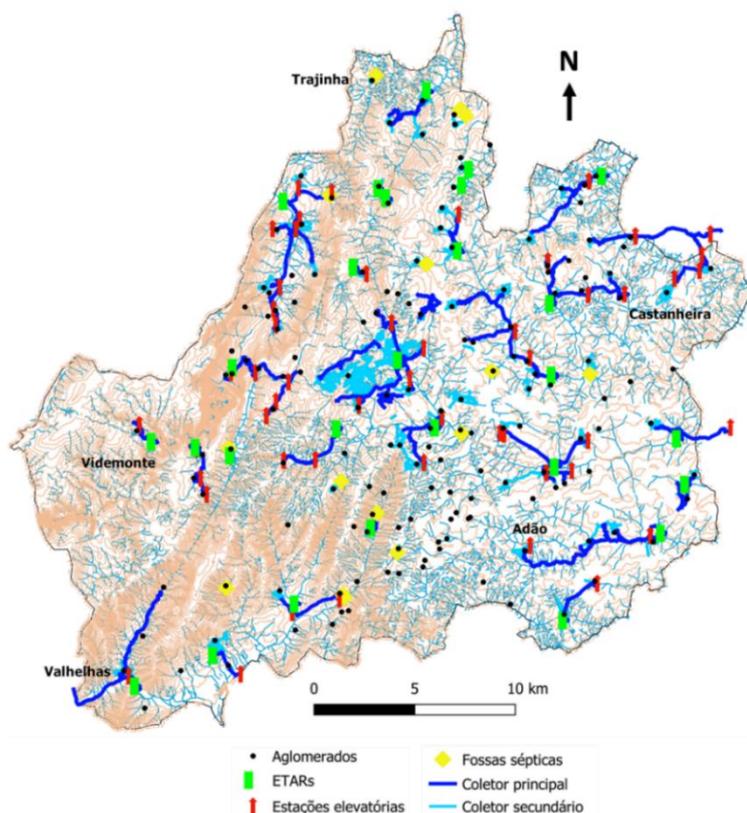


Figura 7 | Sistema de águas residuais no concelho da Guarda.
Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

O concelho da Guarda é servido por 29 sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em ETAR e 13 sistemas de drenagem para Fossa Séptica: Corujeira, Trajinha, Codesseiro, Salgueiro, Menoita, Aldeia do Bispo (2 fossas), João Antão, Seixo Amarelo, Carapito S. Salvador, João Bravo, Serra do Borges, Monte Barro e Pousade. Prevê-se que as Fossas Sépticas da Corujeira e de Pousade sejam desativadas em breve.

No concelho da Guarda, 104 aglomerados identificados pela CMG dispõem de rede de drenagem de águas residuais domésticas. Destes, 5 aglomerados ainda não se encontram ligados a Estação de Tratamento de Água Residuais (ETAR), aguardando a entrada em funcionamento de 7 Estações Elevatória de Águas Residuais (EEAR), já construídas.

Não existe rede de drenagem nem tratamento de águas residuais em 51 aglomerados identificados pela CM da Guarda. Em muitas das quintas existentes no concelho também não existe sistema de drenagem de águas residuais.

Atualmente encontram-se em funcionamento 26 ETAR e 46 EEAR pertencentes ao sistema “em alta” e 3 ETAR e 15 EEAR pertencentes ao sistema “em baixa”, bem como 14 Fossas Sépticas coletivas pertencentes ao sistema “em baixa”, sendo que se prevê que 2 serão desativadas brevemente com a entrada em funcionamento de EEAR (Figura 7).

Tabela 17 | Volume de águas residuais drenadas (milhares m³) no município da Guarda de acordo com a sua origem, Volume de água residuais drenadas por habitante (m³/hab). Fonte: INE [12]

	VOLUME DE ÁGUAS RESIDUAIS DRENADAS (MILHARES M ³)				VOLUME DE ÁGUAS RESIDUAIS DRENADAS POR HABITANTE (M ³ /HAB)
	TOTAL	DOMÉSTICO	NÃO DOMÉSTICO	IGNORADO/NÃO ESPECIFICADO	
2011	2 758		0	2 758	65,5
2012	2 553	0	0	2 553	61,4
2013	3 335	3 335	0	0	81,3
2014	3 796	0	0	3 796	93,6
2015	2 766	0	0	2 766	68,7
2016	3 828	3 828	0	0	95,6
2017	2 728	2 728	0	0	68,8
2018	3 300	3 291	8	0	84
2019	3 213	3 206	7	0	82,3
2020	4 421	4 421	0	0	113,3
2021	3 705	35	0	3 671	94,9

De acordo com os dados recolhidos podemos auferir que a grande maioria das águas residuais drenadas são de origem doméstico.

O volume de águas residuais drenadas, é superior ao volume de água distribuído, podendo ser resultado de uma parte da água para distribuição não ser quantificada por não ser contabilizada por este sistema, e que posteriormente entra nos sistemas de águas residuais.

De acordo com a informação o volume de águas residuais drenadas por habitante, em 2021 no município da Guarda, é de 94,9 m³/habitante, valor superior ao registado em média pelo município integrados na NUTIII Beiras e Serra da Estrela onde se insere o Município da Guarda (85,5 m³/habitante), e muito superior ao registado no Continente (66,7 m³/habitante).

Na tabela seguinte é apresentado o Volume de águas residuais tratadas em ETAR, de acordo com o seu nível de tratamento.

Tabela 18 | Volume de águas residuais tratadas (milhares m³) no município da Guarda de acordo o nível de tratamento. Fonte: INE [12]

	VOLUME DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS EM ETAR (MILHARES M ³)			
	TOTAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	3 457	0	3 457	0
2015	0	0	0	0
2016	4 419	0	1 877	2 541
2017	3 191	0	1 755	1 436
2018	3 654	0	1 921	1 733
2019	3 573	0	955	2 618
2020	4 372	0	1 246	3 126
2021	4 168	0	1 126	3 042

Só foi possível obter dados a partir de 2014, sendo que se registou uma interrupção na informação em 2015.

O volume de águas residuais que sofreram um tratamento, é superior ao volume de água residuais drenadas.

Os dados revelam que as águas residuais levaram tratamento secundário e terciário ³.

Analisámos a proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, que de acordo com o INE [11], é um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Tabela 19 | Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais. Fonte: INE [12]

	PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (%)
2011	s.i.
2012	s.i.
2013	89
2014	89
2015	89
2016	90
2017	s.i.
2018	89
2019	89
2020	90
2021	90

De acordo com os dados apresentados, tem vindo a aumentar a percentagem de alojamentos servidos pelo sistema de drenagem de águas residuais, tendo-se registado nos últimos anos que 90% dos alojamentos são abrangidos pelo sistema, proporção superior à do Continente (86%) e da NUTIII Beiras e Serra da Estrela (88%).

- **QUALIDADE DAS ÁGUAS (SUPERFICIAIS, SUBTERRÂNEAS E CONSUMO)**

Para além da análise da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais será importante saber a qualidade das águas existentes no concelho.

ÁGUA SUPERFICIAIS

O concelho da Guarda subdivide-se por três das principais bacias hidrográficas. As bacias hidrográficas do rio Coa, afluente do Douro, (cerca 57% da área do concelho), a do rio Zêzere, afluente do Tejo (cerca de 19%), e a do rio Mondego (cerca de 24%).

De acordo com o Relatório da Situação de Referência [26], os recursos hídricos de superfície existentes nas linhas de água e na albufeira do Caldeirão são aproveitados para rega, abastecimento público de água às populações e produção de energia.

* ³ Tratamento das águas residuais/efluentes: É possível considerar 4 tipos de tratamentos de efluentes: o **tratamento preliminar** é constituído unicamente por processos físico-químicos (remoção de flutuantes, sólidos grosseiros); o **tratamento primário** é também constituído por processos físico-químicos (pré-arejamento, equalização do caudal, neutralização da carga do efluente, separação de partículas líquidas ou sólidas); o **tratamento secundário** é constituído por processos biológicos (tratamento aeróbio ou anaeróbio para a remoção da matéria orgânica biodegradável solúvel) seguidos de processos físico-químicos (sedimentação de dos flocos biológicos); o **tratamento terciário** é também constituído unicamente por processos físico-químicos (remoção de microrganismos patogénicos, desinfecção e se necessário, tratamento ao cloro e ozono).

O abastecimento público de água potável é efetuado a partir de recursos hídricos de superfície em quase todos os aglomerados do concelho.

Segundo informação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), existem 13 regadios inventariados, no concelho da Guarda, com uma área de 295 ha.

A qualidade das massas de águas superficiais depende do seu estado ecológico e químico nos rios e nas albufeiras existentes no concelho. Na Guarda existem diversas estações de monitorização integradas no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

Na rede de monitorização da Qualidade da Água, encontram-se localizadas no concelho 23 estações, onze no rio Mondego, quatro no rio Zêzere, seis na Albufeira do Caldeirão e uma no rio Noéme e na ribeira das Cabras (Figura 8).

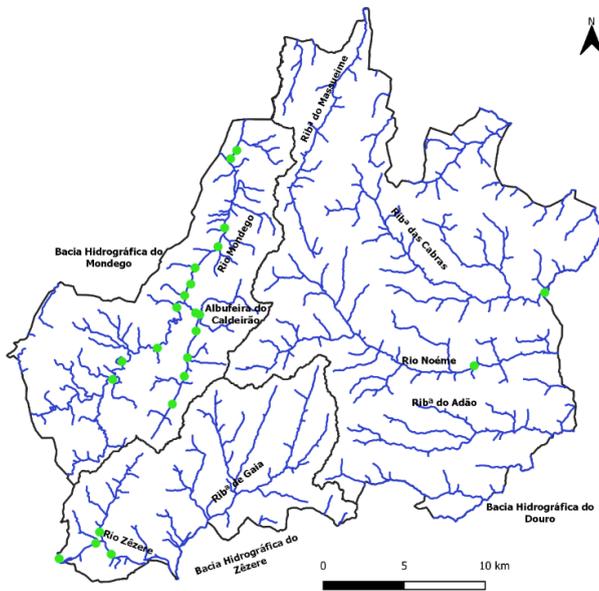


Figura 8 | Rede de qualidade da água superficiais no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

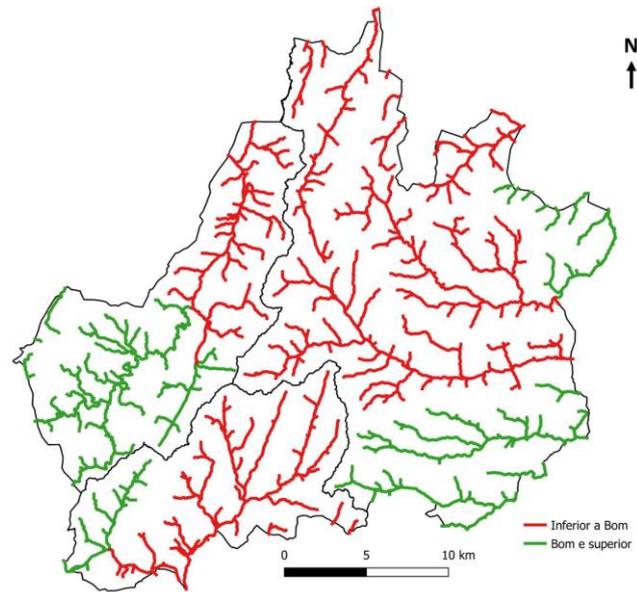


Figura 9 | Estado das massas de água superficiais no concelho da Guarda (adaptado dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica 2016-2021 do Douro, do Vouga, Mondego e Lis, do Tejo e Ribeiras do Oeste). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

De acordo com a informação no Relatório da Revisão do PDM da Guarda, tendo por base a cartografia existente nos Planos de Região Hidrográfica 2016-2021 do Douro, do Vouga, Mondego e Lis, do Tejo e Ribeiras do Oeste, foi classificado o estado das principais massas de água superficiais do concelho. Verifica-se que a grande maioria das massas de água dos rios se encontram no estado “Inferior a Bom”, assim como o estado da massa de água da albufeira do Caldeirão (Figura 9).

Após os incêndios rurais de 2022, foram celebrados contratos-programa entre o ICNF e 21 municípios, incluindo o concelho da Guarda, com os quais se pretende entre outros objetivos controlar a erosão, proteger as encostas, prevenir a contaminação, o assoreamento e a recuperação de linhas de água.

Os cursos de água nos setores a montante, em zonas de maior altitude, de acesso mais difícil e mais naturalizadas, apresentam-se em geral bem conservados, com as galerias ripícolas em melhores condições. Nos setores mais a jusante, mais humanizados é frequente o abandono dos cursos de água e por vezes a destruição das galerias ripícolas por via de cortes indevidos.

Os rios Diz e Noéme, afluentes do rio Côa, são os cursos de água que apresentam problemas ambientais e de poluição mais graves, por drenarem a maior parte das águas provenientes da área do concelho com maior pressão, a área urbana da cidade da Guarda e a sua envolvente. Os efluentes domésticos e industriais que ali são produzidos, designadamente de uma empresa têxtil de tratamento e fição de lãs, mas também de atividades agrícolas e pecuárias intensivas nas imediações e os efluentes rurais constituem os principais focos de poluição.

ÁGUA SUBTERRÂNEAS

Os recursos hídricos subterrâneos sempre desempenharam um importante papel, e deverão continuar a fazê-lo, tanto no abastecimento das populações como na origem de água para a agricultura e a indústria. Na realidade, aqueles recursos quase sempre constituíram as primeiras origens de água, tendo mantido esse desempenho em muitas regiões, até há pouco tempo, e mantendo-o ainda noutras. Mesmo em vastas zonas onde as águas subterrâneas são escassas, elas podem ser fundamentais, na ausência de outros recursos hídricos economicamente mobilizáveis, permitindo assegurar o abastecimento de núcleos urbanos ou industriais de pequena dimensão, de explorações agropecuárias e do regadio de pequenas explorações agrícolas [29].

Considera-se como sistema aquífero um domínio espacial, limitado em superfície e em profundidade, no qual existe um ou vários aquíferos, relacionados ou não entre si, mas que constitui uma unidade prática para a investigação ou exploração. Um aquífero é uma unidade geológica que contém água e que a pode ceder em quantidades economicamente aproveitáveis. De acordo com os conceitos acima referidos, existem zonas, dentro de cada Unidade Hidrogeológica, onde não foi definido qualquer sistema. Tal não significa necessariamente a inexistência de aquíferos, mas apenas que estes têm uma importância pequena, de carácter local, sobretudo quando comparados com sistemas aquíferos próximos, com importância regional [29].

Assim, no âmbito dos recursos hídricos subterrâneos o concelho da Guarda encontra-se abrangido no Maciço Antigo (Maciço Hespérico ou Ibérico), é a unidade geológica que ocupa a maior extensão em Portugal, sendo constituída, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. As litologias correspondentes àqueles tipos de rochas, são habitualmente designados por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda por rochas fraturadas ou fissuradas. Em termos gerais, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos. No entanto, apesar da escassez de recursos hídricos subterrâneos, eles desempenham um papel importante, tanto nos abastecimentos à população, como na agricultura. De facto, além de milhares de pequenas captações particulares, a maioria dos concelhos dispõe de grande número de catações de água subterrâneas para abastecimento [29].

De acordo com a informação disponibilizada pelo SNIRH [29], a rede de monitorização da qualidade da água superficial no concelho da Guarda é efetuada em 2 pontos de monitorização (2 furos verticais), sintetizada na Tabela 20 e Figura 10.

Tabela 20 | Informação dos pontos de monitorização da qualidade da água no município da Guarda. Fonte: SNIRH [30]

N.º DE INVENTÁRIO:	192/C25	204/C28
COORDENADA M (M):	279 171	284 728
COORDENADA P (M):	409 339	394 052
DISTRITO:	Guarda	
CONCELHO:	Guarda	
FREGUESIA:	Codeseiro	Albardo

ARH:	ARH-Norte	
BACIA HIDROGRÁFICA:	Douro	
UNIDADE HIDROGEOLÓGICA:	Maciço Antigo	
SISTEMA AQUÍFERO:	A0 - Maciço Antigo Indiferenciado	
TIPO DE PONTO DE ÁGUA:	Furo Vertical	Furo Vertical

A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

A1 – tratamento físico e desinfeção.

A2 – tratamento físico e químico e desinfeção.

A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfeção.

>A3 - a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais avançado

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos. Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

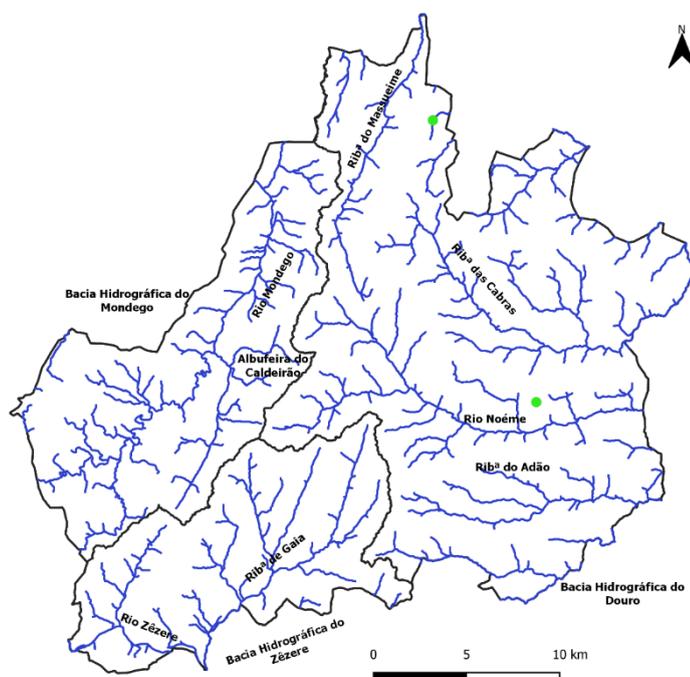


Figura 10 | Rede de qualidade da água subterrânea no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

Tabela 21 | Informação da qualidade da água subterrânea nos pontos de monitorização existente no município da Guarda. Fonte: SNIRH [30]

Nº INVENTÁRIO	ANO	CLASSIFICAÇÃO				PARÂMETROS RESPONSÁVEIS PELA CLASSIFICAÇÃO
		A1	A2	A3	>A3	
192/C25	2005				>A3	Selénio
	2006					
	2007				>A3	Fosfatos P ₂ O ₅ e Manganês
	2008				>A3	Ferro e Manganês
	2009				>A3	Arsénio e Fluoretos
	2010		A2			pH
	2011		A2			pH
	2012		A2			Azoto amoniacal e pH
	2013		A2			Fosfatos P ₂ O ₅ , Manganês e pH
	2014		A2			pH
	2015				>A3	Fosfatos P ₂ O ₅
	2016		A2			Azoto amoniacal, Fosfatos P ₂ O ₅ e pH
	2017				>A3	Azoto amoniacal, Fluoretos e Fosfatos P ₂ O ₅
	2018				>A3	Fluoretos e Fosfatos P ₂ O ₅
204/C28	2005		A2			Ferro e pH
	2006					
	2007		A2			Oxigénio dissolvido (sat) e pH
	2008			A3		Oxigénio dissolvido (sat)
	2009				>A3	Fluoretos
	2010		A2			pH
	2011		A2			pH
	2012		A2			pH
	2013		A2			pH
	2014		A2			pH
	2015		A2			pH
	2016		A2			pH
	2017				>A3	Fluoretos
	2018				>A3	Fluoretos
	2019				>A3	Fluoretos
2020			A3		Oxigénio dissolvido (sat)	
2021				>A3	Oxigénio dissolvido (sat)	
2022				>A3	Oxigénio dissolvido (sat)	

De uma forma geral, têm-se verificado uma oscilação da classificação da qualidade da água entre **A2** (tratamento físico e químico e desinfecção) e **>A3** (a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais avançado).

A presença de Fluoretos (possivelmente como resultado da recirculação subterrânea, isto é, troca iónica entre o meio e a água subterrânea), Fosfatos (por vezes associado efluentes domésticos) e Oxigénio dissolvido (com valores que podem comprometer a sustentabilidade do ecossistema) são as principais causas para esta classificação, denotando que estas águas devem ser sujeitas a um tratamento mais intenso, para que as mesmas estejam em condições de utilização para consumo humano.

A quantidade de oxigénio dissolvido na água depende da temperatura, pressão e sais dissolvidos. Nas águas subterrâneas o oxigénio dissolvido pode existir em pequenas quantidades. A maioria das águas subterrâneas apresenta concentrações entre os 0 e os 5mg/l. O maior problema associado ao oxigénio dissolvido é o facto de tornar a água corrosiva[15], logo tornando a água imprópria para consumo humano, havendo por isso necessidade de a submeter a tratamento

As pressões quantitativas existentes sobre as massas de água no concelho da Guarda, resultam das 37 captações subterrâneas e da captação superficial da barragem do Caldeirão⁴ para produção de água destinada ao consumo humano e atividades conexas, e das diversas captações para atividades industriais, com especial relevo as relacionadas com as diversas unidades que laboram na exploração e transformação de inertes.

No concelho são também efetuadas diversas captações de água para rega na agricultura. A DGADR identifica no concelho 13 regadios tradicionais com uma área regada de 295 ha.

Quanto às pressões qualitativas existentes mais relevantes, as de origem pontual relacionam-se com as rejeições de águas residuais com origem urbana, doméstica, industrial, com ou sem tratamento em ETAR com as rejeições provenientes de explorações pecuárias que descarregam em meio hídrico e no solo [26].

As pressões de origem difusa arrastam poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais ou por lixiviação até às massas de água subterrâneas. Estas pressões resultam das rejeições de óleos, gorduras, substâncias tóxicas e do escoamento superficial, em zonas urbanas, de águas residuais provenientes de algumas ETAR (com funcionamento deficiente e ineficaz), de fossas sépticas individuais e/ou coletivas. Tal verifica-se ainda em alguns aglomerados do concelho e nas diversas habitações dispersas fora dos aglomerados. Os depósitos ilegais de resíduos e as sucatas existentes, que libertam águas lixiviantes, constituem um potencial risco para as massas de água [26].

A antiga lixeira da Guarda, situada na freguesia de Maçainhas, selada em 2001, constituiu também uma pressão qualitativa sobre as massas de água uma vez que o projeto previsto não foi executado na totalidade pois o sistema de captação de biogás e lixiviados não foi realizado. O processo de monitorização dos lixiviados teve início no ano de 2019 através da instalação de piezómetros, por parte da Resiestrela, no entanto não se teve acesso aos registos analíticos de controlo das águas lixiviadas à superfície ou em profundidade [26].

As rejeições de águas das explorações pecuárias e das áreas agrícolas (que usam fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos aplicados em terrenos agrícolas) produzem microrganismos, nutrientes e sais, provenientes da valorização agrícola, da rega e de efluentes pecuários que conduzem à eutrofização das massas de água superficiais.

As áreas de indústria extrativa que existem no concelho, incluindo as minas abandonadas, através da rega e de escorrências ácidas contaminam as águas superficiais e subterrâneas.

As pressões hidromorfológicas resultantes da erosão hídrica dos solos e da influência dos incêndios na destruição do coberto vegetal facilitam a erosão do solo e reduzem a capacidade de retenção e de cedência gradual das águas ao meio hídrico provocando enxurradas, que destroem os leitos e as margens dos cursos de água e interferem com o seu regime hidrológico.

* ⁴ Também existe uma captação superficial na barragem do Sabugal, localizada neste concelho.

ÁGUA PARA CONSUMO

Relativamente à água para consumo humano esta é monitorizada pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos [6]. Esta entidade regula os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, com o principal objetivo a proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo-eficácia associada à qualidade de serviço.

De acordo com a informação disponibilizada, o abastecimento de água no concelho da Guarda é da responsabilidade do município, e a qualidade da água para consumo humano é apresentada na Tabela 22.

Tabela 22 | Dados da qualidade do serviço de abastecimento de água e qualidade da água para consumo no município da Guarda. Fonte ERSAR [8]

	ANÁLISES REALIZADAS (%)	ANÁLISES EM CUMPRIMENTO DO VP (%)	ÁGUA SEGURA (%)
2002	87,73	98,18	86,13
2003	92,15	99,56	91,74
2004	99,3	97,67	96,99
2005	99,9	97,78	97,68
2006	100	95,64	95,64
2007	100	96,26	96,26
2008	100	95,17	95,17
2009	100	96,94	96,94
2010	100	95,85	95,85
2011	100	96,82	96,82
2012	100	96,61	96,61
2013	100	98,81	98,81
2014	100	99,72	99,72
2015	100	99,81	99,81
2016	100	99,47	99,47
2017	100	96,98	96,98
2018	100	96,84	96,84
2019	100	97,37	97,37
2020	100	99,23	99,23
2021	100	99,13	99,13
2022	100	98,59	98,59

(*) VP: Valor paramétrico fixado na legislação.

De acordo com o indicador % Água Segura, avaliado pela ERSAR, no ano de 2022, a água para abastecimento público foi considerada segura em 98,59% do total de água distribuída em 2022 no concelho da Guarda, onde todas as análises legalmente exigidas foram efetuadas.

- **RESÍDUOS URBANOS (PRODUÇÃO, TRATAMENTO E DESTINO DE RESÍDUOS)**

A designação "Resíduos Urbanos" é um termo abrangente respeitante à mistura de materiais e objetos que tem origem doméstica. Engloba ainda resíduos provenientes do sector de serviços ou de estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde com uma natureza ou composição afim dos domésticos.

Tem-se verificado nos últimos anos um aumento acentuado da produção de resíduos, muito possivelmente devido ao avanço tecnológico e a alterações no estilo de vida das sociedades, sendo urgente resolver o problema da sua gestão.

Os resíduos devem ser alvo de uma gestão própria e destino adequado, em função das suas características, garantindo a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactes negativos sobre a saúde pública e o ambiente. Neste sentido, tem-se verificado uma crescente preocupação dos concelhos em gerir os resíduos produzidos.

Os resíduos urbanos são constituídos por vários tipos de materiais e produtos em fim de vida. Das frações que os compõem, os materiais biodegradáveis assumem especial relevo e integram os biorresíduos, o papel/cartão e as embalagens de cartão para alimentos líquidos, que em conjunto representam cerca de 50%, em peso dos resíduos urbanos [1].

Estes resíduos têm origem num número de produtores bastante elevado e disperso, o que coloca desafios à sua gestão.

Cabe aos cidadãos e restantes produtores a responsabilidade de separar e depositar os resíduos urbanos nos pontos de recolha disponibilizados pela entidade que presta o serviço de recolha e gestão de resíduos.

De acordo com a APA, Existem 23 Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos⁵ cobrindo a totalidade do território continental, sendo 12 Multimunicipais (explorados por empresas controladas pela empresa *Environment Global Facilities*

- EGF) e 11 Intermunicipais. Cada um destes sistemas possui infraestruturas para assegurar um destino final adequado para os Resíduo Urbanos produzidos na respetiva área. [1]

A RESIESTRELA, empresa multimunicipal, é responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos no município da Guarda, bem como de 13 municípios, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável da região e país e para a maximização do bem-estar humano, através da criação de valor. O Sistema serve atualmente uma população de 184.457 habitantes, com uma área de 6.160 Km², que corresponde a cerca de 7% do território português.

No município da Guarda encontramos 1 Estação de Transferência bem como um Ecocentro, localizado junto ao nó da A23 em Galegos, onde os resíduos urbanos são descarregados com o objetivo de os preparar para serem transportados para o local de tratamento, valorização ou eliminação.

A Câmara Municipal da Guarda é a entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada dos resíduos urbanos e respetivo transporte a destino final.

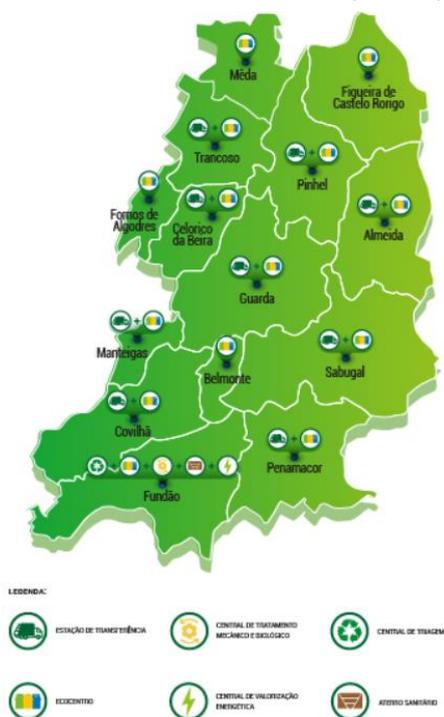


Figura 11 | Municípios servidos pela RESIESTRELA. Fonte: RESIESTRELA [25]

* ⁵ Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) é uma estrutura de meios humanos, logísticos, equipamentos e infraestruturas, estabelecida para levar a cabo as operações inerentes à gestão dos Resíduos Urbanos (RU).

Na freguesia da Guarda, exceto a localidade de Galegos e na zona do Outeiro S. Miguel pertencente à freguesia de Arrifana, a recolha é efetuada pela concessionária RRI (Recolha de Resíduos Industriais, S.A.). Nas restantes localidades a recolha e o transporte é efetuada pela Câmara Municipal [26].

De acordo com a informação presente do Relatório de Revisão do PDM da Guarda [26], a antiga lixeira municipal foi selada em 2001.

Os óleos alimentares usados também são recolhidos em oleões instalados na área do concelho para serem reciclados e transformados em biodiesel ou sabão. Os resíduos volumosos e os resíduos verdes também são recolhidos gratuitamente na área do concelho e colocados na Estação de Transferência. A recolha de resíduos de construção e demolição previstos são transportados para um operador legalizado.

De acordo com a informação prestada pela CMG, os contentores de recolha não seletiva existem em todos os aglomerados do concelho num total de 2 817 contentores, dos quais 808 na cidade da Guarda. Fora dos aglomerados rurais ao longo da via pública, encontram-se localizados 237 contentores (Figura 12)

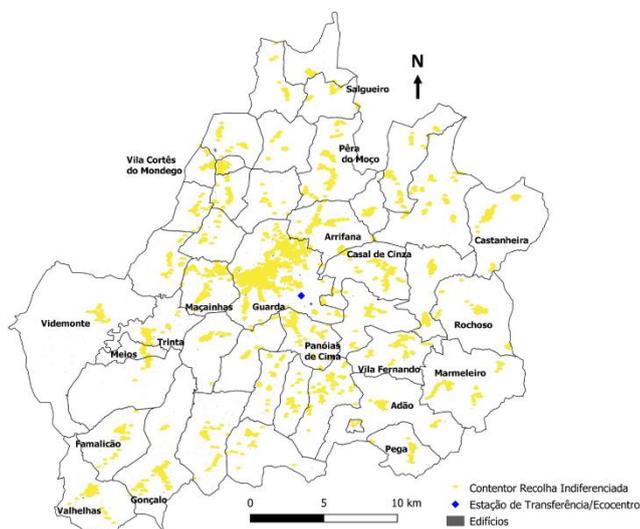


Figura 12 | Distribuição espacial dos contentores de recolha não seletiva no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

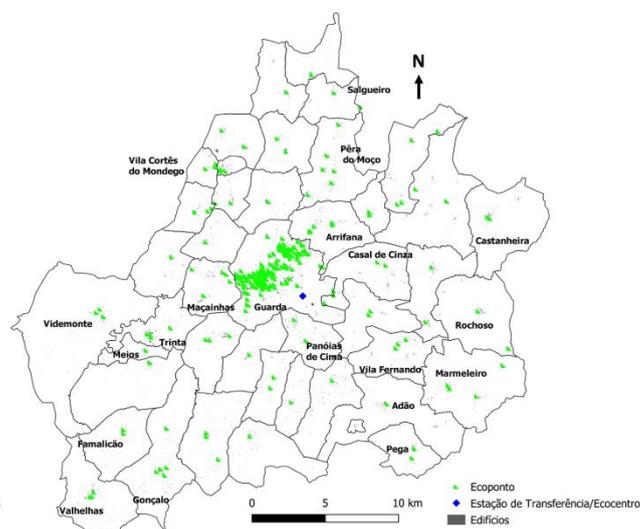


Figura 13 | Distribuição espacial dos ecopontos, no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

A recolha seletiva de resíduos urbanos apresenta um padrão espacial mais concentrando, mas abrange a quase totalidade dos aglomerados. Ao longo dos anos, o rácio para a colocação de ecopontos tem vindo a ser ajustado à realidade do território, ou seja, tem sido feito um esforço de colocação destes equipamentos, mesmo em aglomerados de baixa densidade populacional. No concelho encontram-se instalados 251 ecopontos, dos quais 145 na cidade (Figura 13).

De acordo com a informação recolhida no INE, relativamente à quantidade de resíduos urbanos recolhido no município da Guarda entre 2001 e 2022, e o tipo de recolha, isto é, recolha indiferenciada e recolha seletiva, verificamos, por um lado que o volume total de resíduos se mantém na mesma ordem de grandeza, entre 14000 e 17000 toneladas.

Tabela 23 | Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de recolha, entre 2001 e 2022. Fonte: INE [12]

	TOTAL	RECOLHA INDIFERENCIADA	RECOLHA SELETIVA
2001	15 837	15 701	136
2002	15 553	15 464	89
2003	16 528	16 468	60
2004	16 337	15 706	631
2005	16 720	16 020	700
2006	17 305	16 497	808
2007	16 973	16 116	856
2008	17 010	15 936	1 074
2009	16 980	15 696	1 284
2010	16 933	15 461	1 472
2011	15 863	14 519	1 343
2012	15 010	13 635	1 375
2013	14 672	13 217	1 454
2014	15 247	13 706	1 541
2015	15 021	13 391	1 630
2016	15 292	13 552	1 740
2017	15 265	13 445	1 819
2018	15 923	13 958	1 965
2019	15 716	13 816	1 900
2020	15 908	13 818	2 090
2021	16 118	13 738	2 380
2022	15 704	13 303	2 401

Verificamos igualmente que ao longo dos anos, a quantidade de resíduos de recolha seletiva tem vindo a aumentar, sendo que em 2022, representa cerca de 15,3% do volume total de resíduos recolhidos, percentagem muito semelhante ao registado na NUTIII Beiras e Serra da Estrela (15,5%).

Na tabela seguinte, temos a informação referente à percentagem de resíduos urbanos depositados em aterro.

Tabela 24 | Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%). Fonte: INE [12]

	PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS DEPOSITADOS EM ATERRO (%)
2011	76
2012	38
2013	33
2014	39
2015	25
2016	33
2017	42
2018	37
2019	49
2020	61
2021	54

Apesar de se verificar uma redução na quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro, em 2021, ainda temos que se regista que mais de 50% dos resíduos recolhidos são depositados em aterro, sendo os restantes reencaminhados para valorização/reciclagem (possivelmente orgânica e multimaterial).

Na Tabela 25 apresentamos a informação recolhido referente aos resíduos urbanos recolhidos, de acordo com o tipo de material reciclável.

Tabela 25 | Resíduos urbanos recolhidos (t) e Tipo de material reciclável. Fonte INE [12]

	TOTAL	PAPEL E CARTÃO	PLÁSTICO	METAL	VIDRO	MADEIRA	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS	PILHAS	VOLUMOSOS	BIODEGRADÁVEIS
2011	1170,21	571,83	261,39		335,8			1,19		0
2012	1192,86	622,46	233,51		336,08			0,81		0
2013	1158,84	565,98	228,8		364,06			0		0
2014	1196,98	571,96	244,68		379,22			1,12		0
2015	1384	619	277	0	396	33	42	1	16	0
2016	1393	662	285	6	343	33	36	1	27	0
2017	1310	612	297	13	328	25	35	1	0	0
2018	1431	680	300	22	385	0	43	0	0	0
2019	1555	695	370	15	370	0	34	0	0	72
2020	1770	728	493	17	424	0	64	1	0	43
2021	2201	739	529	50	471	0	72	1	272	68

Os dados recolhidos mostram que os materiais recicláveis mais comuns recolhidos no município da Guarda são o Papel e cartão, Plástico e Vidro.

Nos últimos anos verificamos um aumento na quantidade de Equipamentos elétricos e eletrónicos, bem como materiais Volumosos.

Tabela 26 | Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab) e Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab). Fonte: INE [12]

	RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS POR HABITANTE (KG/ HAB.)	RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE POR HABITANTE (KG/ HAB.)
2011	374	32
2012	359	33
2013	355	35
2014	374	38
2015	372	40
2016	382	43
2017	385	46
2018	405	50
2019	403	49
2020	408	54
2021	402	59
2022	393	60

Quando analisamos a quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante, verificamos um ligeiro aumento da quantidade de resíduos recolhidos por habitante, bem como um aumento da quantidade de resíduos recolhidos

seletivamente, embora nos últimos dois anos, tivemos uma diminuição da quantidade recolhida por habitante, mas um aumento da recolha seletiva, podendo inferir uma maior preocupação na separação de resíduos.

Apesar deste ligeiro aumento relativamente à recolha seletiva, este apresenta um peso ainda reduzido somente 15% do volume recolhido por habitante.

Importa ainda salientar, e de acordo com a informação presente no Relatório de Revisão do PDM Guarda [26], a recolha de óleos alimentares usados (OAU), tendo em vista a sua valorização e a diminuição da poluição das águas residuais domésticas, através da remoção de gorduras e a melhoria da eficácia do tratamento dos efluentes pelas ETAR, é realizada em parceria entre a CMG e Associação de Municípios da Cova da Beira.

Os resíduos Hospitalares produzidos no concelho são entregues ao SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais - Ambiente, uma associação privada sem fins lucrativos tutelada pelos Ministérios da Saúde e das Finanças, que faz a gestão e o tratamento de resíduos hospitalares a nível nacional.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos e perigosos não foi possível obter informação para o concelho embora seja conhecido que existe produção destes resíduos. Não existe nenhum aterro para acomodar este tipo de resíduos pelo que os mesmos ou são depositados no solo ou então são enviados para aterros ou unidades de transformação e processamento situados fora do concelho.

Apenas se conhece a existência de algumas empresas que procedem à recolha de resíduos industriais não perigosos: a empresa Irmão do Ambiente - Recolha de Resíduos Lda., localizada em Maçainhas; a empresa Egirecicla - Reciclagem de Consumíveis Informáticos Lda., localizada na Guarda; e a empresa RECIGUARDA - Desmantelamento e Comércio de Peças, Lda., localizada em João Bravo procede ao desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida. Na Devesa, no Jarmelo, existe também um Centro de Abate Automóvel Autorizado pela CCDRC (iMotor Carlos Sousa Peças).

Continua a verificar-se a deposição de resíduos sólidos de natureza diversa no solo e no meio natural de forma dispersa em pequenos locais de depósito indiscriminado de lixos, sobretudo resíduos da construção civil.

Os RU são depositados pela Resistrela S.A. no aterro sanitário da Cova da Beira, localizado no município da Covilhã.

- **INVESTIMENTOS AO NÍVEL DAS INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE**

Relativamente aos investimentos ao nível das Infraestruturas e Ambiente, sintetizamos a informação na tabela seguinte de acordo com a informação recolhida no INE.

Tabela 27 | Investimentos (milhares €) ao nível do ambiente no município da Guarda entre 2001 e 2022. Fonte: INE [12]

	TOTAL	GESTÃO DE RESÍDUOS	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SOLOS, DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS	PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	OUTRAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE
2001	84	65	0	20	0
2002	134	19	0	44	0
2003	880	537	9	0	0
2004	0	0	0	0	0
2005	48	30	0	18	0
2006	7	0	0	7	0
2007	170	30	0	96	44
2008	169	54	0	15	99
2009	275	12	0	31	231
2010	23	23	0	0	0
2011	13	13	0	0	0
2012	135	97	0	38	0
2013	244	242	0	2	0
2014	10	10	0		0
2015	58	3	0	54	0
2016	223	39	0	185	0
2017	284	0	0	284	0
2018	67	0	0	67	0
2019	24	24	0	0	0
2020		0	0	0	0
2021	130	130	0	0	0
2022	37	37	0	0	0

O domínio ambiental com maior investimento no município da Guarda refere-se Gestão de Resíduos, nomeadamente Equipamento básico de recolha de resíduos, salientando-se 2003, 2013 e 2021, os anos com maior investimento neste domínio.

Verifica-se igualmente um investimento ao nível da Proteção da Biodiversidade e Paisagem, sendo os anos de 2016 e 2017, os valores mais expressivos, tendo a informação que em 2017 este investimento focou-se na “Prevenção e combate a incêndios florestais”.

Entre 2007 e 2009, foi registado no município da Guarda investimentos ao nível “Outras atividades de proteção do ambiente”, podendo estar relacionada com ações de formação e educação em proteção ambiental e atividades de consultoria ambiental em áreas de proteção ambiental não discriminadas.

- **CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO**

De acordo com a CM da Guarda, “O desenvolvimento sustentável é uma das prioridades da Câmara Municipal da Guarda. A autarquia tem vindo a desenvolver práticas que valorizam a proteção e a conservação da natureza, apostando em campanhas de divulgação e sensibilização para a proteção contra incêndios e cada vez mais em energias alternativas, não fosse a cidade mais alta a cidade com a melhor qualidade do ar do país, galardoada com a designação de cidade bioclimática ibérica.

A recolha e tratamento de resíduos sólidos, a aposta em energias limpas, através da mobilidade elétrica, a proteção das florestas, assegurar a qualidade das praias fluviais do concelho, e a gestão da população canina e felina são algumas das atribuições da autarquia na área do Ambiente.”

Na página online da Câmara Municipal, é possível ter acesso a um conjunto de informações de apoio à população referente:

- Gestão de resíduos, nomeadamente o que resíduos indiferenciados que vulgarmente designamos “lixo normal”.
- Recolha de resíduos volumosos fora de uso (eletrodomésticos, mobiliário, colchões e outros similares); Resíduos verdes; Resíduos de construção e demolição produzidos;
- Informação relativamente aos 18 compostores para compostagem comunitária que pode utilizar para depositar os resíduos orgânicos que produz em sua casa.
- Campanha “O projeto de “Resto Zero” tem como objetivo reduzir a quantidade de biorresíduos – resíduos alimentares e resíduos verdes – enviados para aterro.”



Figura 14 | Informação página online da CM da Guarda referente ao projeto “resto Zero”. Fonte: CM da Guarda
Fevereiro 2022: ação de sensibilização no âmbito da Campanha Floresta Segura 2022. Promovida pelo Comando da GNR da Guarda, através do Núcleo de Proteção Ambiental, esta ação deu especial destaque a questões relacionadas com a necessidade de limpeza dos terrenos, manutenção das faixas de gestão de combustível e normas e procedimentos para a realização de queimas e queimadas, tendo sempre como principal objetivo a salvaguarda da população, dos seus bens
Março 2024: Comemorando os dias da Floresta e da Água (Figura 15), o Município, em parceria com outras entidades, promoveu, a 21 de março, no PURD, atividades com o objetivo alertar para importância do uso de água reciclada, por forma a diminuir a pegada hídrica. As inaugurações dos Sistemas de utilização de Água para Reutilização e de Telegestão

de Rega foram o destaque do dia, que começou com cerca de 200 alunos, a plantarem árvores e a participarem em atividades lúdico-educativas.

Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Comemoração dos Dias da Floresta e da Água



Figura 15 | Informação página online da CM da Guarda sobre a comemoração dos dias da Floresta e da Água. Fonte: CM da Guarda

- **RUÍDO**

Relativamente ao ruído, esta componente ambiental humana, tal como se refere a Lei de Bases do Ambiente, possui um regulamento próprio, terá como fonte de informação a existente e produzida em sede do Mapa de Ruído, elaborado à luz do regulamento geral do ruído em vigor -Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR) e do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho (que transpõe a Diretiva n.º 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente). O Decreto-Lei n.º 9/2007 foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 14 de março e alterado pelo DL n.º 278/2007, de 1 de agosto.

O âmbito do RGR aplica-se às atividades ruidosas permanentes, temporárias, às infraestruturas de transporte, a todas as outras fontes de ruído suscetíveis de causar incómodo e ao ruído de vizinhança, considerando que todas estas atividades constituem uma das causas de degradação da qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com a informação proveniente da Revisão do PDM da Guarda [26], no concelho da Guarda existem inúmeras fontes de ruído relacionadas com atividades ruidosas permanentes e atividades ruidosas temporárias, onde se destacam as relacionadas com os tráfegos rodoviário e ferroviário e algumas atividades económicas.

Dando cumprimento ao estabelecido legalmente, foram elaborados os mapas relativos aos indicadores de ruído diurno-entardecer-noturno L(den) (Figura 16) e indicador de ruído noturno L(n) (Figura 17)

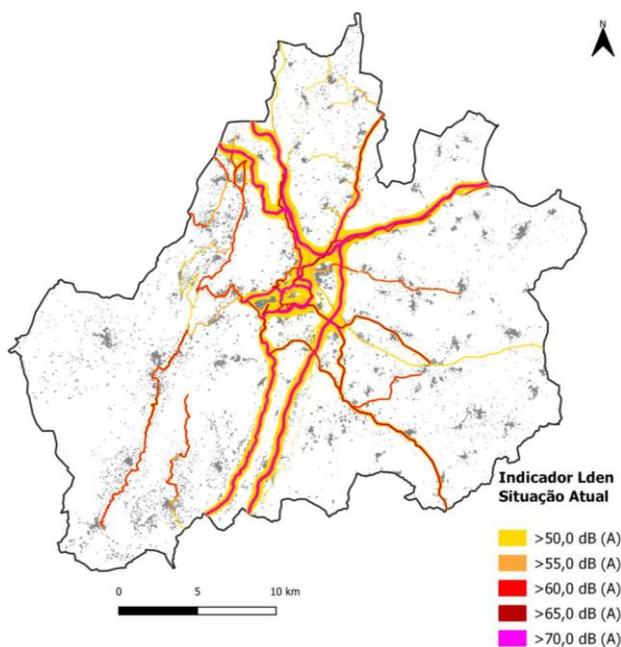


Figura 16 Indicador de ruído L(den) para o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

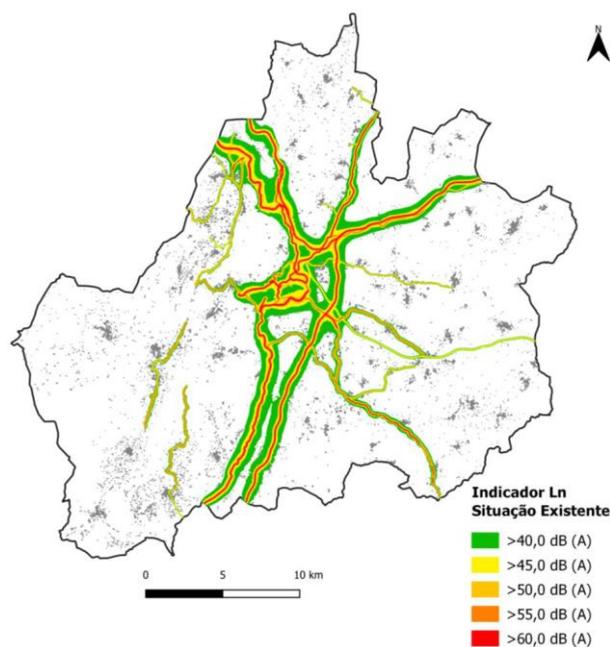


Figura 17 Indicador de ruído L(n) para o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

As zonas de maior de conflito acústico, zonas de não conformidade acústica, incluem os principais eixos rodoviários do concelho da Guarda designadamente aos troços das autoestradas A25 (IP5) e A23 (IP2), EN 16, EN 18, EN22, EN 233 e a ER 18-1. Na cidade da Guarda as zonas de conflito acústico coincidem também com as vias urbanas principais como a VICEG, a Av. 25 de Abril, Av. Cidade de Watterbury, Rua da República, Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Rua António Sérgio, Av. Rainha D. Amélia e Av. do rio Diz

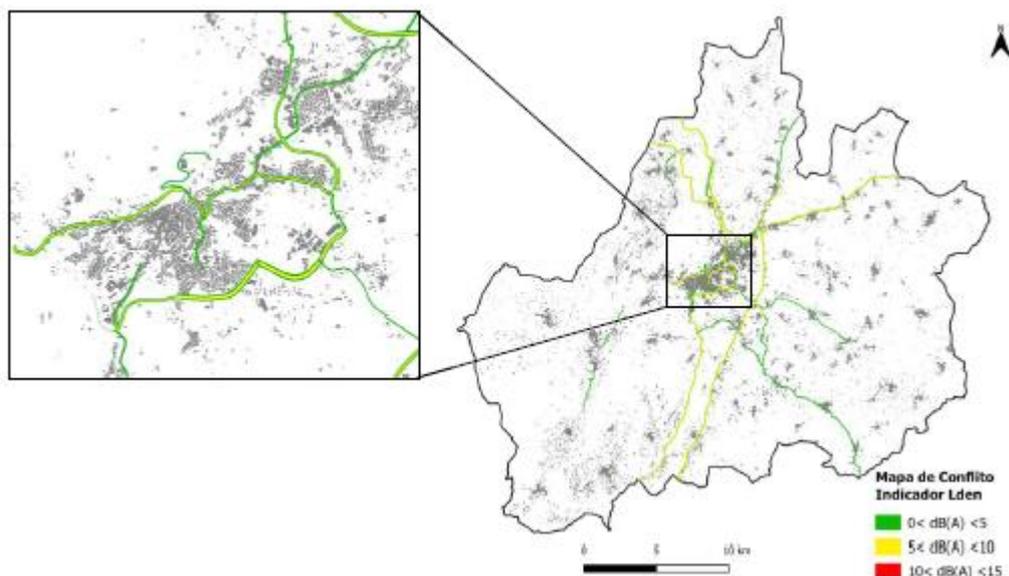


Figura 18 Mapa de conflito do indicador de ruído L(den) para o município da Guarda (limite até 55 dB(A)). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

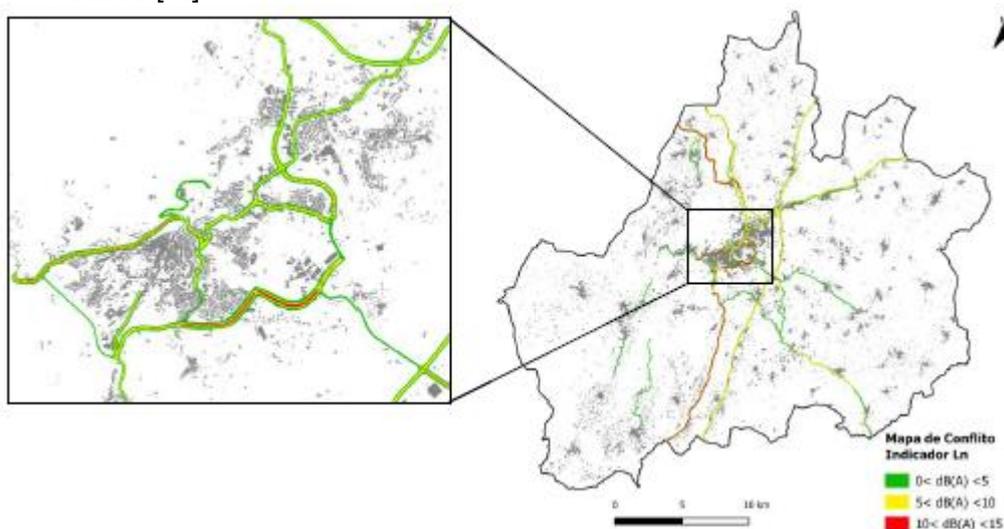


Figura 19 Mapa de conflito do indicador de ruído L(n) para o município da Guarda (limite até 45 dB(A)). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

• CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “RISCOS AMBIENTAIS”

• INCÊNDIOS RURAIS (PERIGOSIDADE, OCORRÊNCIAS (N.º), ÁREA ARDIDA)

Os incêndios rurais são um dos maiores problemas no nosso país, que afeta grande parte dos municípios. O impacto de um incêndio, vai muito além da parte visual, verificando-se um forte impacto económico, social e ambiental, por reduzirem a área com floresta, a flora e a fauna existentes, e assim contribuírem para a perda de biodiversidade, mas também pelo risco que representam para os bens e as populações residentes nos aglomerados rurais.

Outros problemas detetados prendem-se com o aumento da erosão hídrica do solo, redução dos caudais dos cursos de água ao longo do ano e a degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

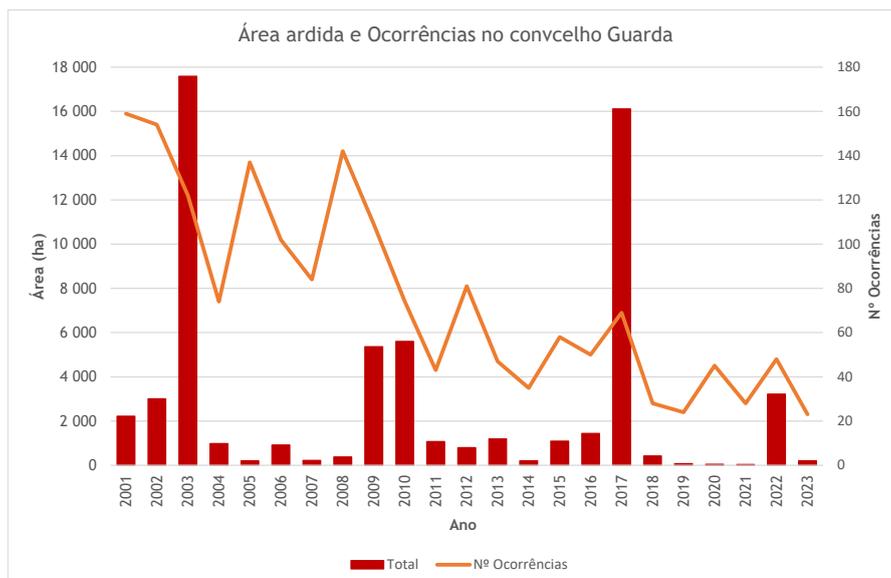


Gráfico 1 | Área total ardida (ha) e Nº Ocorrências no município da Guarda. FONTE: ICNF [11]

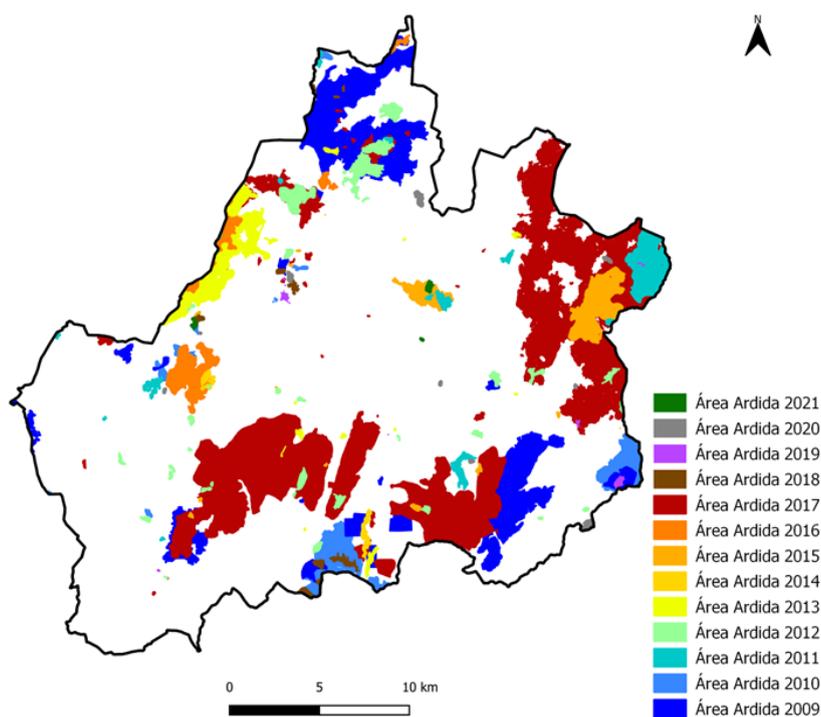
De acordo com o Gráfico 1, 2003 e 2017 foram os anos com maior área ardida no concelho da Guarda (com 17 592 e 16 114 hectares), seguido de 2010 e 2009 (5 597 e 5 358 hectares respetivamente). No entanto, em termos de ocorrências de incêndios, temos os anos 2001, 2002, 2008 e 2005, com maior registo de ocorrências, não se conseguindo estabelecer uma relação entre área ardida e número de ocorrências.

Tabela 28 | Área ardida (ha), por tipo de ocupação e Nº Ocorrências no município da Guarda. FONTE: ICNF [11]

	ÁREA ARDIDA (HA)				Nº Ocorrências
	POVOAMENTO	MATO	AGRÍCOLA	TOTAL	
2001	339,00	1 572,15	303,70	2 214,85	159
2002	296,45	2 609,30	97,01	3 002,75	154
2003	4 495,11	10 587,59	2 509,72	17 592,42	122
2004	224,16	734,52	17,01	975,69	74
2005	37,05	160,98	0,33	198,36	137
2006	300,41	567,81	47,31	915,53	102
2007	17,16	193,02	6,39	216,57	84
2008	86,14	281,86	8,89	376,89	142
2009	2 314,68	2 396,68	647,19	5 358,55	109
2010	791,58	3 761,62	1 044,52	5 597,72	74
2011	75,15	574,86	416,61	1 066,62	43
2012	224,90	550,14	19,74	794,78	81
2013	246,84	427,82	519,23	1 193,88	47
2014	16,03	164,16	16,13	196,32	35
2015	381,63	601,30	109,55	1 092,48	58
2016	190,75	956,34	293,76	1 440,84	50
2017	4 891,68	7 965,18	3 258,00	16 114,86	69
2018	5,20	415,50	2,35	423,05	28
2019	1,30	67,04	5,75	74,09	24
2020	5,86	32,10	3,76	41,72	45

	ÁREA ARDIDA (HA)				Nº OCORRÊNCIAS
	POVOAMENTO	MATO	AGRÍCOLA	TOTAL	
2021	3,02	15,55	12,17	30,74	28
2022	1 064,16	1 601,32	551,92	3 217,40	48
2023	67,46	115,95	15,02	198,43	23

Verifica-se que, em termos médios que 67,4% da área ardida corresponde a matos, 19,6% a povoamentos e 13% a áreas agrícola.



Quando analisamos a informação das áreas ardidas no município da Guarda, no período 2009-2021, mais de 33 400 hectares foram percorridos por incêndios, correspondendo a cerca de 47,3% da área concelhia.

No que diz respeito à distribuição espacial, importa destacar as freguesias localizadas a norte, este e sul, isto é a área correspondente ao Planalto da Beira Transmontana, com maiores áreas ardidas no total, mas onde se localiza os maiores incêndios (2017, 2009 e 2010). Na zona mais central e parte oeste do concelho registam menores áreas afetadas.

Verifica-se, que apesar de menor área, a zona do concelho que se insere no Parque Natural da Serra da Estrela, foi igualmente atingida por incêndios,

Figura 20 | Áreas ardidas por ano no concelho da Guarda, entre 2009 e 2021. Fonte: Relatório PDM [26]

afetando espécies de fauna e flora, algumas delas com estatuto de proteção.

Será importante neste ponto apresentar uma breve definição relativamente aos conceitos de perigosidade e risco.

Assim, de acordo com o Guia elaborado pela ANPC, DGOTDU e IGP [6], temos:

Tabela 29 | Conceitos. Fonte: Guia elaborado pela ANPC DOGTDU e IGP [9]

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Perigo	Processo ou ação natural, tecnológico ou misto suscetível de produzir perdas e danos identificados.
Perigosidade	Probabilidade de ocorrência de um processo ou ação (natural, tecnológico ou misto) com potencial destruidor (ou para provocar danos) com uma determinada severidade, numa dada área e num dado período de tempo

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Risco	<p>Probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre as pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos. Os riscos podem ser agrupados em 3 grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Riscos Naturais: resultam do funcionamento dos sistemas naturais (sismos, movimentos de massa em vertentes, erosão do litoral, cheias e inundações); – Riscos Tecnológicos: resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (cheias e inundações por rutura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas); – Riscos Mistos: resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (incêndios florestais).

Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a atos de natureza criminosa.

No Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do município da Guarda [19] temos a seguinte informação sobre a Perigosidade de Incêndio Rural:

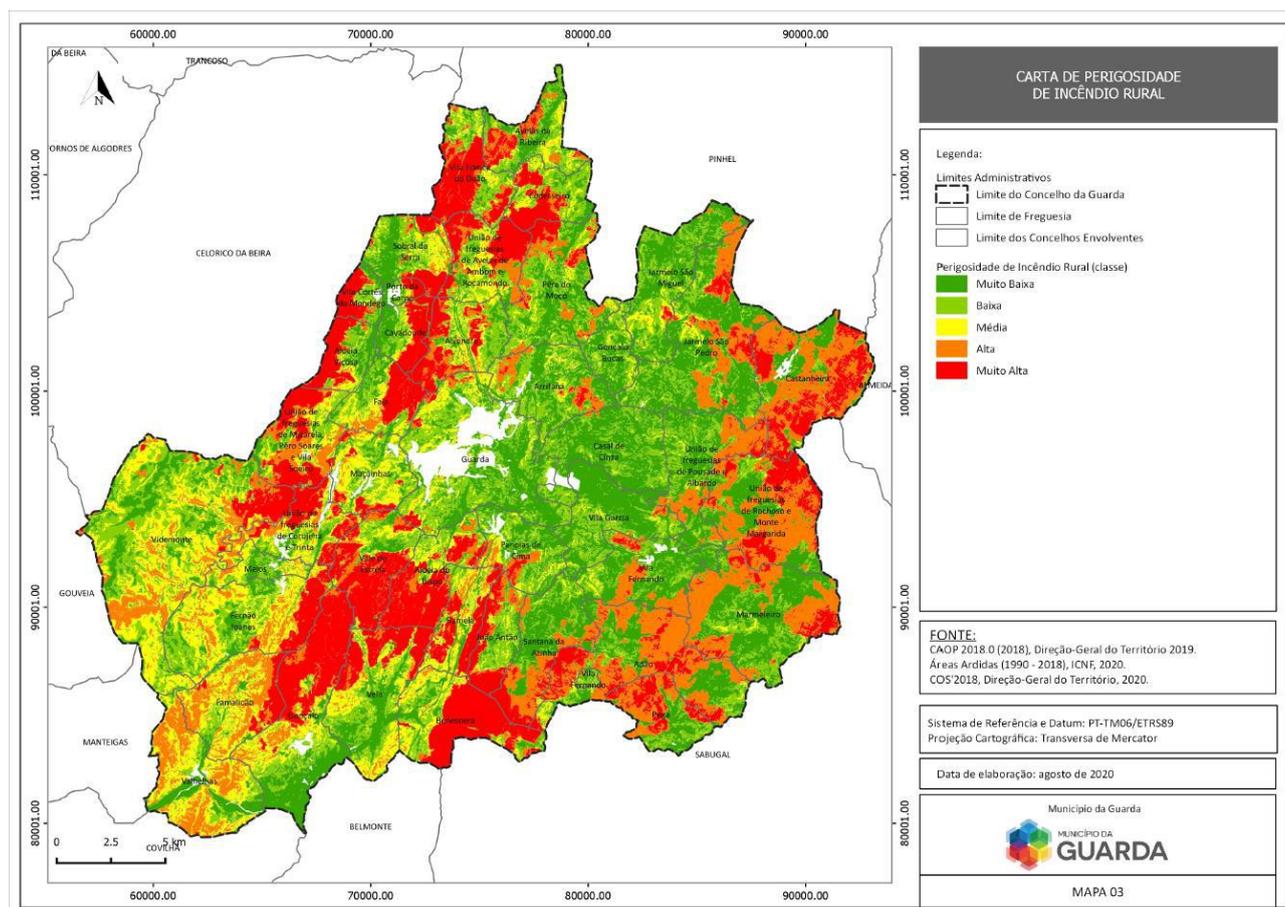


Figura 21 | Mapa de perigosidade de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]

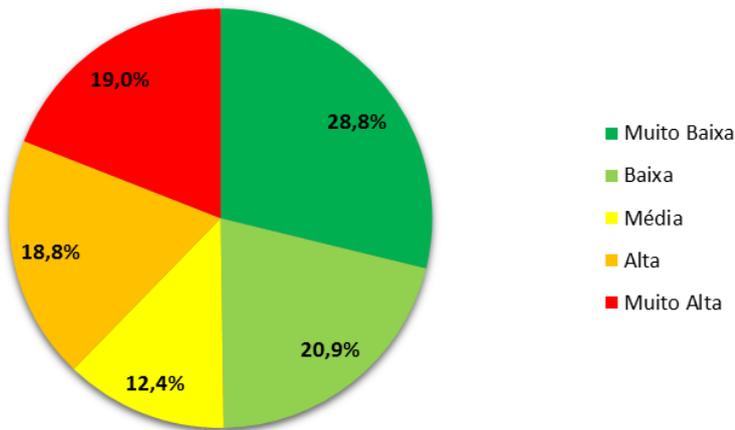


Gráfico 2 | Área ocupada por classe de perigosidade de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]

estando associadas a altitudes elevadas com declives acentuados. Da análise verificamos igualmente que aproximadamente 50% da sua área é ocupada pelas classes de menor perigosidade.

No PMDFCI [19] temos igualmente acesso à informação sobre o Risco de Incêndio Rural no município da Guarda.

Da observação da Figura 21 e do Gráfico 2 constatamos que a classe com a maior representatividade é a “Muito Baixa”, com 28,8% da área de análise. A classe “Baixa” está presente em 20,9%, enquanto a classe “Muito Alta” ocupa 19,0%. Por sua vez, as classes de perigosidade de incêndio rural “Alta” e “Média” ocupam as menores percentagens da área em análise, com 18,8% e 12,4%, respetivamente.

As classes de perigosidade “Alta” e “Muito alta” representam no seu conjunto 37,8% da área concelhia maioritariamente nos setores norte, sul e este do concelho da Guarda,

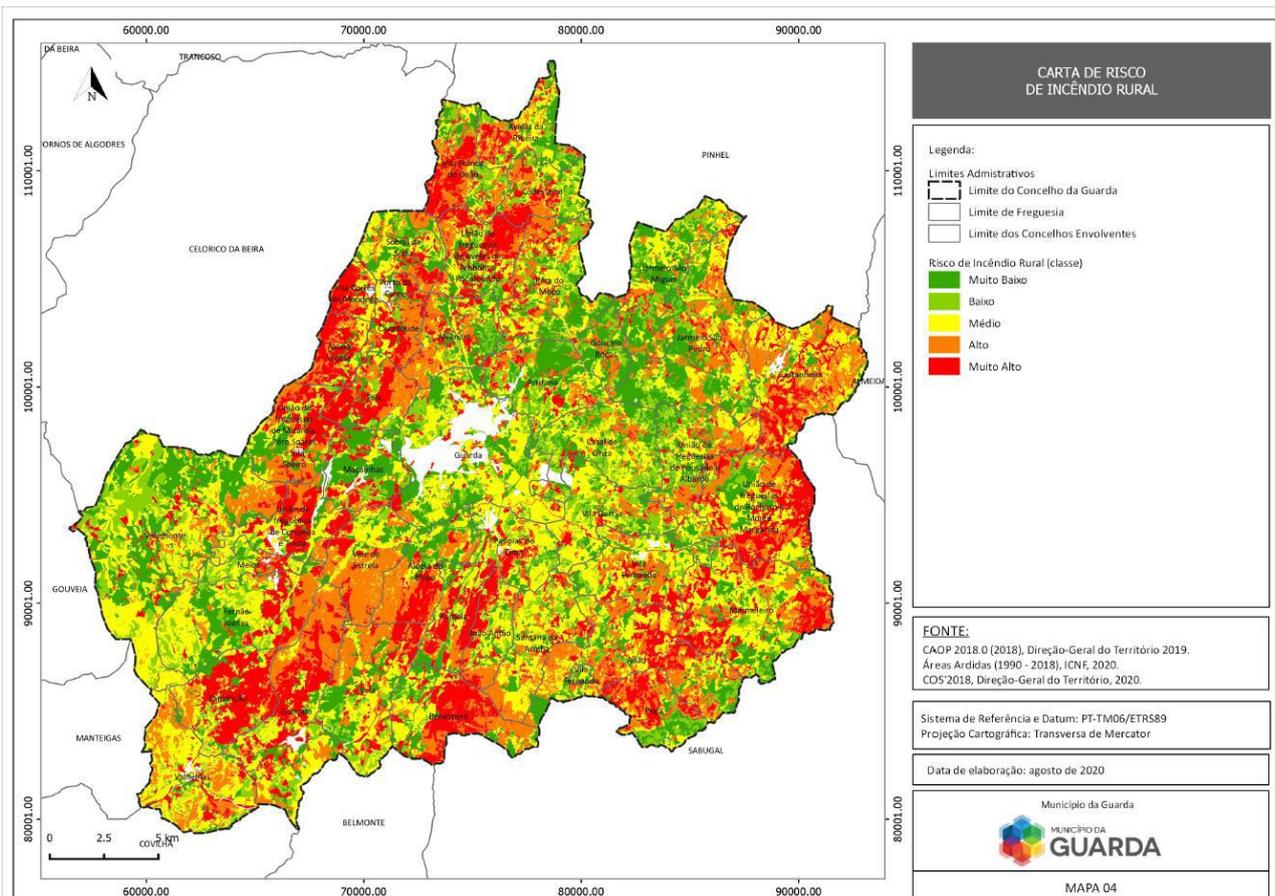


Figura 22 | Mapa do risco de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]

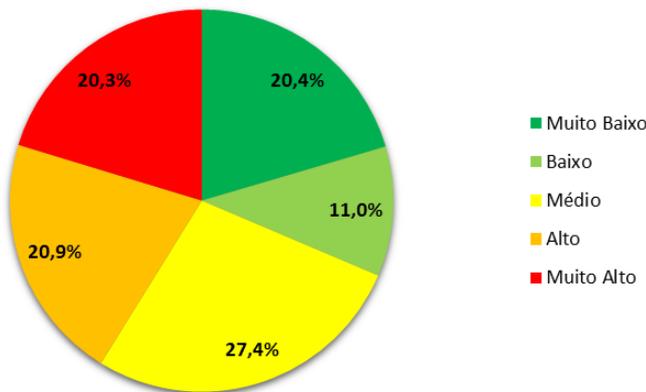


Gráfico 3 | Área ocupada por classe de risco de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]

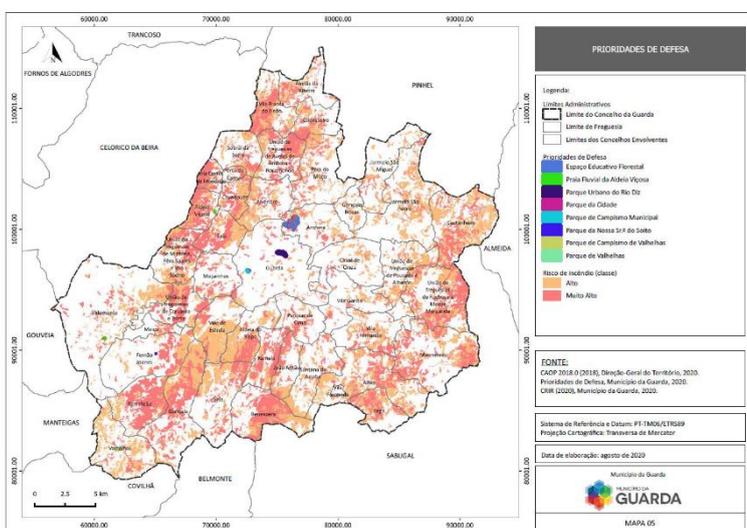
Da observação da Figura 22 e do Gráfico 3, constatamos que a classe de risco de incêndio rural para o concelho da Guarda com maior representatividade corresponde ao risco “Médio”, presente em 27,4% do território.

As restantes classes de risco de incêndio rural encontram-se distribuídas de forma equilibrada: “Alto” - 20,9%, “Muito Baixo” - 20,4%, “Muito Alto” - 20,3%, com a exceção da classe “Baixo”, que representa apenas 11,0% da área em análise.

No que diz respeito à localização das classes mais elevadas de risco de incêndio rural, verifica-se uma ampla distribuição espacial por todo o território, sendo de destacar, novamente, os setores norte, sul e este do concelho da Guarda.

Da observação da Figura 21 e Figura 22, verificamos que nem todas as áreas classificadas com Perigosidade de Incêndio Rural “Muito Alta” não são necessariamente áreas classificadas como “Muito Alta” no que toca ao Risco de Incêndio Rural.

No PMDFCI, decorrente da determinação da perigosidade e risco de incêndio rural, identificados como prioridades de defesa os seguintes elementos:



- Espaço Educativo Florestal;
- Parque da Cidade;
- Parque de Nossa Sr.ª do Soito;
- Parque de Campismo de Valhelhas;
- Parque de Campismo Municipal;
- Parque de Valhelhas;
- Parque Urbano do Rio Diz;
- Praia Fluvial da Aldeia Viçosa.

Figura 23 | Prioridades de defesa no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]

- **EROSÃO HÍDRICA DO SOLO**

Tal como é referido na memória descritiva da REN, elaborada em sede da Revisão do PDM da Guarda [28], as áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo são “áreas que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial”.

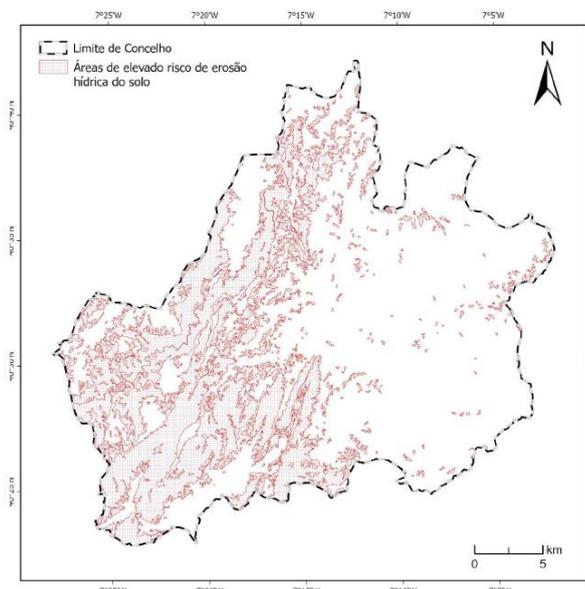


Figura 24 | Carta temática referente à REN: áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo. Fonte: Revisão do PDM Guarda [28]

A erosão hídrica do solo é uma das componentes a integrar a REN, correspondendo a uma área total de 20 647,9 ha, o que representa cerca de 29 % da área do Município

De acordo com a informação produzida, verifica-se que estas zonas se concentram na zona Oeste/Sudoeste e Norte do município, onde temos as zonas mais montanhosas, e com maior declive.

Com a ocorrência de incêndios em zonas anteriormente florestadas, conduz a um solo mais desprotegido, estando mais exposto ao fenómeno de erosão. Esta erosão poderá agravar, em zonas com declives mais acentuados, e quando combinada com a ocorrência de chuvas (mais ou menos intensas), acentuará o processo de erosão hídrica do solo.

- **FENÓMENOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS (SECAS, CHEIAS E INUNDAÇÕES)**

De acordo com a informação presente no relatório de Síntese da Revisão do PDM da Guarda [26], o município encontra-se mais suscetível a fenómenos de cheias e inundações identificado com uma probabilidade média-alta, gravidade moderada e um risco elevado. Este fenómeno é mais suscetível nas margens ao longo do vale do Rio Zêzere; ribeira da Gaia nas margens desde a sua origem na Quinta de Entre-Águas até à zona da Quinta da Torre; margens da Ribeira de Santo Amaro, a jusante da Quinta das Flores de Baixo e a Ribeira da Amezendinha, desde a interseção com a EM528 (junto à Quinta do José Clemente) até à foz, situada na Quinta de Entre-Águas; Rio Noéme em toda a sua extensão; a albufeira do Caldeirão; Ribeira do Adão e das Cabras; rio Mondego, especialmente as margens no troço a jusante da Ponte da Misarela, entre outras áreas com topografia favorável à acumulação de águas em situações de pluviosidade

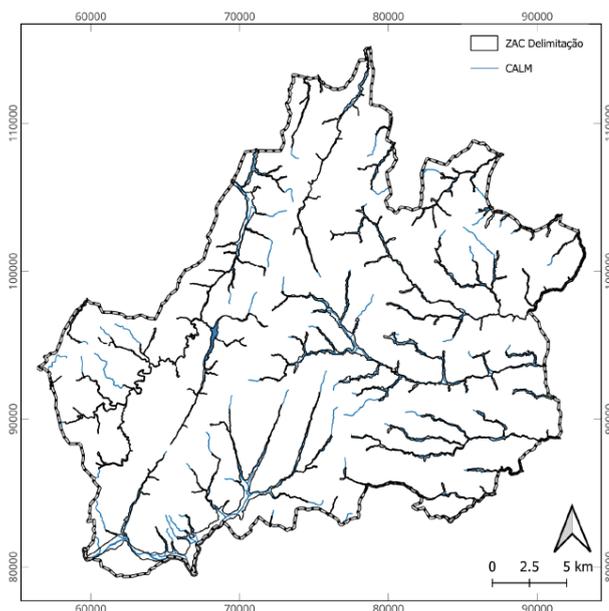


Figura 25 | Zonas com maior suscetibilidade a cheias e inundações no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [28]

intensa e escoamentos superficiais torrenciais (Figura 25). Esta zonas, delimitadas em sede da Reserva Ecológica Municipal do concelho, possui uma área total de 3 842,8 ha.

A ocorrência de cheias e inundações encontra-se na maior parte das vezes associado a fenómenos de chuvas intensas, e reduzida capacidade de escoar as águas, por vezes associado com obstrução dos leitos de rios e ribeiras, “obrigando” a água a escoar fora do seu curso.

- **ZONAS DE RISCO**

Neste ponto, iremos abordar a temática de zonas que possam estar a contribuir para o aumento do risco ambiental, tal como as pedreiras.

A geologia do concelho confere-lhe um importante potencial em termos de recursos minerais e patrimoniais. Os recursos minerais em maior abundância correspondem aos minérios de quartzo, feldspato, urânio, cassiterite e volframite. A exploração destes recursos tem variado ao longo do tempo em função do valor económico dos minerais no mercado.

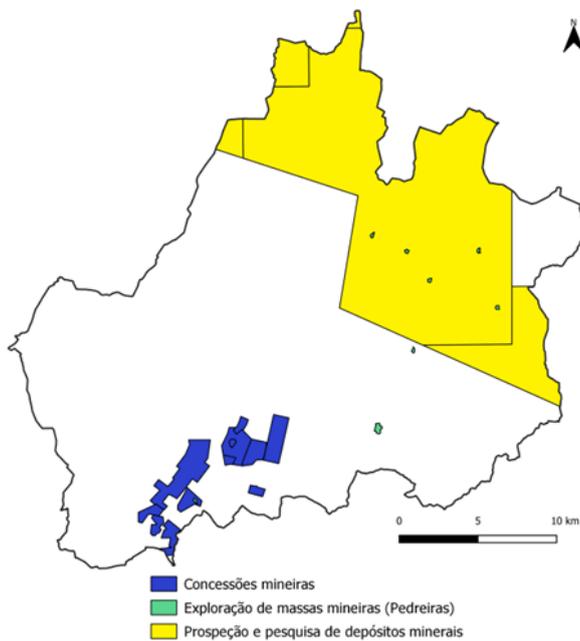


Figura 26 | Recursos minerais do concelho da Guarda.
Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

De acordo com a informação presente no Relatório Situação de Referência da Revisão do PDM da Guarda [26], na área do concelho da Guarda são identificadas área de salvaguarda para minerais como o urânio (U), o estanho-volfrâmio (W-Sn), a que se associam mineralizações de nióbio (Nb), tântalo (Ta) e titânio (Ti) e áreas potenciais de quartzo-feldspato (Qz-Fdp) a que se associam mineralizações de lítio (Li). A DGEG identifica 35 ocorrências de urânio. Por outro lado, a DGEG identifica também na área do concelho 12 áreas concessionadas, 3 áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais e 8 pedreiras de exploração de massas minerais (granito) licenciadas e em atividade (Figura 26)

As 35 ocorrências de urânio localizam-se na zona central e este da área do concelho, com maior expressão nas freguesias de Ramela, Benespera, Panóias de Cima, Adão, Marmeleiro, Castanheira e Arrifana.

As 3 áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais

localizam-se na área NE e sul.

As 12 áreas concessionadas localizam-se na área SO do concelho, nas freguesias de Gonçalo, Vela, Benespera, Ramela, Vale de Estrela e Aldeia do Bispo.

As 8 pedreiras de granito com atividade localizam-se na área este do concelho, nas freguesias de Santana da Azinha, Vila Garcia, Rochoso e Monte Margarida, Casal de Cinza, Arrifana e Jarmelo S. Pedro

Na área do concelho, segundo a DGEG e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), encontram-se ainda 11 áreas de exploração de recursos minerais desativadas e em recuperação ambiental, no âmbito do DL n.º 198-A/2001, de 6 de junho (Figura 27).

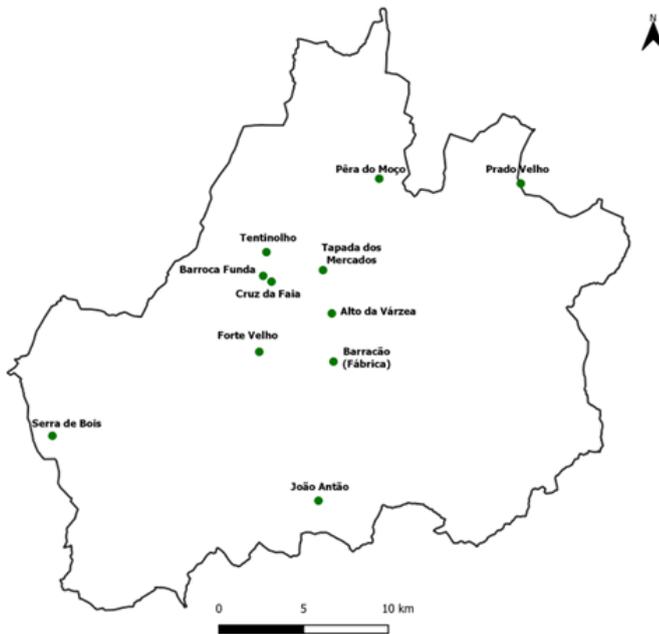


Figura 27 | Áreas de exploração de recursos minerais em recuperação ambiental no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

De acordo com a EDM, 8 daquelas áreas já foram intervencionadas e encontram-se atualmente em fase de acompanhamento e pós-remediação e 3 não foram objeto de qualquer intervenção, o que constitui um fator de risco potencial para a saúde humana ou para a preservação do ambiente, e como tal deverão ser objeto de recuperação ambiental. O uso e ocupação destas áreas carece de parecer prévio a emitir pela EDM, nos termos do DL n.º 198-A/2001, de 6 de junho.

A exploração de minerais/pedreiras, é uma atividade económica de elevada importância, económica seja como empregabilidade, como matéria-prima para diversos produtos. No entanto, a sua laboração requer igualmente cuidados ao nível ambiente e segurança de pessoas e bens, pelo que é imperativo que estas atividades contemplem e implementem soluções técnicas adequadas tendo como objetivo

essencial a proteção de pessoas e bens e do ambiente.

• CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “SALVAGUARDA DOS SISTEMAS BIOFÍSICOS, VALORES E RECURSOS NATURAIS”

• OCUPAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS SENSÍVEIS

A área mais sensível no território do concelho da Guarda, do ponto de vista dos valores e recursos naturais que alberga, refere-se à Serra da Estrela, onde ocorrem alguns dos valores naturais com maior relevância do concelho.

A Serra da Estrela impõe-se como o maior relevo da Cordilheira Central, tratando-se de uma paisagem com forte identidade pelas suas características naturais, pelo conteúdo histórico e cultural e pela sua dimensão e particularidade no panorama nacional.

A distribuição dos usos de solo faz-se através do zonamento em altitude e da exposição dominante das encostas. Acima dos 1 300 m ocorrem os Habitats Naturais, os matos de altitude e as espécies de flora (endémicas e/ou consideradas como vulneráveis e em perigo ou ameaçadas) e comunidades vegetais associadas à altitude como as turfeiras, os cervunais, os arrelvados, os zimbrais e carvalhais, entre outros.

Nos vales e em função da exposição das vertentes desenvolvem-se as florestas mistas de folhosas e resinosas, como os carvalhos, os castanheiros e os pinheiros-bravos. Nas margens dos rios e ribeiras onde os solos são mais profundos e férteis pratica-se uma agricultura de policultura e de proximidade e em maior escala a olivicultura e os pomares.

No vale do Mondego, a bacia hidrográfica define uma ocupação humana e do solo bem demarcada, onde se verifica uma forte pressão para transformação dos usos do solo promovidas pelo turismo e pelas atividades agrícolas, sobretudo as culturas permanentes como o olival, a vinha e os pomares. Regista-se uma forte presença humana em aldeias e quintas

dispersas pelo vale, sobretudo a partir de Vila Soeiro para norte, um número significativo de unidades de alojamento turístico e diversas zonas de lazer e praias fluviais.

O vale do Zêzere, uma paisagem em que predominam as florestas de carvalhos nas encostas das margens dos afluentes do rio, os olivais e os pomares e as pastagens nas zonas mais baixas, desde Valhelhas passando por Gonçalo, Vela e Benespera até à Ramela.

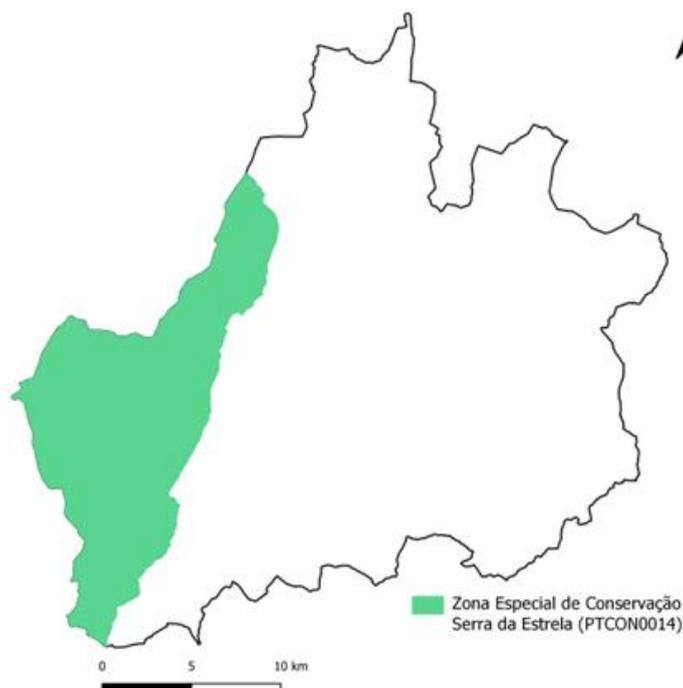
As características únicas da Serra da Estrela, nomeadamente ao nível do património natural, geológico, cultural e paisagístico, tornam-na num dos polos de atração turística de maior importância a nível regional e nacional, estando por isso sujeita a uma forte pressão humana.

- **ÁREAS CLASSIFICADAS**

O concelho da Guarda engloba áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, nomeadamente:

1. Rede Nacional de Áreas Protegidas: Parque Natural da Serra da Estrela
2. Rede Natura 2000: Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela (PTCON0014).
3. Outras áreas classificadas: Estrela Geopark Mundial da UNESCO.

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) dispõe de um plano de ordenamento específico (Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela - POPNSE), que foi regulamentado e aprovado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de julho e, posteriormente, revisto pela RCM n.º 83/2009, de 9 de setembro. O POPNSE constitui um plano especial de ordenamento do território com incidência territorial no município da Guarda, que estabelece o regime de salvaguarda



de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais. Desta forma, na revisão do PDM foram integrados os regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização do território.

A ZEC da Serra da Estrela ocupa cerca de 16.496ha, representando esta superfície cerca de 19% do território do concelho da Guarda, estendida pela zona oeste e sudoeste (Figura 28), e integra a Rede Natura 2000 constituindo, portanto, uma área importante para a conservação da natureza e da biodiversidade, classificada através da RMC n.º 76/2000, de 5 de julho. De acordo o artigo 8.º do DL n.º 156-

Figura 28 | Zona Especial de Conservação PTCON0014 Serra da Estrela no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

A/2013, estabelece que o PDM “(...) nas ZEC e nas ZPE deve garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas e que o PDM deve adaptar-se às medidas de conservação definidas no Plano Sectorial Rede Natura 2000 Uma vez que o PSRN 2000 estabelece, para esta porção do território municipal, orientações para a gestão territorial, em termos de salvaguarda dos recursos e valores naturais identificados, bem como diretrizes e prioridades de conservação, à semelhança do efetuado para o Parque Natural, estas orientações de gestão foram integradas na revisão do PDM.

Em 2020, foi classificado o Estrela Geopark Mundial da UNESCO, que se estrutura em torno da Serra da Estrela, abrangendo parcialmente território do concelho da Guarda.

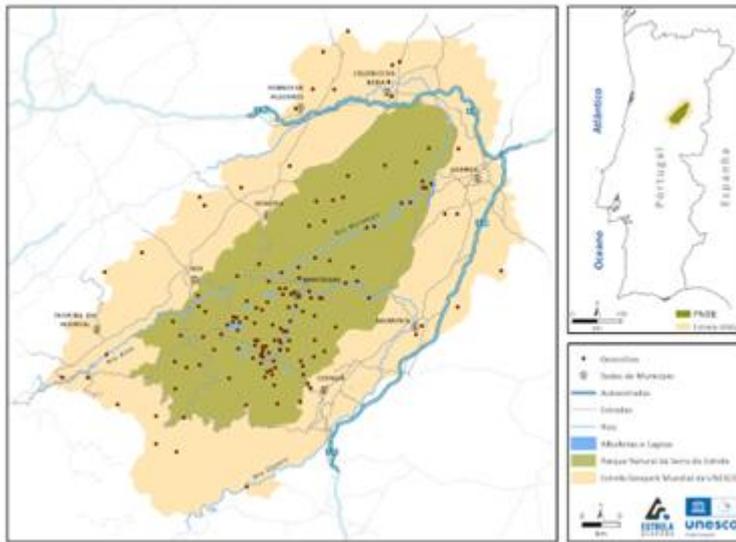


Figura 29 | Localização do Estrela Geopark. Fonte: Estrela Geopark [7]

O Estrela Geopark “traduz uma paisagem diversificadas, resultados das múltiplas transformações geológicas, dos contrastes climáticos registados, bem como da antiquíssima ocupação humana, cujos primeiros registos remontam a inícios do IV milénio a.C”.

Apesar de não ter um instrumento de ordenamento específico associado, e ter apenas enquadramento em instrumentos jurídicos internacionais, trata-se de uma área de elevada geodiversidade e como tal integra o património natural do país, devendo por isso ter uma política de ocupação e utilização compatível com a

proteção e salvaguarda dos valores que lhe estão associados. Na parte do Geopark coincidente com o Parque Natural da Serra da Estrela, é-lhe aplicável o regime constante do POPNSE.

- **ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL**

A Estrutura Ecológica Municipal incide nas diversas categorias de solo rústico e de solo urbano com um regime de uso do solo adequado às suas características e utilizações, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma. As orientações para a delimitação da EMM do concelho da Guarda decorrem da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) mencionada nos estudos do PROT-Centro, que embora não se encontre em vigor se considera como orientação regional, e do estabelecido no PROF-CI, aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro.

A Estrutura Ecológica Municipal constitui um instrumento de planeamento municipal cujo fundamental objetivo é estabelecer a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e culturais, a sustentabilidade ecológica do meio, a biodiversidade e a valorização do património arquitetónico e paisagístico [27].

De forma a garantir um *continuum natural*, continuidade, corredor, rede ou malha de sistemas complementares onde as dinâmicas naturais se processam, a Estrutura Ecológica Municipal, identificada na Planta de Ordenamento – Outras Salvaguardas, é constituída por um conjunto articulado de áreas com características biofísicas especiais que desempenham um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território e na valorização dos recursos

patrimoniais e paisagísticos, proporcionando a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável, incorporando [27]:

- a) As áreas integradas nos espaços naturais e paisagísticos;
- b) As áreas da Reserva Ecológica Nacional inseridas nas áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre, os leitos e margens dos cursos de água, leito, margem e faixa de proteção da albufeira do Caldeirão e áreas estratégicas de infiltração proteção e recarga de aquíferos;
- c) Os espaços agrícolas e florestais integrantes dos corredores ecológicos identificados no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior;
- d) Os elementos integrantes da estrutura ecológica urbana constituídos pelos espaços verdes de utilização coletiva e pelos espaços verdes de proteção que formam uma rede ecológica e ambiental fortemente integrada e articulada com o ambiente urbano;
- e) Os leitos dos cursos de água situados no interior dos perímetros urbanos e os seus troços que constituam limite dos referidos perímetros, não inseridos nas alíneas anteriores.
- f) Os elementos complementares da estrutura ecológica urbana, constituídos por:
 - i. Outras áreas verdes públicas existentes ou a criar, quando não incluídas na categoria de espaços verdes, nomeadamente áreas verdes de utilização pública resultantes de operações de loteamento ou de operações urbanísticas de impacte relevante ou semelhante;
 - ii. Os corredores viários arborizados que integrem faixas para os meios de mobilidade suave como ciclovias e percursos pedonais;
 - iii. Os maciços arborizados e alinhamentos arbóreos situados em espaço público no interior dos perímetros urbanos.

Na proposta da revisão do PDM, a EEM ocupa uma área 33 675 ha, o que equivale a 47% do território concelhio. De referir, que uma parte significativa desta EEM está relacionada com servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (Parque Natural da Serra da Estrela), Rede Natura 2000 (ZEC Serra da Estrela), Reserva Ecológica Nacional e/ou Reserva Agrícola Nacional [27].

- **HABITATS DE INTERESSE COMUNITÁRIO DE ACORDO COM A REDE NATURA 2000**

A Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva Habitats), transporta para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, identifica os habitats naturais de interesse comunitário que carecem de preservação. Importa referir que, a presença de alguns destes habitats de interesse comunitário na Serra da Estrela estão na base da criação da ZEC Serra da Estrela, uma vez que são prioritários para a conservação (Tabela 30).

Tabela 30 | *Habitats* considerados prioritários, de acordo com o Anexo B-I do DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro no concelho da Guarda.

HABITATS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS	
4020	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6230	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)

HABITATS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS	
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)
9580	Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i>

Para além dos habitats prioritários que estão na base da definição da ZEC Serra da Estrela, podem ainda ser enumerados outros com igual relevância em termos de conservação. A distribuição dos habitats de interesse comunitário na ZEC pode ser observada na Figura 30.

Os habitats de água doce são representados pelas águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* e/ou da *Isoëto-Nanojuncetea* (3130), lagos eutróficos naturais com vegetação da *Magnopotamion* ou da *Hydrocharition* (3150), pelos cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion* (3260), cursos de água de margens vasosas com vegetação da *Chenopodion rubri p. p.* e da *Bidention p. p.* (3270) e cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba* (3280).

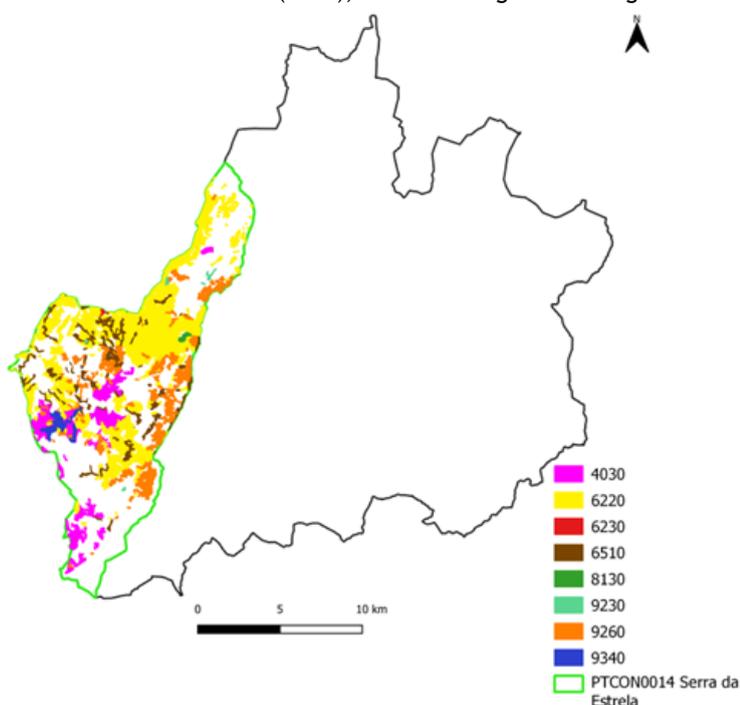


Figura 30 | Habitats naturais de interesse comunitário na área da ZEC da Serra da Estrela. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]

As charnecas e matos das zonas temperadas encontram-se representados pelas charnecas secas europeias (4030) e charnecas oro mediterrânicas endémicas com giestas espinhosas (4090). Nas áreas de matos esclerofilos, podem ser observados os matos termo mediterrânicos pré-desérticos (5330).

As formações herbáceas naturais e seminaturais, são representadas pelas substepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* (6220), formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanhas (e das zonas sub montanhas da Europa continental) (6230),

Montados de *Quercus* spp. de folha perene (6310), pradarias com *Molinia* em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (*Molinion caeruleae*) (6410), comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino (6430) e prados de feno pobres de baixa altitude (*Alopecurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*) (6510).

Nos habitats rochosos e grutas, é possível observar os depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos (8130), as vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica (8210) e as rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii* (8230).

Nos habitats de florestas identificam-se os freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia* (91B0), as florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) (91E0), carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* (9230), florestas de *Castanea sativa* (9260), florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* (92A0) e florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia* (9340).

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 define um conjunto de orientações de gestão para estas áreas, com as quais a revisão do PDM deve demonstrar a sua conformidade. No total a área classificada como Rede Natura 2000, no concelho da Guarda, é de 14 792, quase toda integrada no Parque Natural da Serra da Estrela.

- **ÁREA DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS URBANOS PARA RECREIO E LAZER**

No concelho da Guarda existem dois espaços verdes públicos urbanos com destino a atividades de recreio e lazer, nomeadamente o parque de campismo municipal, situado na cidade da Guarda, e o parque de campismo e autocaravanismo localizado junto à praia fluvial de Valhelhas. Há ainda a referir a existência do Parque Urbano do Rio Diz onde foi igualmente criada uma área de Serviço de Autocaravanismo. Estes três locais dispõem de infraestruturas de apoio com vista a constituírem estruturas de suporte ao campismo/caravanismo e lazer.

No âmbito da revisão do PDM, em termos de qualificação do solo urbano, foram delimitados 220,68 ha de espaços verdes, distribuídos em 3 subcategorias: espaços verdes de utilização coletiva (29,46 ha); espaços verdes de proteção (133,59 ha) e espaços verdes de enquadramento (57,63 ha).

Os espaços verdes de utilização coletiva, encontram-se inseridos na malha urbana consolidada da cidade da Guarda, e estão relacionados com áreas destinadas à fruição do espaço público, pelo que se admitem um conjunto de intervenções e estruturas construídas que se destinem a esse objetivo.

Por sua vez, os espaços verdes de proteção, delimitados em 23 perímetros de solos urbanos, são os mais representativos em termos de expressão territorial, e visam a proteção do solo, da paisagem e imagens urbanas. Ainda que a sua função principal seja a da proteção e manutenção da biodiversidade, admitem-se algumas intervenções que permitem o seu usufruto em termos recreativos (ex. mobiliário urbano, parques de estacionamento, percursos pedonais, etc.).

Por último, a tipologia de espaços verdes de enquadramento corresponde a áreas edificadas periféricas no perímetro da cidade da Guarda, os quais se destinam a funções de *continuum naturale* no espaço urbano, enquadramento paisagístico da cidade, e permeabilidade entre esta e os espaços envolventes.

Tabela 31 | Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDÊNCIAL
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente cobertura da população ao sistema de abastecimento de águas ▪ Crescente cobertura da população por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Aumento quantidade de água residuais tratadas ▪ Excelente qualidade da água para consumo humano ▪ Aumento da recolha de resíduos seletivos ▪ Diminuição gradual da quantidade de resíduos urbanos depositados em aterros ▪ Campanhas de sensibilização nos domínios do ambiente e sustentabilidade ▪ Diminuição das ocorrências e área rural ardida ▪ Área significativa do concelho inserida na Rede 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do volume de água captado e distribuído ▪ Perdas de águas no sistema de abastecimento de águas ▪ Aglomerados não abrangidos por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Reduzida cobertura rede de monitorização da qualidade das águas superficiais numa parte do concelho (este) ▪ Reduzida cobertura de monitorização da qualidade das águas subterrâneas ▪ Aumento da pressão turística pode constituir fator de perturbação para a biodiversidade ▪ Inexistência de um plano de educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a eficiência das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, diminuindo as perdas ▪ Aumentar a quantidade de ecopontos, melhorando os níveis de recolha seletiva ▪ Diversificar os investimentos nos domínios ambiente ▪ Envolver mais a população nas campanhas de sensibilização nos domínios do ambiente e sustentabilidade ▪ Fomentar afluência turística em épocas que não coincidam com períodos sensíveis do ciclo de vida da biodiversidade (final do verão, outono e inverno) ▪ Contratação de guias de natureza para 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos consumos de água ▪ Deficiente qualidade das massas de água superficiais ▪ Qualidade da água subterrânea baixa, com necessidade de tratamentos mais avançados ▪ Degradação da paisagem por via dos incêndios rurais ▪ Degradação dos biótopos/habitats de ocorrência de espécies de fauna e flora ▪ Desconhecimento da população dos valores naturais existentes no território e seus benefícios no equilíbrio dos ecossistemas, incluindo, na “saúde” das culturas agrícolas (de subsistência e/ou produção) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da cobertura do sistema de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Quantidade de resíduos depositados em aterro continua a registar valores elevados ▪ Deposição de lixo de forma indiscriminada ▪ Área do concelho com elevado risco de incêndio rural ▪ Explorações minerais/ pedreiras desativadas sem intervenção/plano de recuperação ambiental ▪ Forte pressão turística em área com maior concentração de valores naturais

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDÊNCIAL
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	<p>Natura 2000 (ZEC Serra da Estrela), que salvaguarda a proteção de espécies de flora, fauna e habitats com estatuto de proteção</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área do concelho integrada em área de paisagem protegida (PNSE) com plano de ordenamento eficaz ▪ Requalificação de ribeiras, que irão permitir melhorar as condições ecológicas e, conseqüentemente, beneficiar a biodiversidade aquática, aumentar os corredores de dispersão de espécies de fauna, etc 		<p>acompanhamento dos turistas nos percursos pedestres, funcionando como controlo da perturbação causada por esta atividade e, contribuindo, simultaneamente, para a criação de postos de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitar a atividade de empresas de turismo de natureza ▪ Criação de um programa de educação ambiental para sensibilização da população para a proteção dos valores naturais do município 		

8.1.2 OPORTUNIDADES E RISCOS

Seguidamente é apresentada uma matriz de interpretação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas⁶ definidas para a AAE da Revisão do PDM da Guarda para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”.

Tabela 32 | Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”.

	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
	QUALIDADE AMBIENTAL	RISCOS AMBIENTAIS	SALVAGUARDA DOS SISTEMAS BIOFÍSICOS, VALORES E RECURSOS NATURAIS
QE1	+/-	+	+
QE2	+/-	+	-
QE3	+/-	-	-
QE4	0	0	0
QE5	0	0	0

(+//++) Oportunidade; (-//--) Risco; (+/-) Relação neutra ou incerta; (0) Sem relação

- **QUALIDADE AMBIENTAL**

Relativamente à **QE1** e **QE2**, temos uma relação neutra ou incerteza pois verifica-se, que apesar da cobertura dos sistemas de abastecimento de água, a eficiência dos mesmos, nomeadamente ao nível da perda de água, ainda apresenta valores elevados. Quanto às infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, apesar do nível de cobertura, verifica-se que a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos possam estar a ser afetados por parâmetros associados a descargas domésticas.

Assim, a cobertura dos sistemas de abastecimento de águas tem uma implicação direta e importante na qualidade de vida da população bem como no ambiente. A adequada infraestruturização deste sistema bem como a sua manutenção e monitorização tem uma implicação indireta nas perdas de águas e melhoria da prestação do serviço.

Ao nível da cobertura dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais verifica-se uma implicação direta e positiva na qualidade ambiental, pois as águas residuais por apresentarem elevadas cargas orgânicas, se não forem devidamente encaminhadas e tratadas, são uma perturbação para o meio ambiente e potencial fonte de poluição.

O mesmo se passa com os resíduos gerados. Assim, os resíduos devem ser alvo de uma gestão própria e destino adequado, em função das suas características, garantindo a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactes negativos sobre a saúde pública e sobre o ambiente. Em algumas localizações, ainda se verifica ainda a deposição de resíduos de forma indiscriminada na natureza.

⁶ **QE1: Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos // **QE2: Melhoria da Qualidade de Vida da População**, tendo em vista a qualidade ambiental, a melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda // **QE3: Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada // **QE4: Reforçar a Inserção Territorial da Cidade da Guarda**, nas várias escalas (ibérica, nacional e regional) e reforço da sua capacidade de polarização // **QE5: Valorização territorial**, em especial do património edificado nos aglomerados urbanos

É importante, para além da manutenção e monitorização destes sistemas como forma de prestar um serviço de qualidade e acessível a todos, será igualmente importante investir na participação, sensibilização e responsabilização da população.

Podemos dizer que um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia, podendo ser associado à imagem de marca do concelho. As infraestruturas são sem dúvida um sistema com implicações positivas na qualidade de vida da população e consequentemente na qualidade ambiental. Assim, a cobertura de um concelho por estas infraestruturas certamente melhora as condições da qualidade de vida da população, da qualidade ambiental e da estrutura urbana.

O **QE3**, foi igualmente identificada uma relação neutra ou incerteza. O dinamismo económico é necessário, com implementação de novas atividades, será sem dúvida uma mais-valia concelhia, no entanto para que seja visto como uma oportunidade, será importante incentivar a implementação de atividades que sejam “amigas do ambiente”, isto é, com condições de sustentabilidade e com práticas de laboração amigas do ambiente, promovendo a qualidade ambiental e sustentável concelhia.

De referir que no âmbito da revisão do PDM são definidas um conjunto de orientações para o domínio das infraestruturas urbanas. Assim, em termos de abastecimento de água são preconizadas as seguintes orientações:

- “Monitorização da qualidade da água para consumo;
- Proteção dos aquíferos subterrâneos;
- Redução ou eliminação de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários não tratados, nos cursos de água;
- Melhoria de alguns sistemas de abastecimento de água, principalmente os mais antigos;
- Construção ou remodelação de infraestruturas nos aglomerados com carências a esse nível;
- Diminuição das perdas de água existentes na atual rede de abastecimento;
- Garantir que as infraestruturas existentes e os investimentos previstos absorvem as necessidades da população prevista para o horizonte do plano.”

Em termos de infraestruturas de águas residuais, as propostas do PDM, sobretudo para os aglomerados populacionais onde se verificam algumas carências, prendem-se com a criação de sistemas que contemplem a recolha e o tratamento primário dos efluentes domésticos, em paralelo com o desenvolvimento de um sistema de monitorização que avalie o impacto que a inexistência de tratamento acarreta para a qualidade de vida das populações e para o ambiente.

Em termos dos resíduos, destaca-se a proposta de um projeto piloto de bio-resíduos a desenvolver na cidade da Guarda, incorporando as orientações da Diretiva Bio-resíduos, Diretiva (UE) 2018/851 - Diretiva Quadro dos Resíduos (DQR) do Parlamento Europeu e do Conselho, aprovada em 30 de maio de 2018.

- **RISCOS AMBIENTAIS**

O **QE1** e **QE2**, poderá ser encarado como uma oportunidade, na medida em que poderá ir ao encontro de minimizar alguns dos riscos existentes no concelho. Cuidar do espaço rural e florestal, irá sem dúvida potenciar o território, e minimizar os riscos. Será importante sensibilizar e trazer a população.

Relativamente ao **QE3** poderá ser apresentar riscos ao nível da temática. A implantação de novas atividades económicas poderá aumentar os riscos, especialmente os associados a riscos tecnológicos e ambientais. Assim, para que não seja

visto de uma forma pejorativa para o concelho deverá sempre ter associado a ele medidas de diminuição, minimização e controlo de riscos e proteção do ambiente. Será importante as atuais atividades económicas presentes no município acompanhem igualmente esta visão.

De referir que no âmbito do QRE, em especial no PNPOT, constitui orientação a delimitação das áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT.

A revisão do PDM incorporou um conjunto de informação existente relativa a áreas de risco e áreas perigosas, e a matriz de avaliação de risco desenvolvida pelo PMEC da Guarda, tendo sido mapeadas as áreas expostas e classificadas de risco com expressão territorial, associadas as disposições regulamentares incluídas no regulamento e a algumas das ações/projetos/intervenções tendo em vista a mitigação e gestão de risco.

- **SALVAGUARDA DOS SISTEMAS BIOFÍSICOS, VALORES E RECURSOS NATURAIS**

Para a **Q1** foi identificada uma relação positiva uma vez, cerca de 19% do território do concelho da Guarda já apresenta legislação definida para salvaguarda dos valores naturais, nomeadamente pelo POPNSE e pela PSRN 2000. No âmbito da revisão do PDM da Guarda será importante garantir o cumprimento das orientações de gestão para a ZEC da Serra da Estrela, bem como as diretivas e normas de execução definidos pelo Plano/Programa Especial do Parque Natural da Serra da Estrela e demais legislação aplicável.

Relativamente às **QE2** e **QE3** foram identificados riscos ao nível da temática. A **QE2** visa o desenvolvimento de ações com o intuito de melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda. Algumas das propostas para alcançar este objetivo estão relacionados com o fomento das atividades turísticas e de lazer no concelho, que devem ser dinamizadas num quadro de compatibilização com a proteção dos valores naturais existentes. O incremento da atividade turística e da visitação poderá comprometer a conservação dos valores ecológicos de maior relevância no concelho, e traduzir-se numa pressão sobre as redes infraestruturais existentes. Contudo, este risco pode igualmente ser visto como uma oportunidade ao nível da criação de emprego e geração de riqueza

Em relação à **QE3**, o desenvolvimento de determinadas atividades económicas podem constituir um risco para a salvaguarda dos valores naturais. Destaca-se, por exemplo, a necessidade de contribuir para as metas da descarbonização, promovendo o desenvolvimento de mais projetos de produção de energia renovável (solar e eólica), e a necessidade de travar a perda de biodiversidade, devendo estas infraestruturas implantarem-se em locais de menor valor ecológico, minimizando os potenciais impactes decorrentes.

De facto, trata-se de um componente que embora seja assumida como um objetivo a prosseguir pela revisão do PDM da Guarda, enfrenta um conjunto de desafios que decorrem de outros objetivos de base territorial, em especial os relacionados com a atividade económica. Será importante monitorizar a implementação dos objetivos de política preconizados para o subsistema natural e biofísico do concelho da Guarda, definido no modelo territorial do PDM, com os demais previstos para os outros subsistemas, e garantir a plena aplicação das disposições do POPNSE, da Rede Natura 2000 e da EEM, sendo de sublinhar que a área inserida no PNSE e na ZEC Serra da Estrela, foi classificada/qualificada como espaço natural e paisagístico.

8.1.3 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Atendendo ao exposto relativamente a este FCD, de seguida são expressas as diretrizes para a fase de seguimento. As diretrizes podem ser de planeamento, gestão e/ou monitorização.

Tabela 33 | Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Sustentabilidade Ambiental”

FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> – Identificar medidas de gestão necessárias para minimizar eventuais problemas nos sistemas de gestão e abastecimento de águas, bem como minimizar os problemas existentes nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais – Promover ações de sensibilização da população para uma utilização mais racional das águas – Promover ações de sensibilização para a reciclagem e reutilização dos resíduos urbanos. – Identificar áreas de deposição indiscriminada de resíduos, e promover campanhas de sensibilização da população referente à temática – Garantir a adequada implementação e operacionalização da Estrutura Ecológica Municipal delimitada, bem como a sua correta integração em outros planos territoriais – Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal, orientadas para a problemática dos incêndios – Assegurar que as ações desenvolvidas na Serra da Estrela são compatíveis com os valores naturais existentes, pelo facto de se tratar de uma área classificada – Cumprimento das metas estabelecidas nos programas e planos setoriais
	<p style="text-align: center;">MONITORIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Promover uma monitorização do faseamento da melhoria da rede de abastecimento de água e da ampliação da rede de drenagem e tratamento de águas residuais de modo a garantir o aumento da cobertura à população – Desenvolver e implementar um sistema de monitorização da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, com maior cobertura concelhia – Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas – Monitorizar e limpar zonas suscetíveis a cheias e/ou inundações no concelho – Monitorizar a implementação de planos de requalificação ambiental das áreas de revelação e aproveitamento de recursos geológicos – Monitorizar o crescimento das espécies utilizadas na recuperação ambiental das ribeiras – Monitorizar as espécies invasoras da flora e da fauna – Monitorizar a pressão turística

8.2 DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO

Através deste Fator Crítico para a Decisão pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, nas seguintes vertentes:

- Dinamização e diversificação da base económica local;
- Atração e fixação de residentes;
- Qualificação do capital humano.

Tal como diagnosticado na revisão do PDM, o concelho da Guarda apresenta tendências pesadas e estruturais comuns aos territórios de baixa densidade do interior do país que se refletem e condicionam fortemente o seu desenvolvimento, sobretudo associadas ao esvaziamento demográfico e ao envelhecimento da população residente.

Importa por isso analisar o contributo das propostas do PDM na construção de oportunidades ao desenvolvimento socioeconómico do concelho, que contrariem o cenário de *deficit* demográfico que se tem vindo a registar nas últimas décadas.

Tabela 34 | Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”

FCD 2: DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO	
Pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através da dinamização e diversificação da base económica local, criando emprego, promovendo a qualificação dos recursos humanos e criando condições para atração de novos residentes	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Diversificação e reforço da base económica do concelho	Diversificação de atividades económicas
	Pessoas ao serviço das empresas
	Taxas de Atividade, Inatividade e Desemprego
	Valor acrescentado bruto das empresas
	Empresas com certificação
	Espaços empresariais/industriais infraestruturados
Atração e fixação de população	Evolução e distribuição da população residente
	Densidade populacional
	Estrutura Etária e Índice de Envelhecimento
	Taxa de cobertura dos equipamentos de utilização coletiva, por tipologia
	Investimentos previstos em novos equipamentos
Qualificação/formação da população	Níveis de escolaridade da população residente
	Empregos por qualificação académica

8.2.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE

- **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “DIVERSIFICAÇÃO E REFORÇO DA BASE ECONÓMICA DO CONCELHO”**

- **DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS**

Segundo dados do INE [12], em 2022 existiam 4906 empresas sediadas no município, das quais cerca de 69% correspondiam a empresas individuais. Em termos sub-regionais, o município da Guarda concentra apenas 19% do número de empresas sediadas na NUT III Beiras e Serra da Estrela, e 2% das empresas sediadas na região Centro.

A distribuição das empresas por ramo de atividade demonstra a preponderância do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, e “atividades de saúde humana e apoio social”, que juntas polarizam 41% do número de empresas sediadas.

No espaço de 11 anos, verifica-se um aumento de 12% do número de empresas sediadas, sobretudo sustentado pelo ramo da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (+433 empresas), e com menor expressão pelos aumentos verificados nos ramos “atividades de saúde humana e apoio social” (+146 empresas), “atividades imobiliárias” (+50 empresas) e “atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+46 empresas).

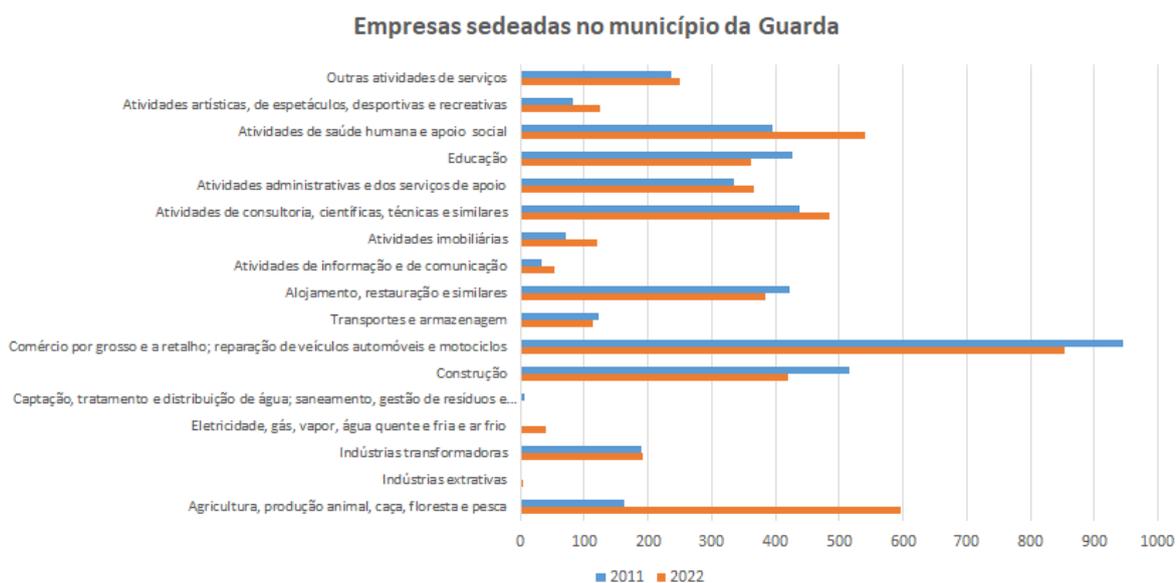


Gráfico 4 | Empresas sediadas no município da Guarda, por ramo de atividade em 2022 e 2011. Fonte: INE [12]

Apesar deste crescimento, o mesmo tem apresentado algumas oscilações no período em análise, verificando-se uma inversão deste padrão nos anos de 2012, 2016 e 2020.

No ano de 2022, observou-se a criação de 533 empresas, das quais 449 como empresa em nome individual e apenas 84 empresas sob a forma jurídica de sociedade.

A taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes foi, em 2022, de 57%, valor análogo ao registado em 2011, mas inferior ao registado na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (61%) e região Centro (60%).

- **PESSOAS AO SERVIÇO DAS EMPRESAS**

Em 2021, existiam 8966 pessoas empregadas por conta de outrem no município da Guarda, maioritariamente concentradas em atividades ligadas ao setor terciário (69%). As atividades de indústria, construção, energia e água e agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, concentravam (28%) e (3%), respetivamente.

Se considerarmos o indicador relativo ao pessoal ao serviço nos estabelecimentos sedeados, esse valor torna-se mais significativo, aumentando para 13364 indivíduos. Decompondo este indicador por ramo de atividade, regista-se que as atividades ligadas ao ramo do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, é o mais representativo na geração de emprego, com 3035 pessoas ao serviço, seguido dos ramos das “indústrias transformadoras” (2299 pessoas), “transportes e armazenagem” (1282 pessoas) e “construção”. Estes 4 ramos de atividade, concentram cerca de 59% do emprego gerado no município.



Comparativamente ao perfil do número de empresas, verificam-se algumas diferenças. Com efeito, ainda que o ramo do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” seja o mais representativo quer em termos do número de empresas como de emprego gerados, ao nível do emprego não são as empresas ligadas aos ramos da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, e “atividades de saúde humana e apoio social”, que concentram emprego, devendo corresponder na maioria a pequena e/ou microempresas.

Gráfico 5 | Pessoal ao serviço nos estabelecimentos sedeados no município da Guarda, por ramo de atividade, em 2022. Fonte: INE [12]

O pessoal ao serviço acompanhou o crescimento do número de empresas, registando-se entre 2011 e 2022, a criação de mais 1567 postos de trabalho nos estabelecimentos existentes, sendo de salientar o crescimento significativo do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos ligados ao ramo da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (+545 postos de trabalho), em consonância com o observado em termos do número de empresas.

Em termos de vínculo contratual, em 2022, 76% dos trabalhadores por conta de outrem possuíam um contrato de trabalho sem termo, valor análogo ao registado em 2011 [15]

- **TAXAS DE ATIVIDADE, INATIVIDADE E DESEMPREGO**

A taxa de atividade no município da Guarda tem vindo a sofrer sucessivos decréscimos desde 2001, cifrando-se, em 2021, em 46,6%. No espaço de uma década (2011-2021), a população ativa total registou um decréscimo de cerca de 1467 indivíduos, assim como o nível de ativos com atividade económica (43 indivíduos). Por sua vez, a população inativa aumentou em 390 indivíduos.

Em resultado, a taxa bruta de atividade registou uma ligeira quebra (0,8%), sendo de salientar a significativa diminuição da taxa de desemprego para cerca de metade do valor registado em 2011.

Não obstante, os Censos de 2021[11], refletem um perfil de desemprego mais estrutural, na medida em que 88% destes encontram-se à procura de um novo emprego.

Tabela 35 | Indicadores de atividade e desemprego no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

INDICADOR	2011	2021
População com atividade económica (n.º)	17512	17469
População inativa (n.º)	16563	16953
Taxa de atividade (%)	47,4	46,6
Taxa de desemprego (%)	13,1	6,5

Se considerarmos a informação disponibilizada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativamente ao número de pessoas registadas no IEFP à procura de emprego, verificamos a tendência de decréscimo deste indicador, em especial a partir de 2013, que registou o valor mais alto do período em análise (2711 média anual de desempregados inscritos), a qual reduziu para mais de metade em 2022 (1040 desempregados inscritos).

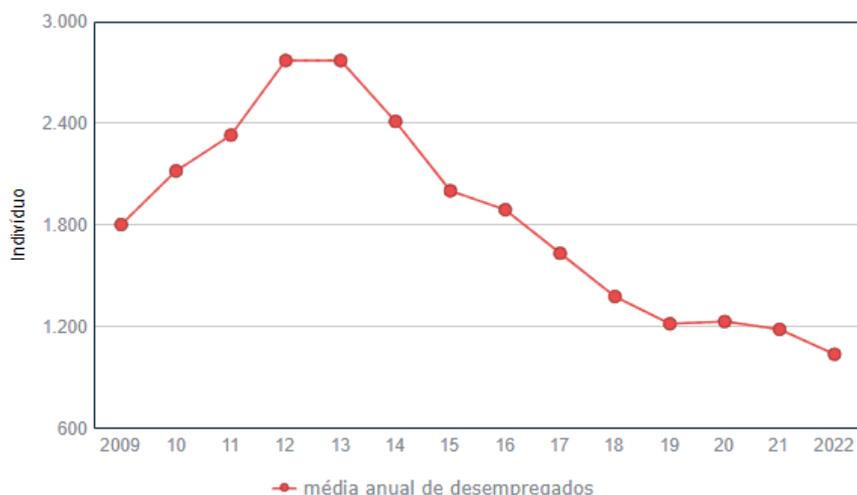


Gráfico 6 | Desempregados Inscritos no IEFP (média anual), entre 2009 e 2022. Fonte: PORDATA [22]

Mais de metade da população desempregada (56%), à data dos Censos de 2021, tinha 40 ou mais anos, e em termos de escolaridade, é de salientar a representatividade da população com apenas o ensino básico completo (41% dos desempregados), mas também com o ensino secundário (35%).

Em termos de população inativa, a maior parte são reformados (59%), seguindo-se os alunos e estudantes (18,7%) e outros casos (14,2%).

Tabela 36 | População residente com 15 ou mais anos inativa no município da Guarda. Fonte: INE- Censos 2021 [12]

INDICADOR	2021
Total de inativos (n.º)	16953
Alunos e estudantes (n.º)	3174
Domésticos (n.º)	788
Reformados (n.º)	9993
Incapacitados permanentes para o trabalho (n.º)	585
Outros Casos (n.º)	2413

- VALOR ACRESCENTADO BRUTO DAS EMPRESAS**

Em 2022, as 4906 empresas sediadas no município, contribuíram com 29% do valor acrescentado bruto (VAB) gerado em toda a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, totalizando 352 496 019 euros de VAB. Para esse valor, contribuíram sobretudo as empresas ligadas aos ramos do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (15%), dos “transportes e armazenagem” (14%) e da “captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (12%), ainda que o Sistema de Contas Integradas das Empresas [11], não tenha apresentado o valor para o ramo das indústrias transformadoras.

Embora as empresas ligadas ao ramo “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” sejam representativas em termos do número de empresas sediadas no município, estas apenas contribuíram com 2,5% do VAB concelhio.

Em termos retrospectivos, verifica-se uma evolução positiva deste indicador, ainda que com oscilações no período em análise, com uma estabilização desde 2017.

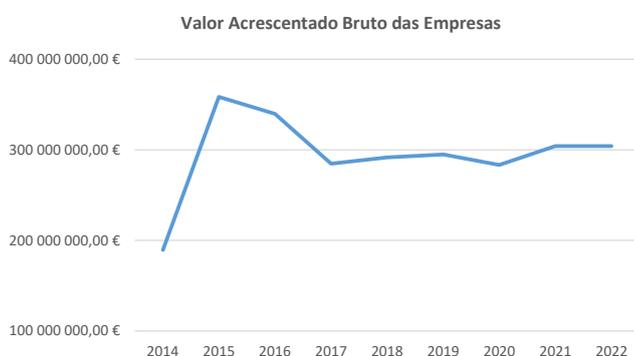


Gráfico 7 | Valor Acrescentado Bruto das Empresas (€) sediadas no município da Guarda entre 2014-2022. Fonte: INE [12]

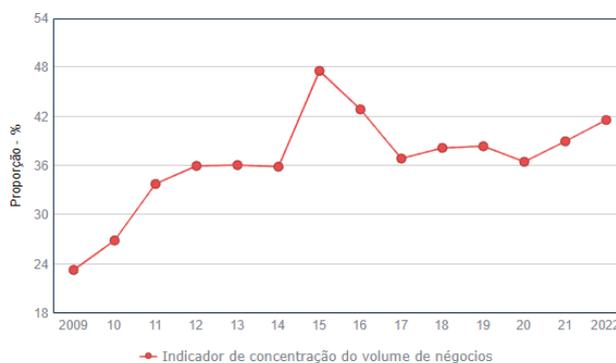


Gráfico 8 | Concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas sediadas no município da Guarda entre 2009-2022. Fonte: PORDATA [22]

Em termos de volume de negócios, e considerando o indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas do município, verificamos também, em termos retrospectivos, uma tendência positiva, ainda que com algumas oscilações, sendo que em 2022, essas 4 empresas concentravam 41,6% do volume de negócios gerado.

- EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO**

A certificação de uma empresa ou organização, qualquer que seja a sua dimensão ou sector de atividade, consiste no reconhecimento formal por um Organismo de Certificação - entidade externa independente e preferencialmente acreditada no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ) - de que essa empresa ou organização dispõe de um

sistema de gestão implementado que cumpre as Normas aplicáveis, dando lugar à emissão de um certificado. A implementação de um sistema de gestão e a sua posterior certificação, é uma mais-valia para a empresa ou organismo, ou seja, reconhecimento e satisfação dos clientes e outras partes interessadas, melhoria da imagem, acesso a novos mercados, redução de custos de funcionamento através da melhoria do desempenho operacional e uma nova cultura com a sensibilização e motivação dos colaboradores, orientada para a melhoria contínua e para a satisfação dos clientes e outras partes interessadas.

A certificação de um sistema de gestão poderá ser feita de acordo com a implementação de um conjunto de normas, sendo as mais comuns as ligadas aos Sistemas de gestão da qualidade: Requisitos (NP EN ISO 9001); Sistemas de gestão ambiental: Requisitos (NP EN ISO 14001); Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: Especificações (ISSO 45001); e Sistemas de gestão da segurança alimentar: Requisitos para qualquer organização que opere na cadeia alimentar (NP EN ISO 22000).

De acordo com o Instituto Português de Acreditação (IPAC) [13], à data de 31 de dezembro de 2023, existiam 47 empresas com certificação a laborar no município da Guarda, num total de 52 certificações atribuídas.

A maior parte das certificações relacionam-se com a norma ISSO 9001, e surgem em ramos variados, como “transportes e armazenagem”, “construção”, “comércio a grosso e a retalho” e “atividades de saúde humano e apoio social”.

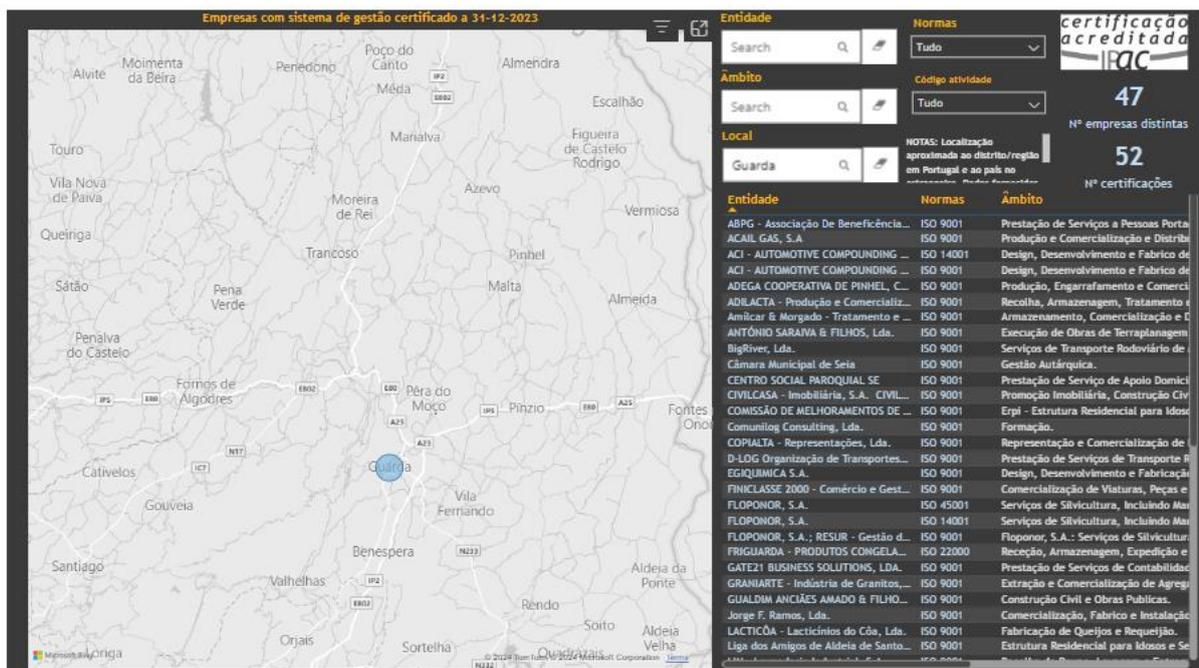


Figura 31 | Empresas certificadas no município da Guarda, em 2023. Fonte: IPAC [13]

- **ESPAÇOS EMPRESARIAIS/INDUSTRIAIS INFRAESTRUTURADOS**

De acordo com os estudos desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM da Guarda [26], constata-se que os espaços destinados à instalação de atividades económicas no município da Guarda, delimitados no PDM em vigor, encontram-se ocupados na sua quase totalidade, sendo necessário apostar na promoção de novos solos destinados para este fim.

Para o efeito, são definidas três subcategorias de espaços de atividades económicas, em solo urbano, relacionadas com:



- Espaços de atividades económicas consolidados;
- Espaços de atividades económicas em consolidação;
- Espaços de atividades económicas a programar.

Os primeiros, correspondem às zonas de atividades económicas existentes, e que se localizam essencialmente na cidade da Guarda, na Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial, e nos aglomerados urbanos de Porto da Carne, Vila Cortês do Mondego, Trinta, Fernão de Joanes, Vale de Estrela, Gonçalo, Benespera, Pousade e Pega. No total, ocupam uma área de 141,32 ha.

Os espaços de atividades económicas em consolidação, apresentam-se na contiguidade dos espaços de atividades económicas consolidados, com espaços intersticiais ainda livres que se pretendem colmatar e densificar com a instalação de edifícios industriais, comerciais e/ou de serviços, encontrando-se na imediação da cidade da Guarda, e aglomerados urbanos de Vale de Estrela e Pega. Ocupam uma área equivalente ao dos espaços de atividades económicas consolidados (cerca de 141,52 ha).

Em termos de estratégia de desenvolvimento territorial prevista na Revisão do PDM, no âmbito da orientação programática 3 “afirmação da cidade da Guarda como centro urbano de referência no contexto nacional e regional”, que se articula com as QE 3 e QE4 da presente avaliação, inserem-se objetivos relacionados com as atividades logísticas, para os quais contribui o projeto de criação do Porto Seco da Guarda (Decreto-Lei n.º24/2022, de 4 de maio).

Trata-se de um projeto que pretende criar um Porto Seco no município da Guarda, no terminal ferroviário, numa lógica de complementaridade entre as infraestruturas ferroviária e portuária. A escolha é fundamentada nas vantagens competitivas decorrentes da localização na confluência de três vias rodoviárias: “o IP2, na rota Bragança-Guarda-Castelo Branco; a A25, de Aveiro para Espanha; e a A23, entre Lisboa e a Guarda, conectada com a confluência ferroviária da linha da Beira Baixa com a linha da Beira Alta e a ligação a Espanha e ao centro da Europa”.

Com a concretização deste importante projeto para o município e para a região, e atendendo aos seus expetáveis efeitos multiplicadores, a revisão do PDM da Guarda, assume a necessidade de criação de mais espaços para a atividades económicas, propondo a classificação de 476,54 ha destinados a espaços de atividades económicas a programar.

No total, entre espaços de atividades económicas consolidados, em consolidação e a programar, são propostos 913,31 ha destinados a este fim, o correspondente a apenas 1,3% da superfície total do município.

Tabela 37 | Tipologias de espaços de atividades económicas. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ÁREA (HA)
Espaços de atividades económicas	Espaços de atividades económicas consolidados	266,56
	Espaços de atividades económicas em consolidação	170,21
	Espaços de atividades económicas a programar	476,54
	TOTAL	913,31

Para além destas áreas destinadas à instalação de atividade económica, em solo urbano, também em solo rústico, são propostos espaços de atividades industriais, que integram áreas do território onde “existem estruturas edificadas destinadas às instalações de comércio, serviços e indústria diretamente ligados ao aproveitamento e valorização de produtos agrícolas, pecuários e florestais, ou à exploração de recursos geológicos e energéticos”.

Estes espaços são constituídos por dois polígonos com 4,46 ha um localizado na Freguesia da Arrifana junto da pedreira existente e o outro próximo do limite do concelho a sul, na EN18 próximo de Vendas da Vela. No total, estas áreas afetam 4,46 ha.

Tabela 38 | Tipologias de espaços de atividades industriais. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

CATEGORIA	ÁREA (HA)
Espaços de atividades industriais	4,46

Para além da delimitação de categorias de uso do solo destinadas a espaços para atividades económicas, a revisão do PDM tenta dar resposta à necessidade identificada de ter espaços devidamente infraestruturados para acolhimento de atividades. Para o efeito, foram definidas 7 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), a serem concretizadas por via de instrumentos de gestão territorial (planos de urbanização ou planos de pormenor), operações de loteamento urbano ou unidades de execução.

São assim definidas as seguintes UOPG, todas com o objetivo de potenciar o crescimento económico e a competitividade territorial:

- UOPG 1 - Expansão do novo polo industrial da Guarda, prevendo o da oferta municipal de terrenos infraestruturados para acolher atividades económicas;
- UOPG 2 - Plataforma Logística da Linha da Beira Alta, para criação de uma nova Plataforma Logística Empresarial que possibilite a expansão do Porto Seco da Guarda;
- UOPG 3 - Plataforma Logística da Linha da Beira Baixa, para criação de uma área de localização empresarial, promovendo o ordenamento urbanístico da área de intervenção, considerando as unidades já instaladas, mas também alargando a oferta de terrenos infraestruturados para acolher atividades económicas;
- UOPG 4 - Área de Localização Empresarial de Sobral da Serra, essencialmente vocacionada para espaços que requerem menor centralidade e mais espaço para laboração e para armazenagem;
- UOPG 5 - Área de Localização Empresarial do Porto da Carne, essencialmente vocacionada para espaços que requerem menos centralidade e mais espaço para laboração e para armazenagem;
- UOPG 6 - Área de Localização Empresarial de Gonçalo, vocacionada para o acolhimento de atividades económicas de base local, designadamente de cestaria e vimes;
- UOPG 7 - Área de Localização Empresarial de Benespera, igualmente vocacionada para o acolhimento de atividades económicas de base local.

- **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO”**

- **EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL**

Em 2021, de acordo com o INE [12], residiam no concelho da Guarda 40 117 indivíduos, o que representa cerca de 19% da população residente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, sendo o 2º concelho mais populoso desta sub-região, a seguir ao concelho da Covilhã.

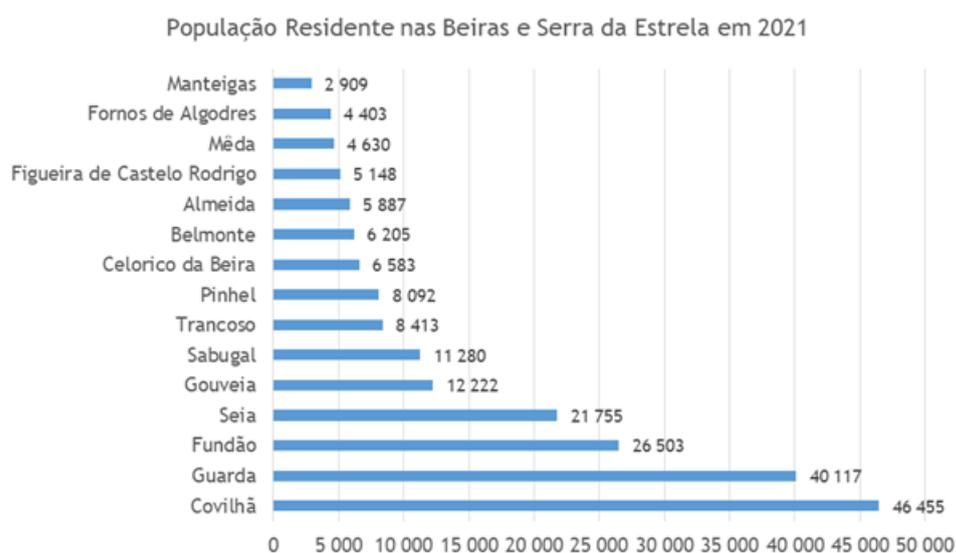


Gráfico 9 | População Residente na NUT III Beiras e Serra da Estrela, em 2021. Fonte: INE, Censos 2021 [12]

Em termos de dinâmica populacional, no presente século, desde 2001 que o concelho perdeu 3705 habitantes, sendo que na última década censitária (2011-2021), a perda demográfica foi na ordem dos -6%, acentuando-se relativamente a 2001-2011, que se tinha cifrado nos -3%. Apesar desta dinâmica negativa, o concelho da Guarda, em termos relativos, é o concelho que menos população perde na sub-região da Beiras e Serra da Estrela.

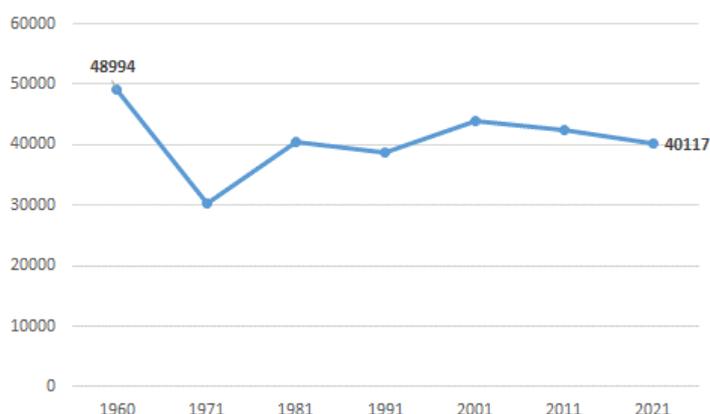


Gráfico 10 | Evolução da população residente no município da Guarda (1960-2021). Fonte: INE, Censos [12]

Esta dinâmica demográfica recessiva é fruto da persistência de saldos migratórios e naturais negativos, em especial o saldo natural, e é extensível à esmagadora maioria das freguesias. Com efeito, entre 2011 e 2021, com exceção da freguesia de Santana da Azinha, que apresentou uma dinâmica demográfica positiva, e da freguesia da Guarda, com manutenção da sua população residente, todas as freguesias perderam população. Em termos relativos, as freguesias mais afetadas pelo fenómeno do despovoamento foram as freguesias de Pega,

Cavadoude, Famalicão, Avelãs da Ribeira, União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida e Fernão Joanes, que perderam mais de ¼ da sua população residente, nesta última década censitária.

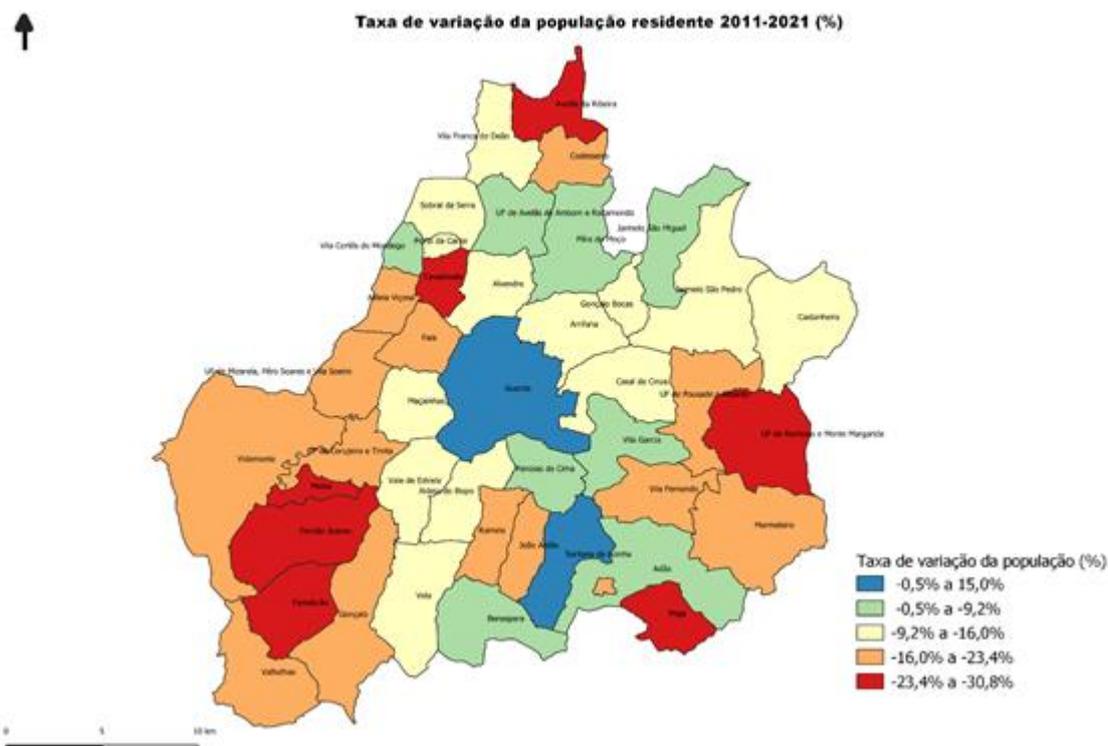


Figura 32 | Taxa de evolução da população residente nas freguesias do concelho da Guarda, entre 2011 e 2021 (%).
Fonte: INE, Censos 2021[12]

Em termos de distribuição da população residente, verifica-se que a cidade da Guarda é indiscutivelmente o maior aglomerado populacional, no qual residem 25833 habitantes, ou seja cerca de 64% de toda a população residente no município, seguindo-se, mas já a uma distância bastante considerável, os aglomerados populacionais de Gonçalo (781 residentes) e Famalicão (410 residentes).

Nos Censos de 2021 foram identificados 148 lugares estatísticos, a maior parte (74 lugares) com população residente entre 0 a 50 habitantes, seguindo-se o escalão dos 50-100 habitantes (30 lugares) e o escalão dos 100-200 habitantes (24 lugares). Ou seja, apesar da grande concentração de população na cidade da Guarda, o resto do território apresenta uma rede de aglomerados populacionais com baixa densidade populacional.

Com efeito, à data dos Censos de 2021, a densidade populacional do município da Guarda situava-se nos 56 hab/km² valor superior ao registado na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (33 hab/km²), mas inferior à da restante região Centro (79 hab/km²)

A distribuição deste indicador pelo território municipal evidencia fortes assimetrias, num contexto onde apenas 4 freguesias apresentam um valor superior ao da média municipal, a saber: Guarda (702,1 hab/km²), Porto da Carne (170,71 hab/km²), Maçainhas (80,08 hab/km²) e Vila Cortês do Mondego (64,6 hab/km²). A menor densidade populacional regista-se na freguesia de Videmonte (7,2 hab/km²).

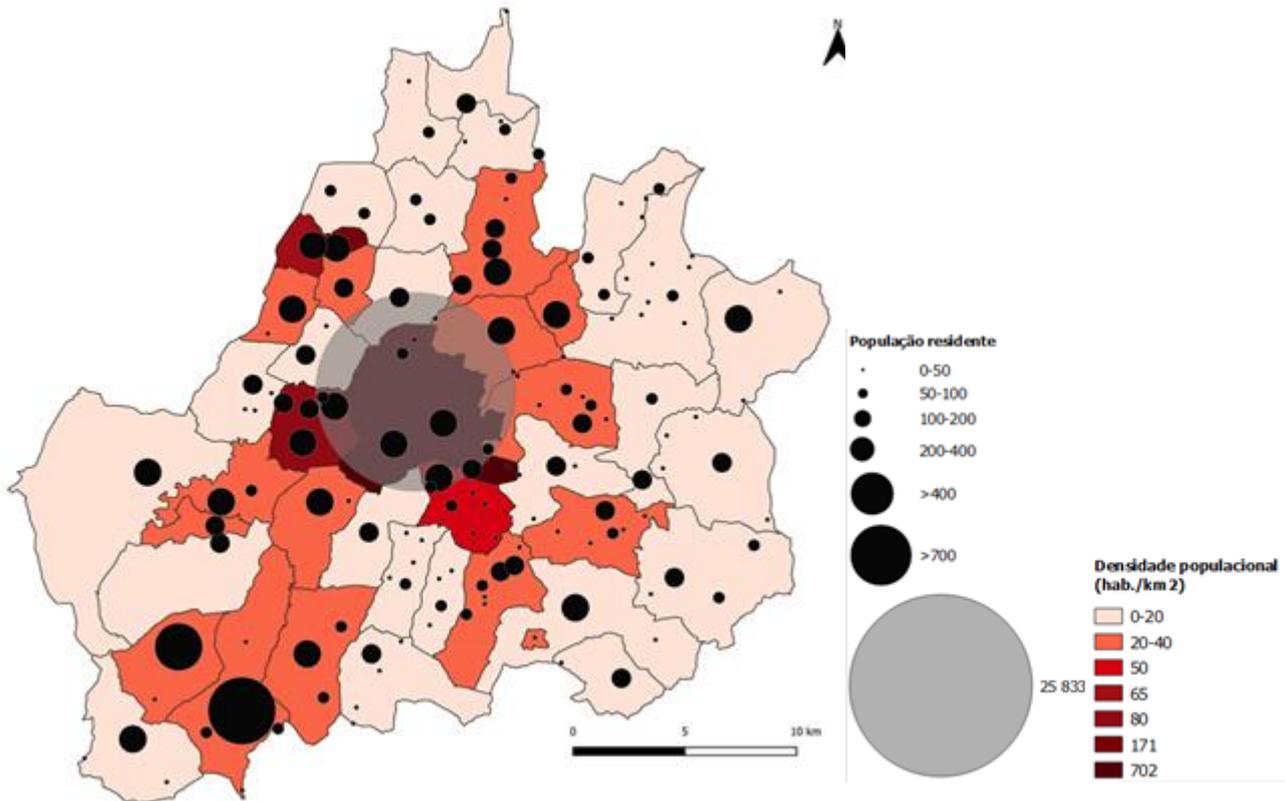


Figura 33 | Aglomerados populacionais segundo a dimensão da população residente no município da Guarda. Fonte: Relatório de Situação de Referência da Revisão do PDM da Guarda [26]

• **ESTRUTURA ETÁRIA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO**

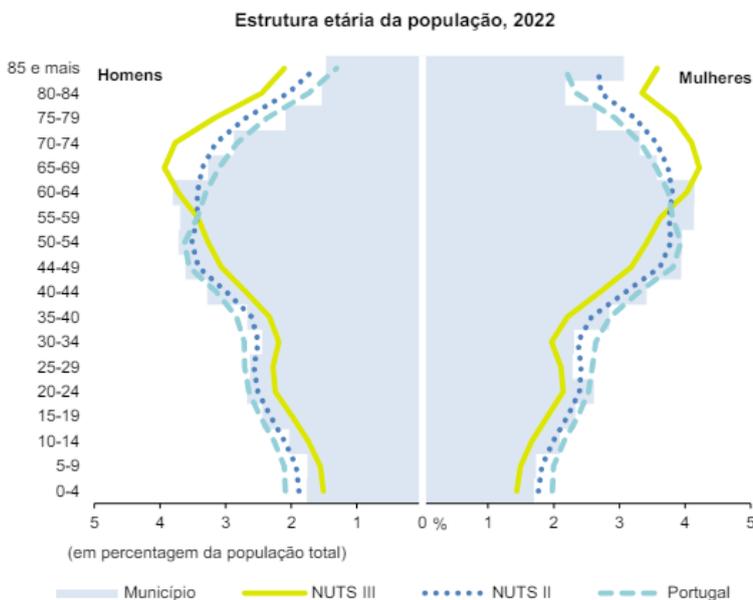


Gráfico 11 | Pirâmide etária do município da Guarda, em 2022. Fonte: Dossiê Municípios, INE [12]

Naturalmente, a dinâmica demográfica descrita tem repercussões em termos da estrutura etária da população residente, num contexto em que 25% da população residente possui 65 ou mais anos em detrimento dos 11% de população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Comparativamente com a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, a estrutura etária do concelho da Guarda é mais rejuvenescida, dado que à data dos Censos de 2021, cerca de 33% da população residente sub-regional tinha 65 ou mais anos, valor muito superior ao registado para o grupo etário dos mais jovens (0-14 anos), que apenas representava 10%.

Em termos de pirâmide etária, verifica-se um duplo envelhecimento da população residente, na medida em que o topo da pirâmide (grupo dos mais idosos) vai alargando, em detrimento da base da pirâmide (mais jovens) que vai retraíndo, em consonância com a realidade regional e nacional.

Os índices demográficos sublinham o envelhecimento da população residente, num contexto em que o índice de dependência juvenil tem vindo a diminuir e o índice de envelhecimento a registar um aumento, o que gera pressão sobre os recursos e equipamentos, em especial os de apoio a idosos e de saúde.

Em 2021, o índice de dependência de jovens era de 17,59 jovens por cada 100 idosos, enquanto que o índice de envelhecimento cifrava-se nos 226%. Comparativamente a 2011, sublinha-se um agravamento muito significativo deste índice, na medida em que à data o mesmo registava o valor de 152,1%.

- **TAXA DE COBERTURA DOS EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA, POR TIPOLOGIA**

No município da Guarda, existe uma rede diversificada de equipamentos de utilização coletiva, que compreendem diversas tipologias. No âmbito da revisão do PDM [26], a caracterização da rede existente incidiu sobre 8 tipologias: saúde, ensino, desporto, solidariedade social, cultura, segurança e proteção civil e justiça.

Todavia, para efeitos de aferição deste indicador, apenas serão consideradas as tipologias de saúde, ensino, e solidariedade social.

Em termos de distribuição espacial, e considerando a elevada concentração populacional na cidade da Guarda, é também nesta cidade que existe uma maior concentração e diversidade das tipologias de equipamentos coletivos.

Ao nível de **equipamentos de saúde**, existem diversos equipamentos: um hospital público, o Hospital Distrital Sousa Martins - Unidade de Saúde Local da Guarda (ULS), uma Unidade de Saúde Familiar (USF, antigo Centro de Saúde), 12 extensões da Unidade de Saúde Familiar (extensões de USF, anteriores extensões do Centro de Saúde), 12 Farmácias e 1 Posto Farmacêutico Móvel. Dispõe também de uma Unidade de Média Duração e Reabilitação, uma Unidade de Longa Duração e Manutenção e uma Unidade de Convalescença, integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados[26].

Segundo o INE [12], em 2021, em termos de profissionais de saúde no território concelhio da Guarda trabalhavam 743 enfermeiros (18,5 por 1 000 habitantes), 54 médicos dentistas (1,3 por 1 000 habitantes), 314 médicos (7,8 por 1 000 habitantes), 66 farmacêuticos (1,6 por 1000 habitantes) e 44 técnicos de farmácia (1,1 por 1 000 habitantes).

Em termos de acessibilidade aos equipamentos da rede de saúde de cuidados primários, verifica-se que 53% da população residente no município da Guarda, encontra-se a menos de 15 minutos a pé da unidade de cuidados de saúde primários (USCP ou USF) mais próximos [15]. Comparativamente com a sub-região envolvente, apresenta um rácio mais favorável, apenas superado pelo registado no município de Manteigas (83%), em virtude da sua mais diminuta dimensão territorial. Quando analisamos estes indicadores para a rede de saúde de cuidados secundários, verificamos que em 2021, 73% dos residentes encontravam-se a menos de 10 minutos em automóvel do serviço de urgência mais próximo, sendo que esse valor aumentava para 100% quando considerávamos os 30 minutos de distância a cuidados de saúde hospitalares [15].

Considerando o elevado índice de envelhecimento da população residente, há uma maior pressão junto das respostas existentes em matéria de saúde, em especial nos cuidados de saúde continuados. Com efeito, as unidades existentes integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e de acordo com os dados trabalhados na revisão do PDM [26], indicam-nos uma taxa de ocupação total nas unidades de média e longa duração e reabilitação, e próxima da ocupação total ao nível da unidade de convalescença.

Tabela 39 | Rede Nacional de Cuidados Integrados no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS			
TIPOLOGIAS	CAPACIDADE	UTENTES	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
Unidade de Média Duração e Reabilitação	9	9	100
Unidade de Longa Duração e Manutenção	10	10	100
Unidade de Convalescença	18	17	94,4

Ao nível dos **equipamentos de ensino**, são ministrados todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao superior, no município da Guarda. São ainda lecionados o ensino profissional, artístico e especial, bem como formação profissional.

A rede de ensino compreende 48 equipamentos, 35 de gestão pública e 13 de gestão privada, ainda que dentro destes 11 estejam dependentes do Estado.

No ano letivo de 2021/2022, estavam matriculados 5720 alunos nos níveis de ensino desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, com maior expressão no ensino básico. Em termos de taxas brutas de escolarização, verifica-se que o município responde, em termos de capacidade instalada, à população residente com idade para frequentar os vários níveis de ensino, na medida em que são todas superiores a 100%.

Tabela 40 | N.º de alunos matriculados no pré-escolar, ensino básico e ensino secundário e respetivas taxas brutas de escolarização. Fonte: INE [11] e Revisão do PDM da Guarda [26]

NÍVEIS, CICLOS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO	ANO LETIVO 2021/2022	
	N.º DE ALUNOS	TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%)
Educação Pré-Escolar	832 alunos	101,6
1.º Ciclo do Ensino Básico	1 225 alunos	110,3
2.º Ciclo do Ensino Básico	756 alunos	
3.º Ciclo do Ensino Básico	1 215 alunos	
Ensino Secundário	1 722 alunos	144,4

Apesar da situação descrita não traduzir, em teoria, carência de equipamentos de ensino em matéria de capacidade instalada, o decréscimo populacional que se tem vindo a registar, aliado à erosão das camadas mais jovens tem repercussões na rede de ensino, com tendência para o encerramento das escolas existentes (em especial do 1º ciclo do ensino básico) e maior concentração nos aglomerados urbanos com mais população, como a cidade da Guarda.

Ao nível dos **equipamentos de resposta social**, a tendência tende a ser inversa. Com o envelhecimento estrutural da população residente, acentua-se a pressão sobre tipologias de equipamentos de apoio social a idosos.

Com efeito, e no que respeita ao apoio a idosos, no município da Guarda existem 21 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), com capacidade total de 918 vagas encontrando-se ocupadas 853. A taxa de ocupação atual é de 93%. Existem 29 Centros de Dia com capacidade para 657 utentes encontrando-se ocupadas 536 lugares. A taxa de ocupação atual é 82%. Os 35 equipamentos que prestam Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) dispõem de uma capacidade de resposta para 977 utentes, servindo atualmente 584. A taxa de utilização atual é 60%. Existe ainda um Centro de Convívio, com capacidade total para 40 utentes, na cidade da Guarda.

Tabela 41 | Capacidade e ocupação das respostas sociais para idosos, no município da Guarda, em 2021. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO	CAPACIDADE (N.º DE UTENTES)	OCUPAÇÃO (N.º DE UTENTES)
21 ERPI	918	853
29 Centros de Dia	657	536
25 equipamentos com SAD	977	584

No total, estas 3 tipologias de resposta social, prestam apoio a 1973 idosos, com capacidade de resposta até 2552 idosos, com uma taxa média de utilização de 77,3%, valor superior à média nacional que se cifra nos 72,1%. Em termos de taxa de cobertura, o município da Guarda tem uma taxa que ronda os 25,4%, valor inferior quando comparado com a média do distrito (29,7%), mas superior ao da média nacional (11,9%) [4].

- **INVESTIMENTOS PREVISTOS EM NOVOS EQUIPAMENTOS**

De acordo com o diagnóstico elaborado no âmbito da revisão do PDM da Guarda [26], este município encontra-se razoavelmente bem-dotado de equipamentos nas diversas tipologias e respostas consideradas, sobretudo quando dimensionados em função da população potencialmente utilizadora.

As tendências demográficas recessivas, sobre as quais assentam as projeções demográficas consideradas, apontam para uma perda generalizada da procura potencial da maioria dos equipamentos, eventualmente com exceção dos equipamentos de apoio à terceira idade, sobretudo na componente ERPI.

Desta forma, a estratégia definida na revisão do PDM, privilegia intervenções ao nível da conservação e beneficiação da rede existente, e de eventual readaptação funcional, com partilha de espaços para diferentes finalidades.

As exceções preconizadas são ao nível das ERPI, onde se enfatiza a necessidade de proceder ao aumento da capacidade instalada nesta resposta social, sem identificar um número de unidades, e ao nível dos equipamentos ligados ao setor da cultura, este último por “*motivos de reforço da atração do concelho e da competitividade territorial sobre os fluxos turísticos*”. Neste âmbito, a revisão do PDM sinaliza a intenção de criação de museus temáticos, associados a saberes e costumes locais.

Com efeito, destaca-se o projeto “Rede Cultural e Criativa”, um projeto com investimento de 600 mil euros, aprovado no âmbito do Programa Transformar Turismo, que tem como objetivo “potenciar os recursos patrimoniais e criativos já existentes, capacitando-os com uma nova dinâmica e inovando na sua oferta integrada. Trabalhará no sentido de potenciar os recursos patrimoniais das aldeias, quer através da digitalização do património cultural, quer fazendo a sua ligação com o património natural, com a sua biodiversidade, numa lógica de desenvolvimento sustentável e sempre com uma base criativa na abordagem”⁷.

Esta rede pretende integrar os espaços culturais existentes nas aldeias criativas da Guarda, por forma a potenciar o turismo cultural e criativo, estruturando uma oferta turística que se interliga e complementa a oferta dos Passadiços do Mondego, uma vez que grande parte dos espaços da rede se situam nas comunidades rurais ao longo do percurso⁸.

* ⁷ Notícia disponível em <https://www.mun-guarda.pt/noticias/1801-guarda-cria-rede-cultural-e-cr>

* ⁸ Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março

Para além deste projeto, que se afigura como estruturante em termos da estratégia municipal, as ações/medidas elencadas na revisão do PDM, apontam ainda para a criação de uma unidade móvel de saúde e para um parque de desportos radicais.

• **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO”**

• **NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE**

A evolução dos níveis de escolaridade da população residente tem sido bastante positiva, com uma melhoria da qualificação académica do capital humano do município, num contexto onde se tem verificado a diminuição da proporção dos indivíduos apenas com a escolaridade básica, em detrimento do aumento do número de indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados.

No ano de 2021, o número de indivíduos com ensino superior quase quadruplicou em relação a 2001, enquanto o número de indivíduos com ensino secundário e pós-secundário foi praticamente igual em relação a 2001. O número de indivíduos com apenas o ensino básico (1º e 2º ciclo) reduziu-se substancialmente [22].

Desta forma, à data dos Censos de 2021:

- 5,8% da população residente não possuía nenhum nível de escolaridade;
- 22% da população residente possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico;
- 6,3% da população residente possuía apenas o 2º ciclo do ensino básico;
- 18,6% da população residente possuía o 3º ciclo do ensino básico;
- 23,5% da população residente possuía o ensino secundário;
- 1,1% da população residente possuía o ensino médio;
- 22,8% da população residente possuía o ensino superior.

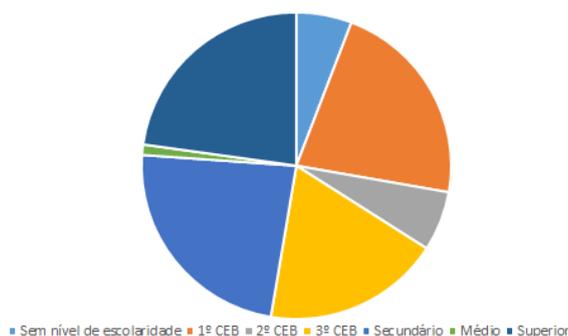
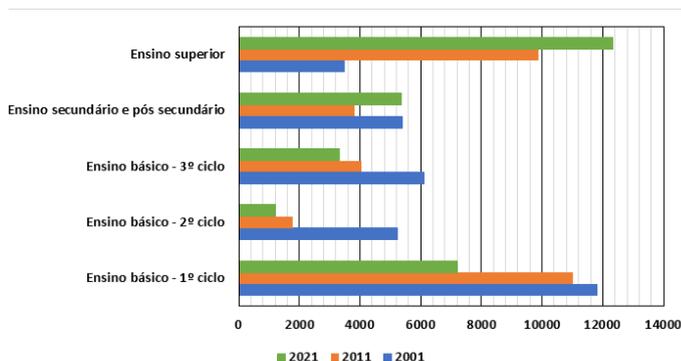
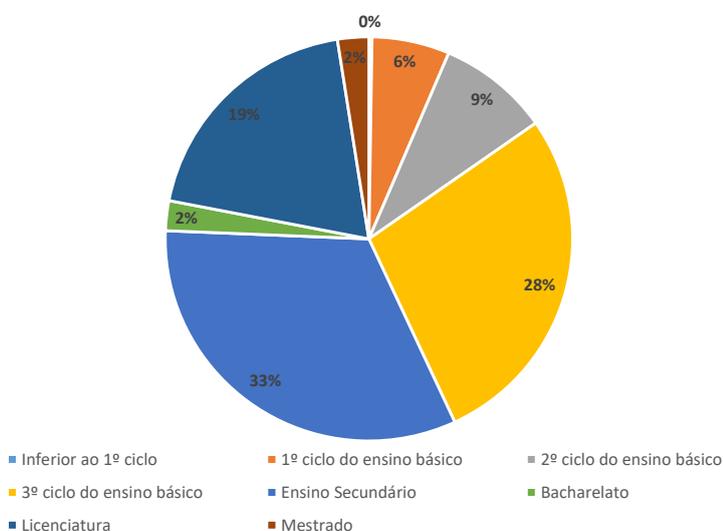


Gráfico 12 | Evolução dos níveis de escolaridade da população residente (2001-2021) Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

Gráfico 13 | Níveis de escolaridade da população residente em 2021 Fonte: PORDATA [22]

Por conseguinte, as taxas de analfabetismo também sofreram uma evolução positiva, sendo que à data dos Censos de 2021, o município da Guarda registava ainda o valor de 3,69%, valor inferior ao da região das Beiras e Serra da Estrela que se cifrava nos 5,40% de taxa de analfabetismo.

• **EMPREGOS POR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA**



Em 2021, dos 8966 trabalhadores empregados por conta de outrem, a maior parte era detentor do 3º ciclo do ensino básico (2488 trabalhadores) e/ou do ensino secundário (2917). A população sem qualquer nível de ensino que se encontrava empregada era residual (22 trabalhadores), enquanto que a população detentora do ensino superior cifrava-se nos 2180 trabalhadores.

Denota-se assim uma distribuição muito idêntica à enunciada ao nível dos níveis de escolaridade da população residente, o que também se relaciona com o perfil de profissões disponíveis no município, onde os grupos mais representativos são os relacionados com “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, “Trabalhadores não qualificados” e “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”.

Gráfico 14 | População empregada por conta de outrem (%) e nível de educação. Fonte: INE [11]

científicas”, “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, “Trabalhadores não qualificados” e “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”.

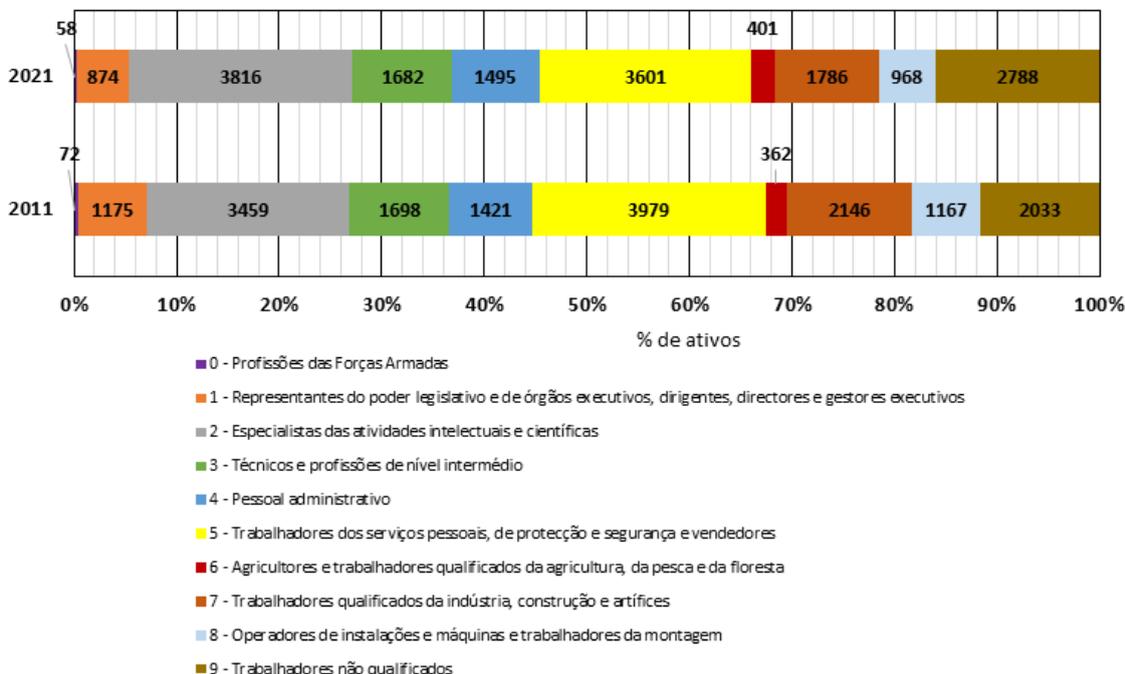


Gráfico 15 | Evolução da população residente ativa empregada por profissões no município da Guarda, entre 2011 e 2021. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

Apesar da melhoria dos níveis de qualificação da população residente, há a salientar a forte subida do número de ativos do grupo dos “Trabalhadores não qualificados”, sendo apenas acompanhada pela subida do grupo de “Especialistas das

atividades intelectuais e científicas”. Destaque também para a subida do grupo de “Pessoal administrativo”, e do grupo de “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”, com registo de diminuição do número de ativos nas restantes profissões.

Tabela 42 | Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDÊNCIAL
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica positiva em termos de criação de empresas e de emprego ▪ Melhoria dos níveis de qualificações académicas da população residente ▪ Diversificação das empresas sedeadas por vários ramos de atividade ▪ Município razoavelmente dotado de equipamentos coletivos, com boas taxas de cobertura ao nível do ensino ▪ Existência de empresas certificadas, sobretudo nos sistemas de gestão ambiental ▪ Contributo significativo para o volume global de negócios da sub-região BSE 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica demográfica recessiva ▪ Envelhecimento estrutural da população residente ▪ Baixa densidade populacional ▪ Estrutura empresarial assente em microempresas ▪ Peso ainda significativo do setor terciário na estrutura de emprego. ▪ Pouca representatividade da indústria transformadora 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação do projeto Porto Seco da Guarda ▪ Alargamento da oferta de solos para atividades económicas, com ênfase na logística ▪ Existência de todos os níveis de ensino, em especial ensino superior ▪ Diversificação da base económica com aposta nas atividades de turismo de natureza e agropecuária ▪ Capacidade de polarização da cidade da Guarda na captação de população e de emprego ▪ Existência de recursos humanos qualificados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despovoamento e envelhecimento populacional ▪ Pouca capacidade de manutenção das empresas criadas, com baixas taxas de sobrevivência ▪ Terciarização da economia local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição da população residente ▪ Aumento do índice de envelhecimento e de dependência de idosos ▪ Diminuição da taxa de atividade ▪ Aumento dos níveis de escolaridade da população residente ▪ Pressão sobre as respostas sociais de apoio aos idosos, e sobre os equipamentos de saúde ▪ Polarização da cidade da Guarda no contexto municipal e intermunicipal

8.2.2 OPORTUNIDADES E RISCOS

Seguidamente é apresentada uma matriz de interpretação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas⁹ definidas para a AAE da Revisão do PDM da Guarda para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”.

Tabela 43 | Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”.

	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO		
	DIVERSIFICAÇÃO E REFORÇO DA BASE ECONÓMICA DO CONCELHO	ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO
QE1	+/-	+	+/-
QE2	++	++	+
QE3	+	++	++
QE4	++	++	++
QE5	+/-	+	+/-

(+ /++) Oportunidade; (- /--) Risco; (+/-) Relação neutra ou incerta; (0) Sem relação

O FCD “Desenvolvimento Socioeconómico” apresenta maioritariamente relações positivas ou incertas com as questões estratégicas definidas no âmbito da AAE da revisão do PDM da Guarda. Nenhuma das QE enunciadas é considerado um fator de risco para este FCD.

- **DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÓMICA**

Neste critério de avaliação, verifica-se uma relação positiva com as **QE2**, **QE3** e **QE4**, considerando-se as demais como incertas.

As **QE2** e **QE4**, relacionadas com a coesão económica e social e com o reforço da inserção da cidade da Guarda nas várias escalas territoriais, consubstanciam as que se configuram como maiores oportunidades para este FCD, na medida em que ambas apostam no desenvolvimento de novas atividades e por esse motivo, contribuem de forma significativa para a diversificação e reforço da base económica do concelho.

Por sua vez, para as **QE1** e **QE5**, considera-se serem de relação neutra ou incerta. Ainda que no âmbito do **QE1**, a valorização ambiental e dos recursos endógenos, possa contribuir para a criação de novas atividades e emprego relacionado com atividades económicas tradicionais associadas à agricultura, floresta e/ou pecuária, ou turismo de natureza, por exemplo.

⁹ **QE1: Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos // **QE2: Melhoria da Qualidade de Vida da População**, tendo em vista a qualidade ambiental, a melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda // **QE3: Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada // **QE4: Reforçar a Inserção Territorial da Cidade da Guarda**, nas várias escalas (ibérica, nacional e regional) e reforço da sua capacidade de polarização // **QE5: Valorização territorial**, em especial do património edificado nos aglomerados urbanos

De referir que no âmbito da revisão do PDM são preconizadas um conjunto de projetos e de orientações para esta matéria. Ao nível do solo urbano, são definidas várias áreas destinadas ao acolhimento de atividade empresarial, em especial na cidade da Guarda, mas também preconizando o desenvolvimento de atividades económicas associadas à exploração e transformação dos produtos locais, sejam florestais, agropecuários, e ainda da atividade turística.

- **ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO**

Considera-se que todas as QE podem ter um contributo positivo para este critério de avaliação. Seja por via da aposta na geração de emprego, criação de riqueza, melhoria das condições de vida da população ou na valorização territorial/ambiental, todas as QE visam, em última instância, a fixação da população residente, e as **QE2**, **QE3** e **QE4**, pretender dar um contributo relevante para a atração de novos residentes.

No âmbito da revisão do PDM foram definidos 3 cenários demográficos, 2 deles apontando para uma tendência de diminuição da população residente. O cenário mais voluntarista, aponta para uma inversão desta tendência, mas mesmo assim não vai para além de um acréscimo populacional na ordem dos 3%, para 2031.

A atração e fixação de população depende de um conjunto significativo de fatores, em especial os relacionados com a oferta de emprego, e com a prossecução de objetivos de coesão económica, social e territorial.

- **QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO**

À semelhança dos critérios de avaliação anteriores, também se verifica uma relação positiva com a maioria das QE, sendo as **QE3** e **QE4** as que constituem uma maior oportunidade. Com efeito, tendo em conta que a **QE2** está relacionada com a coesão económica e social, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada, tem uma clara relação com a melhoria dos níveis de qualificação da população residente.

Também a **QE4**, uma vez que visa o aprofundamento da cidade da Guarda nas várias escalas territoriais, alicerça-se no desenvolvimento de atividades económicas que necessitam de recursos humanos qualificados e que poderão constituir-se como um estímulo para maiores níveis de formação dos residentes.

Trata-se de uma matéria que depende de dinâmicas que são externas às da revisão do PDM, ainda que sejam previstas um conjunto de intervenções relacionadas com a melhoria da rede de equipamentos de ensino.

8.2.3 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Atendendo ao exposto relativamente a este FCD, de seguida são expressas as diretrizes para a fase de seguimento. As diretrizes podem ser de planeamento, gestão e/ou monitorização.

Tabela 44 | Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Desenvolvimento Socioeconómico”

FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver estudo com vista à identificação das oportunidades de diversificação do atual modelo de desenvolvimento económicos, baseado em incorporação de inovação, conhecimento e qualificação de recursos humanos – Acompanhar a implementação da rede de equipamentos coletivos prevista, direcionando-a para a colmatação das necessidades existentes – Promover em conjunto com o centro de emprego e outras entidades com responsabilidade na matéria, políticas de qualificação progressiva e integração no trabalho da população ativa desempregada – Reforçar o sistema de apoio/incentivo às empresas locais, fomentando a empregabilidade e empreendedorismo locais – Promover a instalação de novas empresas e indústrias no concelho, aproveitando os efeitos multiplicadores do projeto do Porto Seco da Guarda, privilegiando a fixação de empresas com certificação ambiental – Promover, apoiar e divulgar o desenvolvimento de atividades económicas tradicionais, associadas a produtos locais.
FCD	MONITORIZAÇÃO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> – Monitorização da evolução da população residente e da sua distribuição pelo território; – Monitorização do índice de envelhecimento; – Monitorização da criação de emprego por ramo de atividade, e por qualificação académica; – Monitorização da proporção da população residente a trabalhar nos estabelecimentos sedeados no município; – Monitorização das taxas de constituição/dissolução de empresas; – Monitorização das taxas de atividade e de desemprego, por género e estrutura etária; – Monitorização dos níveis de qualificação da população residente; – Monitorização do número de equipamentos coletivos, por tipologia. – Monitorização das taxas de cobertura dos equipamentos coletivos de ensino e das taxas de ocupação dos equipamentos sociais de apoio à infância e aos idosos.

8.3 QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Através deste Fator Crítico para a Decisão pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para a qualificação e promoção do território municipal.

Este FCD está sobretudo associado à QE 5 - Valorização Territorial.

Tabela 45 | Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do território”

FCD 3: QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	
Pretende avaliar em que medida a revisão do PDM induzirá uma dinâmica territorial que contribua para o fomento da coesão e do equilíbrio do sistema territorial, que incremente uma maior conectividade e a promoção dos valores territoriais	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADOR
Qualificação do sistema urbano	Solo Urbano
	Evolução dos territórios artificializados
	Áreas de Reabilitação Urbana
	Edifícios requalificados ou reabilitados
	Área de espaço público qualificado
Valorização e promoção do território	Imóveis classificados, em vias de classificação e/ou inventariados
	Intervenções de proteção, reabilitação e/ou valorização do património edificado
	Oferta e Capacidade de alojamento
	Procura de alojamento
	Vias rodoviárias, ferroviárias, ciclovias e percursos pedonais
	Ligações à rede de transportes coletivos
	Investimento previstos em acessibilidades

8.3.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE

- **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO”**

- **SOLO URBANO**

Para aferição deste indicador tem-se por referência os dados trabalhados no âmbito da revisão do PDM da Guarda [26], seja no estabelecimento da situação existente [3], como em termos de proposta de classificação de solo urbano.

No PDM em vigor, os perímetros urbanos incluem (artigo 6.º do regulamento), o conjunto dos espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais que lhe sejam contíguos. Em termos de representação espacial, foram delimitados 11 perímetros urbanos em 11 aglomerados do concelho:

Tabela 46 | Classificação do solo urbano no PDM da Guarda, em vigor. Fonte: Avaliação do PDM em vigor [3]

PERÍMETROS URBANOS DELIMITADO NO PDM EM VIGOR	UTILIZAÇÃO DO SOLO (HA)				
	URBANO E URBANIZÁVEL	CONSTRUÇÃO CONDICIONADA	EQUIPAMENTO	INDÚSTRIA	TOTAL
Barracão	30,4	35,6	-	6,1	72,1
Castanheira	32,5	19,7	1,5	0,7	54,4
Fernão Joanes	17,6	0,9	-	-	18,5
Gonçalo	37,2	26,6	1,6	1,3	66,7
Guarda	394,7	68,7	302,0	126,5	891,9
Maçainhas	22,7	10,1	1,9	3,9	38,6
Meios	6,7	0,6	-	0,4	7,7
Porto da Carne	45,4	8,8	-	19,5	73,7
Trinta	30,0	3,0	-	10,4	43,4
Valhelhas	30,0	0,8	7,8	0,3	39,1
Vila Fernando	27,7	15,2	3,7	5,1	51,6
TOTAL	674,9	190,0	318,5	174,2	1357,7

Considerando os dados apurados no âmbito da avaliação da execução do PDM em vigor, verifica-se que este instrumento delimitou 11 perímetros urbanos os quais ocupam uma área de 1357,7 ha destinados a solos urbanos, maioritariamente nas tipologias de áreas urbanas e urbanizáveis, seguindo-se as áreas destinadas a equipamentos.

Naturalmente, grande parte desta superfície é ocupada pela cidade da Guarda, que representa cerca de 66% do solo urbano classificado no PDM em vigor.

No âmbito da Revisão do PDM, procedeu-se à classificação de 46 aglomerados urbanos e respetivos polígonos classificados como solo urbano, ocupando uma superfície de cerca de 3 057 ha, que corresponde a apenas 5% da área do território do concelho.

Tabela 47 | Classificação do solo urbano proposta na revisão do PDM. Fonte: Revisão do PDM [26]

CATEGORIAS DE SOLO URBANO	SUBCATEGORIAS DE SOLO URBANO	ÁREA (HA)
Espaços centrais	Centro Histórico da cidade da Guarda	21,61
	Espaços verdes urbanos de utilização coletiva	7,08
	Espaços de equipamentos	48,27
	Restantes espaços centrais da cidade da Guarda	85,61
	SUBTOTAL	162,57
Espaços Habitacionais	Espaços Habitacionais consolidados	1489,36
	Espaços habitacionais unifamiliares em consolidação	195,71
	Espaços habitacionais plurifamiliares em consolidação	22,56
	SUBTOTAL	1 707,62
Espaços de atividades económicas	Espaços de atividades económicas consolidados	256,56
	Espaços de atividades económicas em consolidação	170,21
	Espaços de atividades económicas a programar	476,54
	SUBTOTAL	913,31
Espaços verdes	Espaços verdes de utilização coletiva	29,46
	Espaços verdes de proteção	133,59
	Espaços verdes de enquadramento	57,6
	SUBTOTAL	220,68
Espaços de uso especial	Espaços de equipamentos	53,0
Espaços não qualificados abrangidos por Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor		430,09
TOTAL		3 057,19

Apesar da diferença significativa de valores entre o PDM em vigor e a revisão do PDM, e tal como descrito nesta, não é possível estabelecer uma comparação e relação direta entre os solos classificados como urbanos e urbanizáveis em vigor, com os agora propostos em sede da revisão. Para tal, contribui o facto de no âmbito do PDM vigente existir delimitação cartográfica apenas para alguns perímetros urbanos.

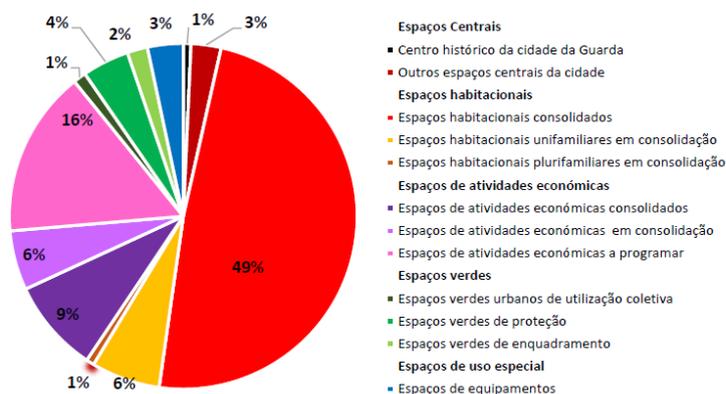


Gráfico 16 | Distribuição do solo urbano pelas várias categorias. Fonte: Revisão do PDM [26]

Em termos de categorias, predominam os espaços habitacionais, que correspondem a 56% do solo classificado como urbano, seguido dos espaços de atividades económicas (30%) e dos espaços verdes (7%). No conjunto de espaços habitacionais delimitados, grande parte engloba a subcategoria de espaços habitacionais consolidados, associado à situação urbanística existente.

- **EVOLUÇÃO DOS TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS**

Para a análise deste indicador, consideraram-se os valores da Carta de Ocupação do Solo [5], tendo como referência as séries de 1995, 2007 e 2018, considerando a classe *territórios artificializados*.

Em 2018, os *territórios artificializados* ocupavam 2251 ha, cerca de 3,2% da superfície municipal. Nestes predominam os *tecidos edificados contínuos* com uma área de 536,7 ha, os *tecidos edificados descontínuos* (461,2 ha) e a *indústria* (137,6 ha).

Comparativamente a 1995, verifica-se uma tendência de crescimento ao nível da artificialização do solo, na medida em que a essa data, os *territórios artificializados* representavam apenas 1531 ha (2,1%).

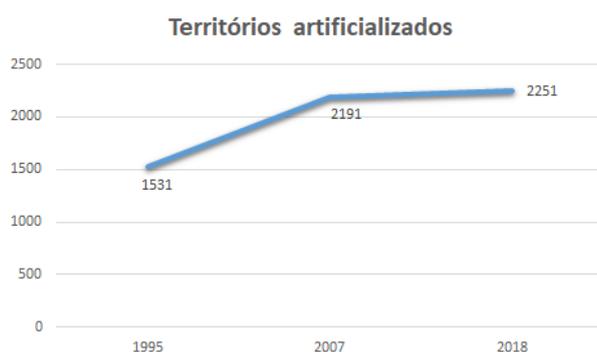


Gráfico 17 | Evolução dos territórios artificializados no município da Guarda. Fonte: Direção Geral do Território, COS [5]

O processo de artificialização do solo foi mais intenso entre 1995 e 2007, registando-se uma variação na ordem dos 43% nesta classe da COS, atenuando-se drasticamente entre 2007 e 2018 com uma variação de apenas 2,7%, em 11 anos.

A taxa de artificialização bruta do solo¹⁰, considerando o período de 2007-2018, foi assim de 97m²/ano.Km², ainda assim valor bastante inferior ao verificado na sub-região Beiras e Serra da Estrela (152m²/ano.Km²).

Entre 1995 e 2018, o processo de artificialização do solo ocorreu, essencialmente, por desflorestação (285 ha),

redução de área ocupada por agricultura (218 ha), e ainda por outras causas (199 ha).

Em termos de proporção de solo urbano edificado, com base nos valores disponibilizados pela Direção Geral do Território[16], o município da Guarda apresenta em média uma taxa de ocupação na ordem dos 60%, valor bastante superior ao registado a nível nacional (49,5%), o que significa que uma parte significativa dos processos de urbanização e edificação ocorreram no interior dos espaços destinados para o efeito.

Tal como referido anteriormente, as áreas classificadas como solo urbano, no âmbito da revisão do PDM, ocupam apenas 5% do território concelhio, destinando-se maioritariamente a espaços habitacionais e áreas de atividade económica.

Para além do solo urbano, e em termos de áreas destinadas a processos de edificação, há a destacar em solo rústico, os aglomerados rurais. Na revisão do PDMG propõe-se a classificação como solo rústico e qualificação na categoria de aglomerados rurais de 97 aglomerados populacionais que perfazem uma superfície total de cerca de 669 ha correspondendo a menos de 1% da superfície do concelho.

- **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA**

Nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estatuído pelo Decreto-Lei n.º307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, podem ser definidas áreas de reabilitação urbana (ARU), que correspondem a “*áreas territorialmente*

* ¹⁰ A artificialização bruta do solo avalia a área agrícola, florestal, seminatural e natural, de zonas húmidas e de corpos de água que foi transformada em territórios artificializados num dado período. Extraído de: <https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/metrics?groupId=6>

delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana” (alínea b) do artigo 2.º).

No município da Guarda, ao abrigo deste diploma legal, foram delimitadas duas ARU, correspondentes ao centro urbano consolidado da cidade da Guarda e área envolvente, e cidade da Guarda e conjuntos urbanos envolventes.

A *ARU do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente*, foi aprovada pela Câmara Municipal da Guarda foi aprovada pela Câmara Municipal da Guarda e publicada em Diário da República através do Aviso n.º22626/2023, de 23 de novembro.

Esta ARU abrange uma área territorial de cerca de 252 ha, e compreende o atual centro histórico da cidade e respetiva zona envolvente, tal como se encontra delimitado na carta de ordenamento do PDM em vigor.

Este ARU tem em consideração, face às especificidades territoriais da área em questão, entre outros, os seguintes objetivos estratégicos: *a criação de condições que permitam assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados, ou funcionalmente inadequados; potenciar a modernização de infraestruturas urbanas obsoletas e a requalificação dos espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, enquadrando a prossecução dos projetos estruturantes que o Município prevê vir a implementar; promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos degradados ou funcionalmente inadequados, aproveitando o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas; melhorar a mobilidade urbana, designadamente no que se refere aos cidadãos com mobilidade condicionada, através da realização de intervenções no espaço público que permitam a eliminação de barreiras arquitetónicas, e de uma melhor gestão da via pública e demais espaços de circulação; fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados [23].*

A segunda ARU delimitada ocupa uma área de aproximadamente 724 ha, desenvolvendo-se na continuidade da *ARU do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente*, e engloba as principais áreas de expansão desse centro urbano, recaindo sobre duas freguesias do concelho (Guarda e Arrifana), sendo atravessada pelo rio Diz, no sentido norte-sul. *Um dos princípios que presidiram à delimitação desta ARU, foi o enfatizar a relação física e funcional com o espaço urbano delimitado nessa ARU (Centro Urbano Consolidado), permitindo assim a implementação de estratégias mais abrangentes, de reabilitação e revitalização do edificado, e ainda a modernização de infraestruturas urbanas obsoletas e a requalificação dos espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, enquadrando a prossecução dos projetos estruturantes que o município prevê vir a implementar [23].*

A *ARU da Zona Norte da Cidade da Guarda e Conjuntos Urbanos Envolventes* foi aprovada pela Câmara Municipal da Guarda e publicada em Diário da República através do Aviso n.º22445/2023, de 22 de novembro.

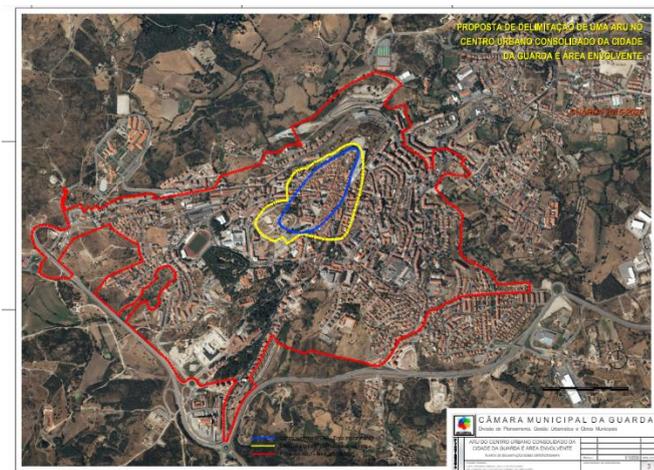


Figura 34 | Delimitação da ARU do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente. Fonte: IHRU [23]

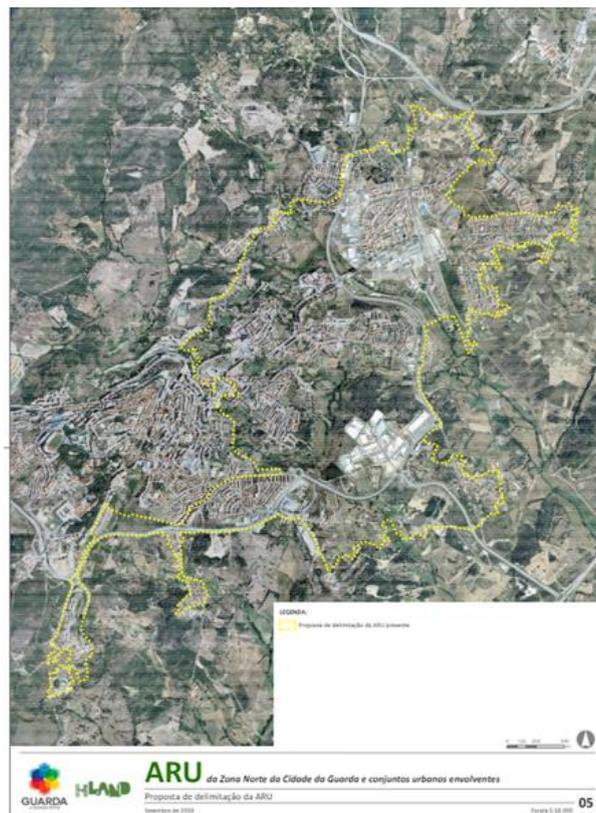


Figura 35 | Delimitação da ARU da Zona Norte da Cidade da Guarda e Conjuntos Urbanos Envolventes. Fonte: IHRU [23]

Para além das ARU delimitadas, há a sinalizar a do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Património Urbanístico e Edificado de Vila Soeiro, que entrou em vigor com a Declaração 16-7-96, publicada em DR II Série nº 187, de 13/8/1996, e passou a enquadrar as intervenções nos edifícios e no espaço público na sua área de intervenção.

No âmbito da revisão do PDM, e na prossecução do estabelecido na Estratégica Local de Habitação da Guarda, enfatiza-se a necessidade da reabilitação urbana dos conjuntos edificados no município, definindo-se como orientação “*dar continuidade às áreas de reabilitação urbana e definir novas áreas*”.

- **EDIFÍCIOS REQUALIFICADOS OU REABILITADOS**

Em 2021, de acordo com os Censos da Habitação [12], o parque edificado do município da Guarda era constituído por 19643 edifícios residenciais¹¹, dos quais cerca de metade (9761 edifícios) já possuem mais de 40 anos.

Apesar da dominância de edifícios com idade superior a 40 anos no concelho da Guarda, a maior parte encontra-se em bom estado de conservação, num contexto em que cerca de 70% dos edifícios não necessitava de reparações, 17% apresentavam apenas necessidades ligeiras, 8% necessidades médias e somente 5% com necessidades profundas.

* ¹¹ Apenas um é não residencial.

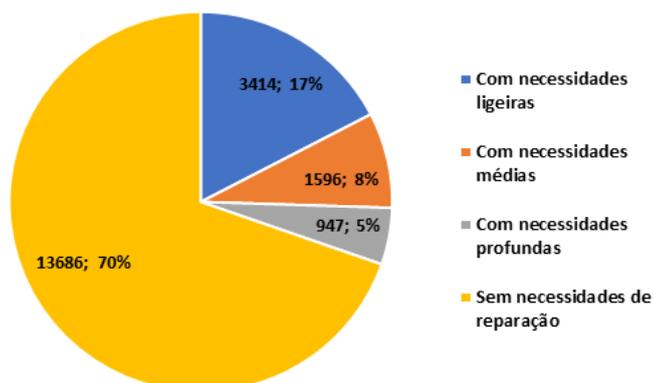


Gráfico 18 | Necessidades de reparação por idade dos edifícios no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

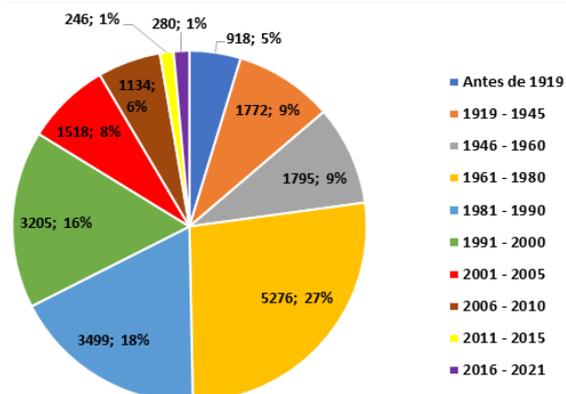


Gráfico 19 | Idade dos edifícios no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

Em termos de dinâmica construtiva, segundo o INE, para o último período censitário (2011 e 2021), foram concluídas 154 construções novas no concelho da Guarda, dos quais 97 destinadas a habitações e 57 a outros usos.

Para o mesmo período, o número de obras concluídas em edifícios relativas a ampliações, alterações e reconstruções foi de 192, 142 destinadas a habitação e 50 a outros usos. Algumas delas, e tal como referido na Revisão do PDM da Guarda, podem prefigurar operações de reabilitação urbana.

Em 2022, por cada 100 construções novas concluídas, existiam 33 reconstruções concluídas, sendo de salientar que 50% do edificado que é reabilitado é para habitação familiar, valor muito acima da média nacional que se cifra nos 25% [16].

Em sequência da Estratégia Local de Habitação da Guarda, foi estabelecido um protocolo entre o município e o IHRU, no qual se prevê, entre outras medidas, a reabilitação de 61 prédios habitacionais existentes, para disponibilização para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada, ao abrigo do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1.º Direito).

Em termos de orientação estratégica, verifica-se que na revisão do PDM são listadas algumas medidas/ações que se prendem com a *promoção da construção sustentável através da reabilitação e requalificação urbanas e da proteção e valorização do património construído*.

- **ÁREA DE ESPAÇO PÚBLICO QUALIFICADO**

Embora não exista indicador estatístico que permita uma análise tendencial, e reportando ao relatório de avaliação da execução do PDM em vigor [3], verifica-se que no período de vigência do instrumento em revisão foram empreendidas e concretizadas um conjunto de ações de reabilitação/requalificação e regeneração urbanas, em vários aglomerados urbanos, especialmente em sedes de freguesia, com principal destaque para a cidade da Guarda, no quadro da execução do Programa Polis Guarda.

No âmbito do Programa Polis Guarda foi desenvolvido *um projeto de requalificação urbana e ambiental numa área de cerca de 180 ha na cidade da Guarda, nas margens do Rio Diz, tendo sido criado um parque urbano, um museu da água um espaço de animação semicoberto, um parque infantil, zonas de estacionamento e espaços verdes, um miradouro. Foi ainda requalificada a Avenida da Estação, e iniciada a valorização do centro histórico através da requalificação de arruamentos, recuperação de edifícios degradados e criação de espaços para coletividades*. [3]

Também no âmbito das duas ARU delimitadas dá-se continuidade à estratégia de requalificação do espaço público da cidade da Guarda, através de ações que visam os seguintes objetivos:

- Requalificar os espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva;
- Promover a refuncionalização de espaços urbanos obsoletos e/ou degradados, com novas funções urbanas;
- Melhorar a mobilidade urbana, entre outras medidas, eliminando barreiras arquitetónicas.

Em termos de revisão do PDM, a qualificação do espaço público faz parte dos objetivos de intervenção quer nos aglomerados urbanos, como nos aglomerados rurais. Com efeito, neste domínio foram delimitados os núcleos antigos em 76 aglomerados rurais, com vista ao estabelecimento de medidas de salvaguarda compatíveis, entre outros aspetos, com a qualificação do espaço público.

No solo urbano, sendo também uma preocupação em termos de intervenção nos aglomerados, há a destacar as categorias de espaços verdes delimitadas (aproximadamente 159 ha), que independentemente da sua tipologia, preveem intervenções pontuais e estruturas construídas que visem a sua utilização e vivência.

Por último, de referir que a política de requalificação urbana do município da Guarda, é também visível no conjunto de projetos inscritos no Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que, neste domínio, visam sobretudo a requalificação de arruamentos e/ou praças e de percursos pedestres e/ou cicláveis [19].

- **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO “VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO”**

- **IMÓVEIS CLASSIFICADOS, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO E/OU INVENTARIADOS**

Tal como quase todo o território nacional, o município da Guarda apresenta uma grande riqueza relativamente ao património, fruto de várias ocupações, neste ponto iremos enunciar os imóveis que hoje em dia encontram-se classificados ou em vias de classificação e/ou inventariados.

Assim, e de acordo com o Relatório Revisão do PDM [26], no município da Guarda encontramos 3 imóveis classificados como Monumentos Nacionais, 14 como Imóveis de Interesse Público, 3 Monumentos de Interesse Público, 1 Conjunto de Interesse Público e 9 Monumentos de Interesse Municipal.

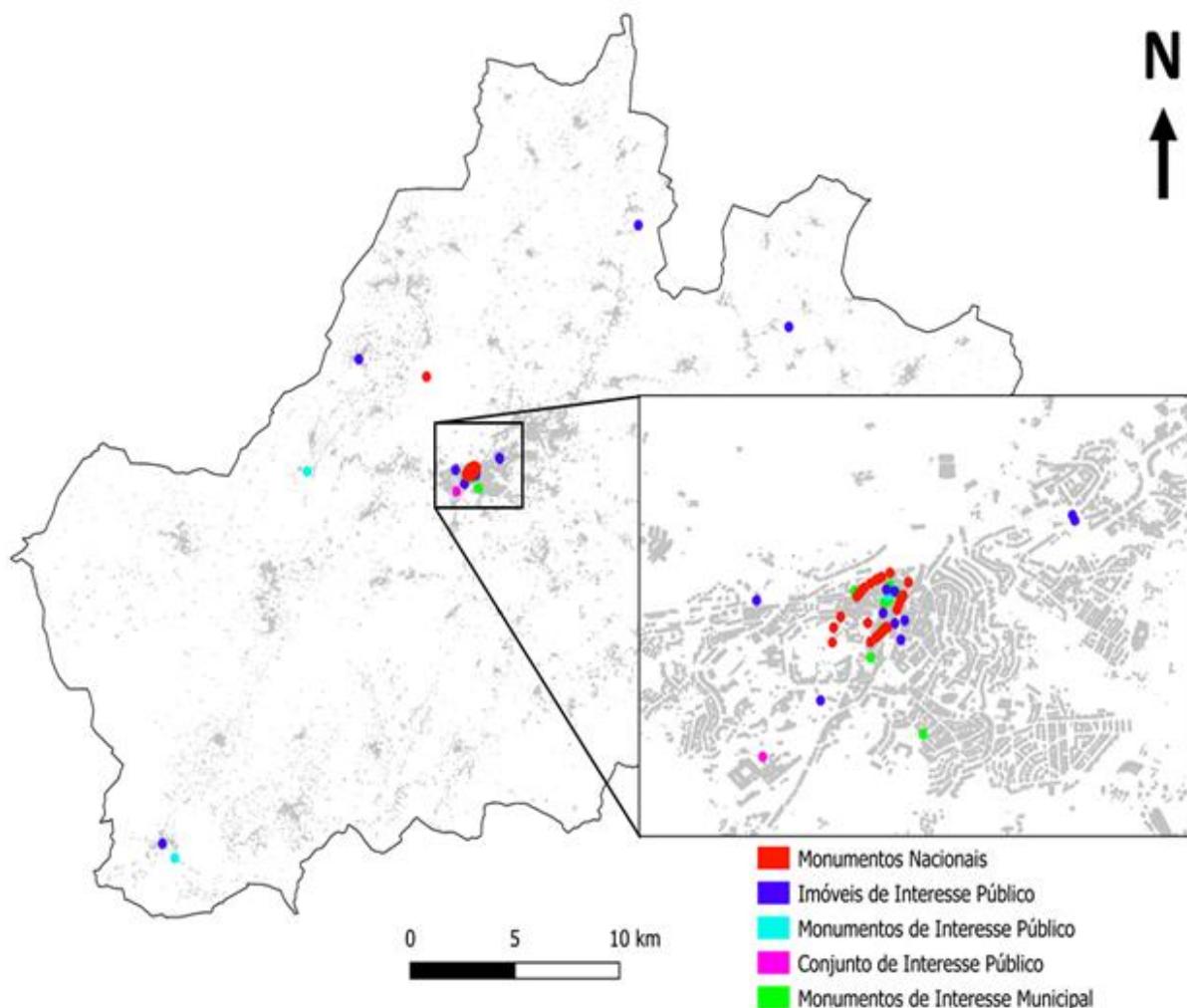


Figura 36 | Imóveis classificados por tipologia no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

Tabela 48 | Imóveis classificados, em vias de classificação e/ou inventariados no município da Guarda

TIPO DE CLASSIFICAÇÃO	LISTA
Monumentos Nacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Castro de Tintinholo 2. Sé Catedral da Guarda 3. Castelo da Guarda, Torre dos Ferreiros
Imóveis de Interesse Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Anta de Pêra do Moço / Anta de 2. Castro do Jarmelo 3. Igreja Matriz de Aldeia Viçosa, também conhecida como Igreja Paroquial de Aldeia Viçosa ou Igreja de Santa Maria 4. Antigo paço episcopal e seminário, também conhecido por Paço Episcopal e Seminário da Guarda ou Museu da Guarda 5. Capela de Nossa Senhora do Mileu ou Santuário de Nossa Senhora do Mileu 6. Estação Arqueológica da Póvoa do Mileu 7. Chafariz da Dorna

TIPO DE CLASSIFICAÇÃO	LISTA
Imóveis de Interesse Público (cont.)	<ol style="list-style-type: none"> 8. Prédio n.º 9, 11 e 13 da Rua de D. Sancho, da cidade da Guarda, no qual se diz que nasceu o primeiro duque de Bragança também conhecido por Edifício na Rua de D. Sancho, 9 a 13 ou Edifício na Rua de D. Sancho I, nº 9 a 13 9. Igreja de São Vicente ou Igreja Paroquial de São Vicente 10. Pelourinho de Valhelhas 11. Chafariz de Santo André 12. Edifício do século XVII onde está instalada a Câmara Municipal, também conhecido por Paços do Concelho da Guarda ou Câmara Municipal e Cadeia da Guarda 13. Igreja e edifício da Misericórdia, na Guarda ou Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Guarda 14. Pelourinho da Guarda ou Cruzeiro da Guarda
Monumentos de Interesse Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Janela manuelina do antigo Paço Episcopal da Guarda ou Edifício na Rua Francisco dos Passos, n.º 41 a 45 ou Paço Episcopal 2. Capela de São Pedro de Verona, Vila Soeiro 3. Ponte Antiga de Valhelhas/ Ponte Filipina
Conjunto de Interesse Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antigo Sanatório Sousa Martins ou antigo Hospital da Guarda
Monumentos de Interesse Municipal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prédio na Rua Direita, n.º 15 a 19, também conhecido como Prédio na Rua Francisco dos Passos (antiga Rua Direita) ou Edifício na Rua Francisco dos Passos, n.º 15 a 19 2. Prédio na Rua Direita, n.º 26 a 28, também conhecido como Prédio na Rua Francisco dos Passos ou Casa na Rua Francisco dos Passos, n.º 26 a 28 3. Prédio na Rua de D. Sancho I, n.º 18 a 22, e Largo 28 de Janeiro, também conhecido como Edifício na Rua de D. Sancho I, n.º 18 a 22, e Largo do Paço do Bio (antigo Largo 28 de Janeiro) ou Casa na Rua de D. Sancho I, n.º 18 a 22 4. Prédio no Largo da Igreja de São Vicente ou Casa no Largo de São Vicente, n.º 1 a 2 5. Solar da Rua do Encontro n.º 33 a 37 ou Paço Episcopal 6. Casa na Rua dos Clérigos, 7 7. Casa do Alpendre ou Casa do Alpendre no Largo do Espírito Santo 8. Antigas Casas dos Magistrados, sitas na Rua João Pinto Ribeiro ou Casa dos Magistrados na Guarda 9. Prédio na Rua D. Sancho I, n.º 15 a 17, ou Casa na Rua de D. Sancho I, n.º 15 a 19

No município da Guarda encontram-se 5 Zonas de Proteção Especial (ZPE):

- Guarda - Rua Tenente Valadim nos 28-30 e 60-62 (ZPE de Monumento Classificado Muralha Medieval).
- Guarda - Rua do Comércio nos 40-42 (ZPE Muralha Medieval).
- Guarda - Rua do Amparo nos 43-45 e 67-69 (ZPE Muralha Moderna).
- Guarda - Cidadela do Castelo da Guarda
- Póvoa do Mileu

Fora do centro histórico da cidade da Guarda, foram identificados 23 conjuntos edificados com interesse patrimonial que são importantes na história local e regional e que também fazem parte da memória coletiva dos municípios. Estes núcleos devem ser igualmente objeto de delimitação e de aplicação de medidas de salvaguarda e valorização adequadas.

- | | | |
|----------------------|------------------------|--------------------|
| 1. Adão | 9. Faia | 17. Póvoa do Mileu |
| 2. Aldeia Viçosa | 10. Famalicão da Serra | 18. Rochoso |
| 3. Avelãs da Ribeira | 11. Gonçalo | 19. Valhelhas |
| 4. Benespera | 12. Maçainhas | 20. Vela |
| 5. Casal de Cinza | 13. Mizarela | 21. Videmonte |
| 6. Castanheira | 14. Monteiro (Gagos) | 22. Vila Soeiro |
| 7. Cavadouze | 15. Pera do Moço | 23. Pousade |
| 8. Codesseiro | 16. Pero Soares | |

Foram igualmente identificados 215 imóveis representativos da arquitetura civil e 198 imóveis representativos da arquitetura religiosa que fazem parte da história e da memória coletiva dos municípios e como tal devem ser também objeto de medida de salvaguarda e valorização adequadas.

Será de realçar que alguns destes imóveis, têm sido alvos de atos de vandalismo e saque. Assim, será importante que haja uma programação de atividades nesses locais, nomeadamente ao nível da intervenção no edificado, possivelmente trabalhar com associações locais, de forma a poder reabilitar, proteger e dinamizar os mesmos como imóveis que caracterizam e de alguma forma contam a história local.

Na Figura 37 seguinte são identificados Sítios arqueológicos inventariados por época no concelho da Guarda [26], tendo sido, no total identificados 181 sítios arqueológicos no município deste a Proto-história até à Idade contemporânea.

As tipologias mais comuns encontradas são as Sepulturas Rupestres, Calçadas e Povoados. Neste conjunto existe um número considerável de achados cuja tipologia ainda não foi determinada, estando ainda sob a classificação de indeterminado/a (muitos destes achados pertencem ao período Romano).

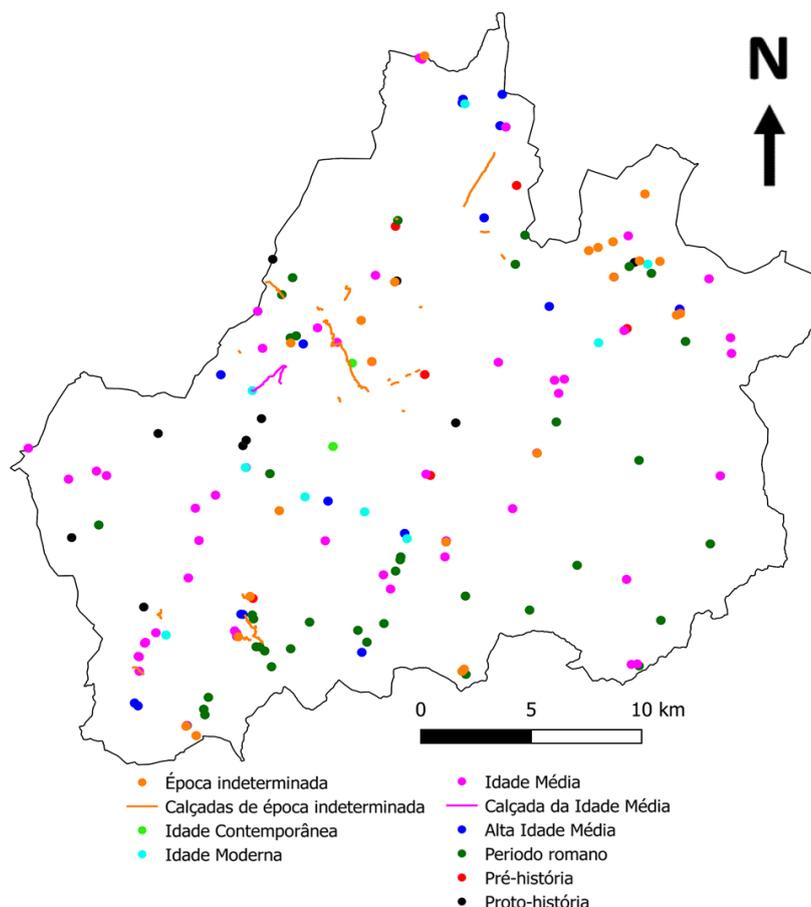


Figura 37 | Sítios arqueológicos inventariados por época o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]

Em muitos locais que foram alvo de intervenções arqueológicas, o conhecimento acerca de tais sítios ainda peca por escasso, ou porque os relatórios arqueológicos ainda não foram disponibilizados no geral, os resultados tardam a ser publicados, as intervenções ocorrem pontualmente e ditadas pela evolução (ou não) / acompanhamento patrimonial (ou não) dos trabalhos, perdendo-se assim ótimas oportunidades de com um planeamento estratégico poder definir locais que seria imprescindível prosseguir com a sua escavação, estudo, publicação, musealização, divulgação e rentabilização turístico / patrimonial sustentável. Tal é o caso dos Castelos Velhos (Guarda, CNS 5307), onde ainda hoje “Continua-se sem saber se estamos perante testemunhos residuais, se estes poderão comprovar o alargamento da área ocupada pelo povoado de Castelos Velhos, se atestam a existência de um núcleo populacional independente e anterior àquele, ou se poderá reportar-se à necrópole deste povoado situada a 100m para SO.”[24].

Muitos locais encontram-se em perigo de destruição e saque, como é o caso do Povoado da Alta Idade Média da Quinta do Engenheiro (Faia, CNS 39346). Ou em mau estado de conservação, como a Quinta de Cima, sepultura escavada na rocha (Faia, CNS 39314): “O bloco granítico onde foi escavada a sepultura foi deslocado mecanicamente do seu sítio original, 10m a norte, aquando da plantação de árvores de fruto.” [24].

Calçada da Quinta da Coitada (Mizarela, CNS 39447) em perigo e “muito destruída pela abertura de um estradão de acesso à serra” [24].

Outros locais, alvo de destruições contínuas não podem assim cumprir com os desígnios de estudo /divulgação e criação de Roteiros de Visita, como é o caso, por exemplo da Villa Romana de São Domingos. “No local existia uma capela de invocação a São Domingos, destruída com a abertura da EN 18-2. Recentemente, a instalação dos estaleiros de uma empresa de construção e a abertura dos restabelecimentos rodoviários à A23 vieram criar impactes diretos no local.” - [24]. Ou ainda do possível povoado medieval da Picota 2 (Castanheira, CNS 38189). Ainda a Calçada do Tintinho da Idade Média (CNS 22854). Muitos locais foram igualmente destruídos, pelo reaproveitamento que quer as populações, como outras entidades faziam das pedras das construções mais antigas para as suas próprias construções, como é o caso do Castro das Fórneas (Guarda, CNS 26606).

Em Mau estado de conservação temos por exemplo a Fortificação Contemporânea do Forte Velho (Maçainhas, CNS 39330). Mamoia destruída da Orca do Paiol (Mizarela, CNS 26788). Anta / Abrigo 1 de Cabeça do Meio (Mizarela, CNS 31369). Calçada de Pêra do Moço (Pêra do Moço, CNS 39312). Calçada Póvoa de Mileu 1 (Guarda, CNS 39441). Calçada Póvoa de Mileu 2 (Guarda, CNS 39442). Calçada Póvoa do Mileu 3 (Guarda, CNS 39443). Povoado Calcolítico e Romano do Cabeço de Miranda (Guarda, CNS 16387). Lagar rupestre da Quinta do Pombo 1 e 2 (Guarda, CNS 38199).

- **INTERVENÇÕES DE PROTEÇÃO, REABILITAÇÃO E/OU VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO**

Desde a vigência do atual PDM, que a preservação e reabilitação do património edificado é uma linha de orientação estratégica no município da Guarda.

Com efeito, foram empreendidas diversas ações de reabilitação do património, com especial incidência no centro histórico da Guarda, todavia sendo de salientar que em 1996, foi aprovado o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Património Urbanístico e Edificado da Vila de Soeiro, para regular as intervenções.

Para além disto, foram desenvolvidos diversos trabalhos para a classificação do património cultural existente, tendo sido classificados 7 imóveis desde então [3].

A preocupação com a proteção/reabilitação/valorização do património edificado permanece no quadro da atual revisão do PDM, desde logo ao destacar como património cultural, para além do património classificado, o centro histórico da cidade da Guarda e 120 núcleos antigos dos espaços habitacionais dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais, com identificação na Planta de Ordenamento - Salvaguardas, pretendendo-se com isto a manutenção das suas características arquitetónicas ou valor histórico, consideradas como importantes para a memória coletiva e para reforço da identidade local.

Para proteção dos valores culturais em presença, no âmbito da revisão do PDM, são propostas as seguintes medidas que se destacam:

- a) Reabilitar os espaços urbanos e os edifícios quando necessário;*
- b) Apoiar os proprietários na reabilitação dos seus imóveis (tecnicamente e financeiramente, sempre que necessário, e que os meios disponíveis o permitam);*
- (...)*
- e) Dar continuidade às áreas de reabilitação urbana e definir novas áreas;*
- f) Criar um regulamento municipal de edificação com componente de intervenção nos núcleos antigos;*
- g) Prosseguir com a classificação de imóveis junto das entidades competentes;*
- h) Elaborar uma Carta Municipal de Património.*

De referir, que também foi classificado como solo rústico, na categoria de “Espaços Culturais”, um conjunto de áreas de património histórico-arqueológico que interessa proteger, conservar e valorizar, nomeadamente o Castro do Tintinholo, Anta de Pera do Moço, Castro da Cabeça das Fráguas e Monte do Jarmelo, que no total ocupam 36,2 ha do território concelhio.

Também a nível regional, em 2020, foi definida a Estratégia Regional de Cultura 2030, que propunha, entre várias ações um plano sistemático de reabilitação, requalificação e dinamização do património móvel e imóvel classificado na região Centro, considerado como um importante ativo para o desenvolvimento económico e para a coesão territorial, sendo plasmado como um dos objetivos de política a apoiar/promover no quadro do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2030), bem como no Plano de Recuperação e Resiliência .

A nível sub-regional, nomeadamente no Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PE@CIMBSE 2030), estão inscritos alguns investimentos relacionados com a requalificação do património (ex. algumas áreas na Judiaria, Casa da Legião, entre outros), que visam contribuir para este objetivo.

- **OFERTA E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO**

De acordo com informação do Turismo de Portugal, existem no município da Guarda 25 empreendimentos turísticos, essencialmente na tipologia de empreendimentos de turismo no espaço rural, na categoria de casas de campo (60% da oferta de alojamento), que no total disponibilizam 1110 camas.

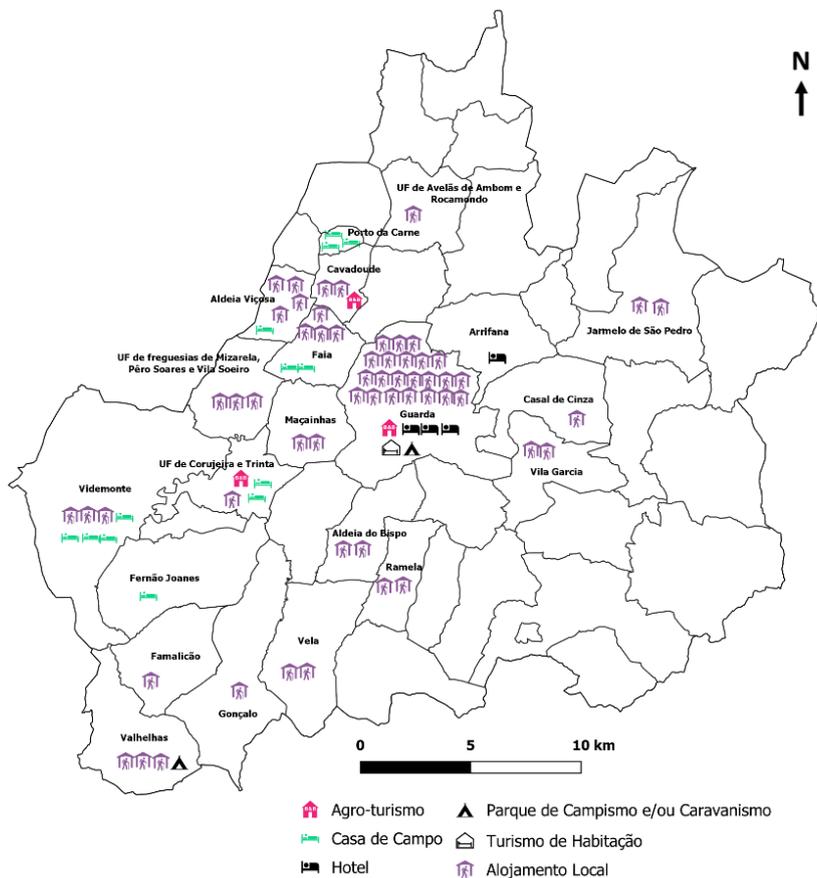
Para além da oferta instalada em empreendimentos turísticos (ET), há a destacar a existência de 75 unidades de alojamento local (AL), que complementam esta oferta, disponibilizando 759 camas.

Juntos, disponibilizam 1869 camas, o que é uma oferta significativa de alojamento disponível, representando uma proporção de 46,6 camas/utentes por cada 1000 habitantes.

Tabela 49 | Indicadores de turismo no município da Guarda, em 2024. Fonte: SIGTUR, Turismo de Portugal [29]

INDICADORES	VALOR
Total de camas/utentes em Empreendimentos Turísticos (ET)	1110
Total de camas/utentes em Alojamento Local (AL)	759
Total de camas/utentes em ET e AL	1869
Nº de camas/utentes em ET por 1000 habitantes	27,7
Nº de camas/utentes em AL por 1000 habitantes	18,9
Nº de camas/utentes em ET e AL por 1000 habitantes	46,6
% de camas em ET 4* e 5*	26,5
Concentração de oferta de alojamento em ET (%)	9,2
Concentração de oferta de alojamento em AL (%)	8,9
Concentração de oferta de total (ET e AL) de alojamento a turistas (%)	9,1

Ainda há a destacar a existência de 2 parques de campismo/caravanismo.



No âmbito da revisão do PDM, o turismo é referido como um dos grandes ativos em termos de estratégia municipal, associado em especial ao turismo de natureza, considerando a inserção do município no Parque Natural da Serra da Estrela. Assim, no domínio do Turismo/Recreio e Lazer, a revisão do PDM aposta em medidas relacionadas com a consolidação de um conjunto de estruturas de apoio à visitação, como percursos e miradouros, acolhimento e estadia nas praias fluviais e infraestruturas de apoio aos Trilhos do Mondego.

Figura 38 | Alojamento Turístico existente no município da Guarda, em 2023. Fonte: Revisão do PDM [26]

• **PROCURA DE ALOJAMENTO**

Em termos de procura dos alojamentos turísticos no município da Guarda, e de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se uma tendência de crescimento desde 2011, atingindo o seu valor máximo no ano de 2019 (87000 dormidas registadas), existindo depois uma quebra acentuada a partir de 2020, em virtude do período de pandemia do COVID-19. Não obstante, a atividade turística tem vindo a recuperar, e em 2022 foram registadas cerca de 73500 dormidas.

N.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico

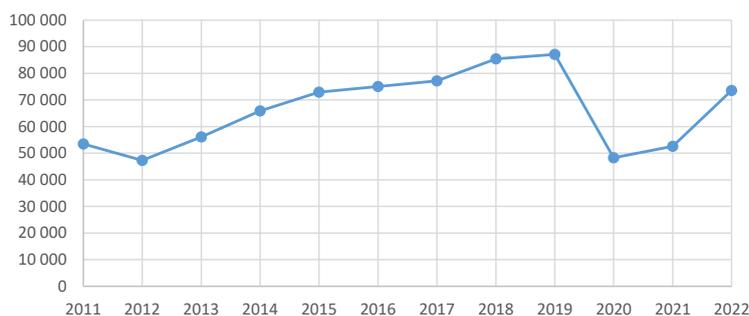


Gráfico 20 | Evolução do n.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico no município da Guarda. Fonte: INE [12]

A maior parte das dormidas são de hóspedes oriundos de território nacional, correspondendo a 84% do total de dormidas registadas, sendo que dos restantes 16% oriundos de território estrangeiro, destacam-se as seguintes origens: Espanha, França, Brasil, Israel, Reino Unido, Países Baixos e Alemanha.

A estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico sedeados no município está nos 1,5 dias.

As taxas líquidas de ocupação cama (%), consoante o tipo de alojamento turístico, são superiores na hotelaria (40,9%), seguidas pelo alojamento local (26%) e por fim no turismo no espaço rural e de habitação (16,7%).

Em termos tendenciais, e tendo como referência o período de 2017-2022 (últimos dados disponíveis), verifica-se uma estabilização da taxa de ocupação líquida na hotelaria, e aumentos ao nível do alojamento local e turismo no espaço rural e de habitação.

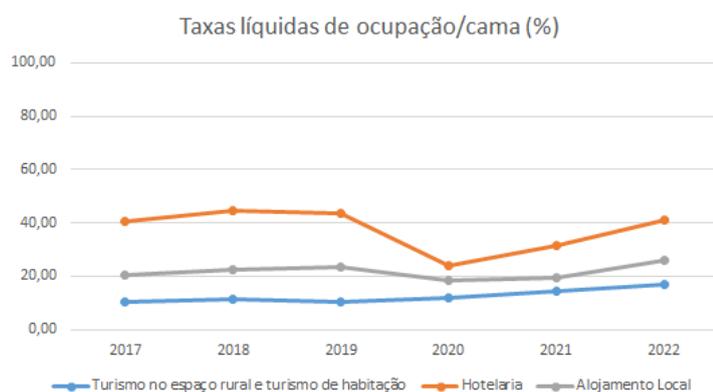


Gráfico 21 | Evolução da taxa líquida de ocupação/cama nos estabelecimentos de alojamento turístico no município da Guarda. Fonte: INE [12]

Considerando estas taxas, verifica-se que a oferta de alojamento é superior à procura, em especial no que concerne às tipologias de alojamento local e turismo no espaço rural e turismo de habitação, com taxas de ocupação abaixo dos 30%.

O efeito da sazonalidade, associada aos meses de verão, não é significativa no município. Com efeito, considerando os dados do INE para o ano de 2022 [12], a proporção de dormidas entre julho-setembro nos estabelecidos de alojamento turístico no município da Guarda é de apenas 33,4%, sendo superior no segmento

de turismo no espaço rural e turismo de habitação (38,8%).

- **VIAS RODOVIÁRIAS, FERROVIÁRIAS, CICLOVIAS E PERCURSOS PEDONAIS**

REDE RODOVIÁRIA

Com base em informação trabalhada na Revisão do PDM [26], a rede viária existente no município, autoestradas, estradas e caminhos asfaltados, apresenta uma extensão global de cerca de 790 km².

A rede rodoviária no município da Guarda, de acordo com a classificação constante no Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/99, na sua atual redação, integra a rede nacional fundamental e a rede nacional complementar:

- **REDE NACIONAL FUNDAMENTAL:**

A rede nacional rodoviária fundamental existente é constituída por dois troços de autoestrada (A23/IP2 e A25/IP5).

- **REDE NACIONAL COMPLEMENTAR:**

A rede nacional complementar existente é constituída por 3 troços de estradas nacionais (EN 221, EN 232 e EN 233), por 1 troço de estrada regional (ER 18-1).

No total, a rede rodoviária nacional tem uma extensão aproximada de 152,5 km, dos quais 55,2 km em autoestrada e itinerário principal (IP) da rede fundamental, 77,8 km em estrada nacional, da rede complementar, e 19,6 km em estrada regional.

Para além da rede nacional, existe a rede municipal pavimentada, constituída por troços de estradas nacionais que foram desclassificadas e municipalizadas (IP5, EN 16, EN 17, EN 18, EN 233 e EN 338) e que se encontram sob a jurisdição

municipal, numa extensão de 33,5 km, por 33 estradas municipais e um número elevado de caminhos municipais, alguns deles identificados, com uma extensão aproximada de 603,8 km.

Cerca de 222,4 km correspondem a estradas municipais e 381,4 km a caminhos municipais [26].

A estrutura da rede rodoviária é radial, na medida em que converge no principal polo atractor, a cidade da Guarda.

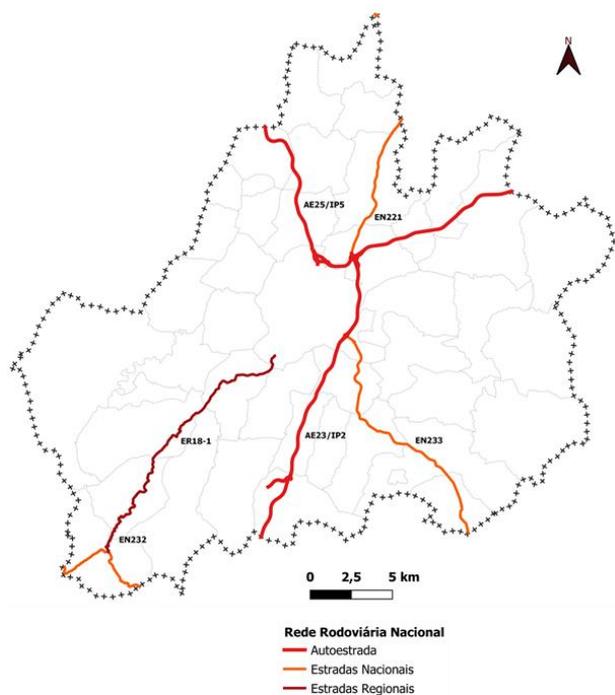


Figura 39 | Rede Rodoviária Nacional. Fonte: Revisão do PDM [26]

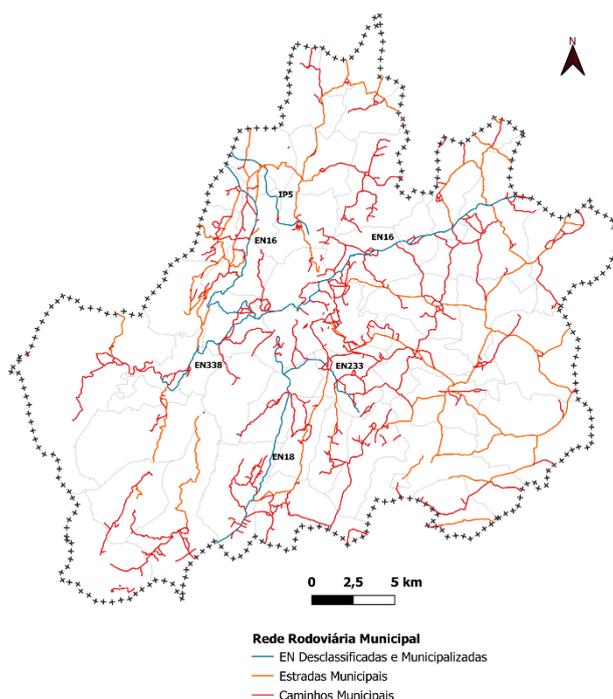


Figura 40 | Rede Rodoviária Municipal. Fonte: Revisão do PDM [26]

Todos os aglomerados urbanos e rurais dispõem de acesso por via asfaltada à sede - cidade da Guarda. A maioria dos aglomerados dista a menos de 15 km e de 20 minutos por estrada da cidade.

REDE FERROVIÁRIA

O município da Guarda é servido por transporte ferroviário, através das linhas da Beira Alta, numa extensão de 33,5 km, e da Beira Baixa, numa extensão de 17,2 km, ambas com partida de Lisboa. Ambas entroncam com a linha do norte: a linha da Beira Alta na estação de Coimbra e a linha da Beira Baixa na estação do Entroncamento.

Existe uma estação de passageiros (Guarda-Gare) e seis apeadeiros (Sobral, Gata, Vila Fernando, Rochoso, Barracão e Benespera).

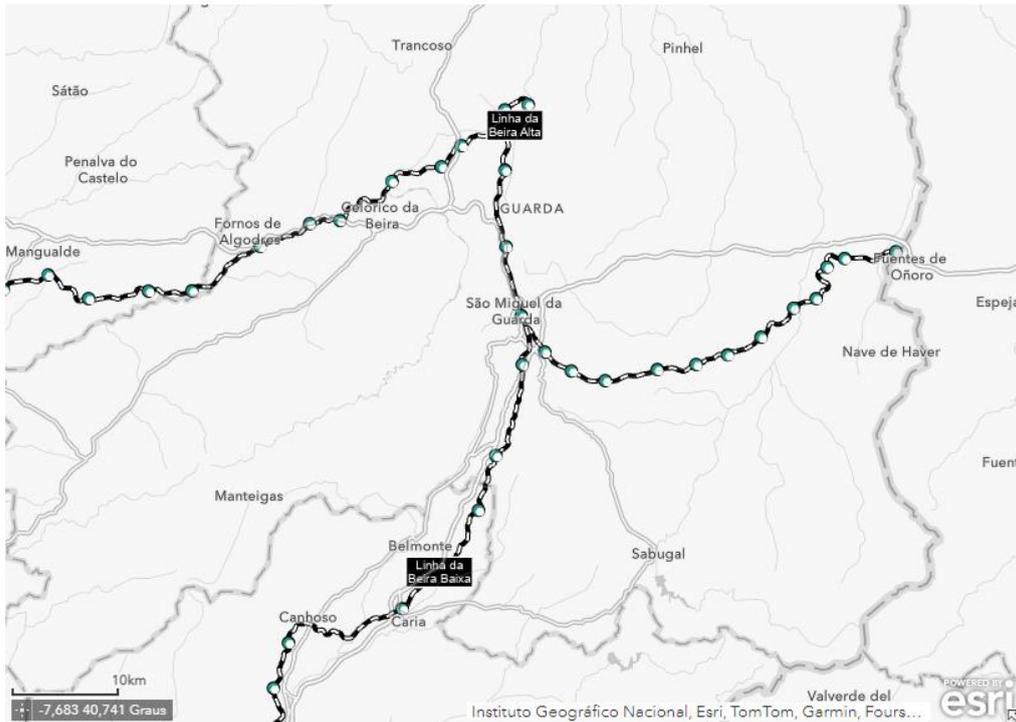


Figura 41 | Rede Ferroviária. Fonte: Infraestruturas de Portugal [10]

REDE CICLÁVEL E PEDONAL

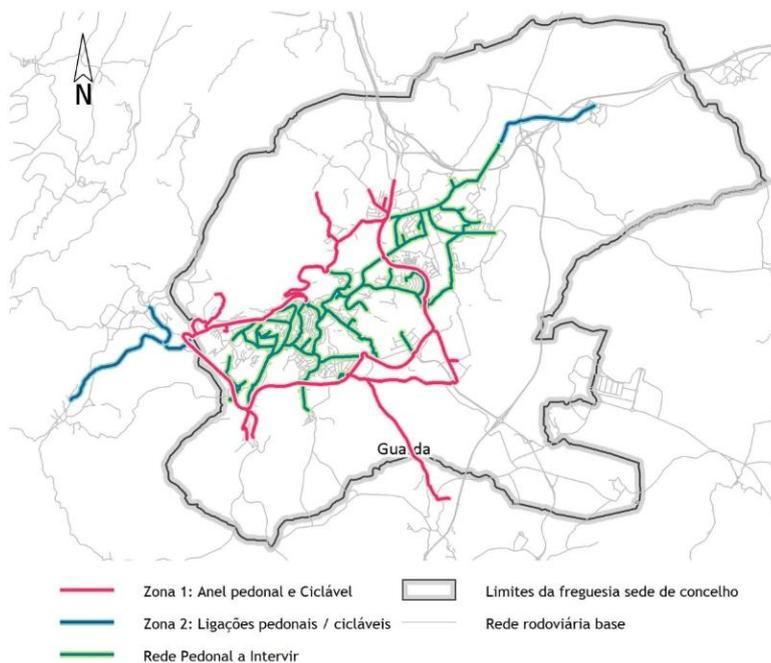


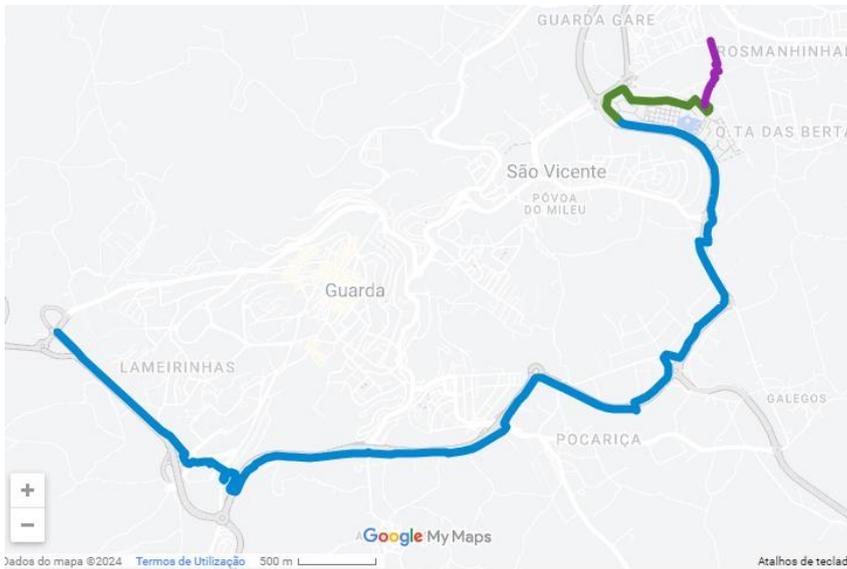
Figura 42 | Mapa de intervenções na rede pedonal e ciclável. Fonte: PAMUS CIM BSE [20]

limitrofes, em especial aqueles onde existe uma maior concentração residencial.

Nos últimos anos têm sido desenvolvidos esforços no sentido da promoção de uma maior mobilidade sustentável, assente em modos suaves. Nesse aspeto, e reportando aos investimentos previstos para o anterior Portugal 2020, no âmbito da mobilidade urbana sustentável, foram vários os projetos inscritos no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da CIM BSE, em termos das redes pedonais e cicláveis.

Ao nível do município da Guarda, é na cidade e em particular no centro histórico, que existe uma maior densidade da rede pedonal, sendo objetivo a sua requalificação e extensão para os aglomerados

Para além da rede pedonal, na qual assenta a mobilidade urbana quotidiana, também existem várias rotas, inseridas em atividades de animação turística e de lazer, que servem o município, associadas à visitação pedestre das Aldeias Históricas e do Parque Natural da Serra da Estrela (Grande Rota das Aldeias Históricas GR22/*Walking e Cycling*) e mais recentemente o projeto dos passadiços do Mondego, que permitem percorrer um itinerário de 12 km pelas margens do rio Mondego e seus afluentes.



Em termos de rede ciclável, destaca-se a ecovia da Guarda, com uma extensão de 9 km que liga a zona mais alta da cidade com a zona mais baixa, percorrendo praticamente toda a Via de Cintura Externa da Guarda (VICEG).

Ao nível dos percursos cicláveis, a Federação Portuguesa de Ciclismo, junto de várias entidades promotoras, tem vindo desenvolver a rede *Cycling Portugal*, com o objetivo de promover o país como um destino de excelência para a prática do ciclismo de lazer e de turismo.

Figura 43 | Mapa de ciclovias da Guarda. Fonte: Ciclovía, disponível em www.ciclovía.pt

Na Guarda, existe um centro *Cycling*, localizado no parque do rio Diz, com porta secundária na Barragem do Caldeirão, que permite percorrer 9 percursos BTT e 2 percursos em estrada, numa extensão total de 510km de trilhos.

A orografia do concelho e a distância entre os aglomerados populacionais existentes, constitui um entrave à utilização de modos suaves de transporte, verificando-se por isso que o município não apresenta uma rede ciclável nem pedonal estruturada em todo o seu território, sendo só expressiva na cidade.

- **LIGAÇÕES À REDE DE TRANSPORTES COLETIVOS**

De acordo com dados da Revisão do PDM da Guarda [26], neste município operam dois operadores de transporte coletivo rodoviário: a Transdev e a Viúva Monteiro & Irmão.

A nível do transporte ferroviário a CP explora os comboios que circulam nas Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa.

Através das 19 carreiras interurbanas é possível estabelecer ligação diária na região com os principais municípios limítrofes e com outros municípios do distrito e distritos envolventes (Castelo Branco e Viseu).

Na área do município, além do serviço de transporte prestado pelas carreiras anteriormente referidas, existem ainda 5 carreiras interurbanas que prestam apenas serviço no município e 5 carreiras urbanas que prestam serviço na área urbana da cidade da Guarda, abrangendo praticamente todos os bairros da cidade.

Dos 161 aglomerados/lugares identificados, 59 não dispõem de transporte público de passageiros, sendo sobretudo aglomerados/lugares com um volume de população muito baixo. Com efeito, os dados da CIM BSE [6], para o ano de

2022, indicam uma cobertura territorial de transportes públicos na ordem dos 97,6% no município da Guarda, valor superior ao trabalhado na revisão do PDM, que estimava uma cobertura de 93% [26].

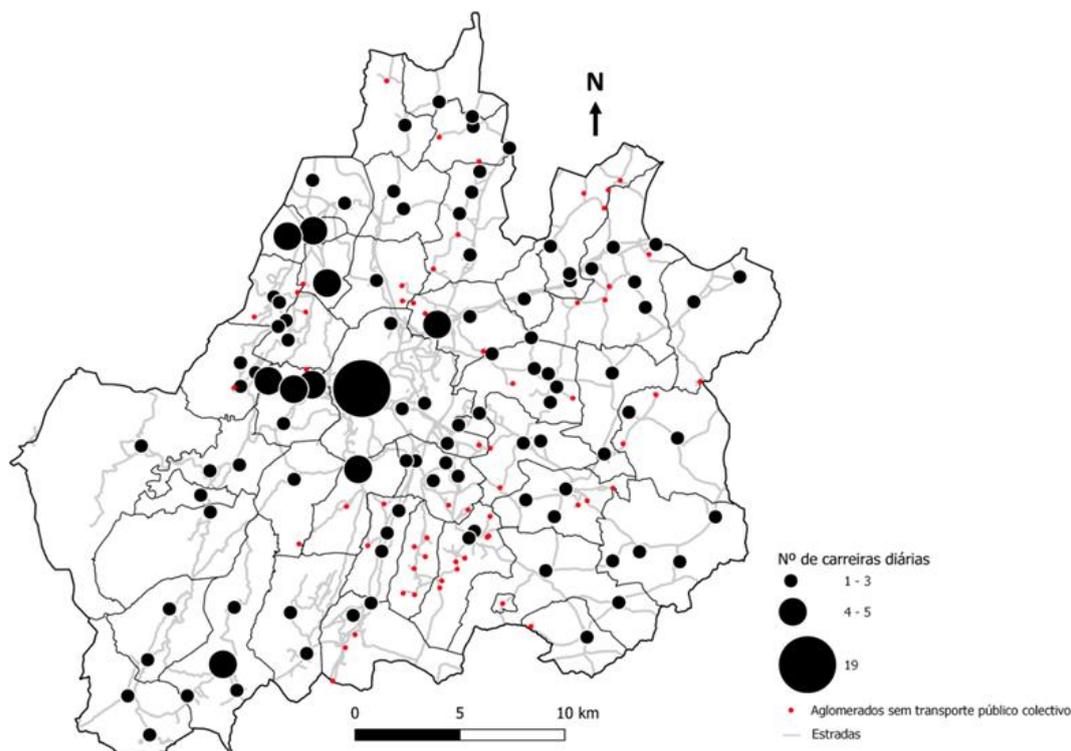


Figura 44 | Cobertura dos transportes públicos rodoviários de passageiros por aglomerado/lugar no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM [26]

- **INVESTIMENTO PREVISTOS EM ACESSIBILIDADES**

Tendo por base o Plano Rodoviário Municipal 2040, citado na revisão do PDM, estão previstos um conjunto de investimentos ao nível da acessibilidade rodoviária que têm depois tradução na planta de ordenamento, através da delimitação de Espaços-Canais e respetivas reservas de solo, a saber:

- Acesso à Serra da Estrela a partir de Videmonte (“Estrada Verde”);
- Fechamento da VICEG, circular à cidade da Guarda, a Norte e a Este e Sudoeste;
- Acesso entre a cidade da Guarda (Zona da Estação) e Plataforma Logística Empresarial da Guarda;
- Acesso entre a cidade da Guarda (Zona Industrial) e Plataforma Logística Empresarial da Guarda;
- Variante a Alfarazes;
- Variante à Quinta do Torrão.

Para além do investimento na rodoviária, está em curso o projeto de intervenção na ferrovia, na linha da Beira Alta.

Em julho de 2019 foi lançado o concurso público para a Linha da Beira Alta, Empreitada de Modernização do Troço Pampilhosa - Santa Comba Dão e Construção da Concordância da Mealhada, e procedeu-se à consignação da obra de modernização do sub-troço Guarda - Cerdeira, do troço Guarda - Vilar Formoso.

Este conjunto de intervenções são de elevada importância na requalificação do caminho-de-ferro em Portugal, ainda mais quando integra o Corredor Internacional Norte e cuja concretização potenciará a dinamização do transporte

Tabela 50 | Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do Território”

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDÊNCIAL
QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção do município nas redes nacionais e europeias de importantes fluxos de pessoas e mercadorias ▪ Património natural e construído de valor excecional e com potencial para suporte de atividades turísticas e de lazer ▪ Aumento e diversificação de tipologias de empreendimentos turísticos ▪ Aumento da procura turística ▪ Número considerável imóveis classificados e/ou inventariados ▪ Elevada taxa de cobertura do transportes coletivo rodoviário no município ▪ Forte acessibilidade rodoviária da maioria dos aglomerados ao principal polo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura urbana assente em aglomerados de pequena dimensão ▪ Degradação e abandono de alguns elementos patrimoniais ▪ Baixas taxas de ocupação das camas turísticas e estadias de muito curta duração ▪ Baixa representatividade da reabilitação de edifícios face à construção nova 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução das operações de reabilitação urbana ▪ Existência de instrumentos financeiros para a reabilitação urbana ▪ Investir em soluções para divulgar património existente, podendo criar roteiros atrativos, de modo a dinamizar e divulgar o património natural, construído, cultural, gastronómico... ▪ Conclusão dos projetos de melhoramento e beneficiação da Linha da Beira Alta ▪ Conjunto de investimentos orientados na promoção da mobilidade urbana sustentável ▪ Diversificação dos produtos turísticos, associados às tipologias de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelhecimento da população e esvaziamento dos núcleos centrais dos aglomerados ▪ Construção de novas edificações em detrimento da reabilitação das existentes ▪ Aumento da artificialização do solo ▪ Abandono de sítios patrimoniais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despovoamento ▪ Dificuldade na recuperação do património edificado privado ▪ Recuperação e reabilitação do espaço público da cidade da Guarda ▪ Aumento das redes pedonais e cicláveis

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDÊNICAL
QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	<p>demográfico - cidade de Guarda</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de Áreas de Reabilitação Urbana ▪ Existência de uma rede de percursos destinados à visitação e fruição do território 		<p>cultural, turismo de natureza e de bem-estar</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto “Rede Cultural e Criativa da Guarda” 		

8.3.2 OPORTUNIDADES E RISCOS

Seguidamente é apresentada uma matriz de interpretação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas¹² definidas para a AAE da Revisão do PDM da Guarda para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do Território”.

Tabela 51 | Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do Território”.

	QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO.	
	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO
QE1	+	++
QE2	+/-	+/-
QE3	+	+/-
QE4	+/-	+/-
QE5	++	++

(+ /++) Oportunidade; (- /--) Risco; (+/-) Relação neutra ou incerta; (0) Sem relação

As QE selecionadas apresentam, na sua generalidade, uma relação de oportunidade com este critério de avaliação.

Com efeito, é a **QE5**, associado à Valorização do Território que mais se relaciona com este FCD, estruturando um conjunto de orientações/linhas de ação que têm como objetivo tornar o território do município mais atrativo, para residentes, trabalhadores e visitantes.

Também a **QE2**, uma vez que visa o reforço da coesão territorial poderá ser importante para a qualificação do sistema urbano, em especial promovendo um maior equilíbrio na rede urbana e desenvolvendo oportunidades para uma revalorização dos vários aglomerados populacionais existentes no município, que promovam uma menor dependência do principal polo atrator - a cidade da Guarda.

É exatamente por isso que se considera a **QE4** como de relação neutra ou incerta com o critério de avaliação selecionados. Se por um lado, as medidas/propostas relacionadas com esta QE podem ser consideradas como positivas para a qualificação da cidade da Guarda, podem resultar na manutenção de um excessivo protagonismo desta cidade no contexto do sistema urbano municipal e um desinvestimento nos restantes aglomerados urbanos ou rurais existentes, constituindo um risco à própria coesão territorial que se pretende alcançar

¹² **QE1: Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos // **QE2: Melhoria da Qualidade de Vida da População**, tendo em vista a qualidade ambiental, a melhoria das condições de vida da população residente e a sustentabilidade do território da Guarda // **QE3: Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada // **QE4: Reforçar a Inserção Territorial da Cidade da Guarda**, nas várias escalas (ibérica, nacional e regional) e reforço da sua capacidade de polarização // **QE5: Valorização territorial**, em especial do património edificado nos aglomerados urbanos

As demais QE apresentam uma relação positiva. A **QE1** tendo como objetivo a salvaguarda e valorização dos recursos naturais e paisagísticos apresenta-se como uma oportunidade para a valorização e promoção do território, ainda que a instalação de determinadas atividades económicas poderão ser incompatíveis com a preservação da biodiversidade e paisagem local, sendo importante que as atividades económicas mais impactantes se desenvolvam nos espaços delimitados para o efeito, e que respeitem a capacidade de carga e sensibilidade ecológica do Parque Natural da Serra da Estrela.

A **QE3**, visa a coesão económica e social, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada. Considera-se que o potencial de atração de população pode ser um estímulo à qualificação do sistema urbano, em especial se essa atração de população mais jovem for acompanhada de uma política de reabilitar os aglomerados populacionais atualmente mais rarefeitos demograficamente. Ao nível do critério de avaliação de promoção e valorização do território, a relação estabelece-se como incerta, na medida em que está muito dependente do tipo de atividade económica que se implantar no município, que poderá desvalorizar o espaço rural, desqualificar a imagem dos aglomerados urbanos e por isso mesmo constituir um risco para este critério de intervenção.

Genericamente, a proposta da revisão do PDM alicerça-se num conjunto de propostas e/ou orientações relacionadas com a qualificação e promoção do território. Ainda que grande parte das propostas estejam relacionadas com os espaços urbanos, onde se identificam um conjunto de prioridades associadas à requalificação urbana, ampliação, conservação e requalificação das infraestruturas urbanas, à promoção de uma mobilidade urbana sustentável e acessibilidades inclusivas, e à promoção de solos programados para acolhimento de atividades económicas, em especial à consolidação do nó logístico internacional, no solo rústico, as preocupações estão centradas no apoio às atividades tradicionais e aos sistemas produtivos locais, e à certificação de produtos, assim como na promoção turística.

Em termos do património construído, destaque para a delimitação de 120 núcleos antigos dos aglomerados populacionais na planta de ordenamento - salvaguardas, de forma a promover um conjunto de regras supletivas que visam a sua salvaguarda e valorização.

8.3.3 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Atendendo ao exposto relativamente a este Fator Crítico para a Decisão, de seguida são expressas as diretrizes para a fase de seguimento. As diretrizes podem ser de planeamento, gestão e/ou monitorização.

Tabela 52 | Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Qualificação e Promoção do Território”

FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver incentivos para a reabilitação e para o reabitar dos núcleos antigos das aldeias existentes – Promover a reabilitação de edifícios em respeito com as características da paisagem local, não introduzindo elementos dissonantes – Aumentar a rede pedonal e ciclável municipal – Garantir a execução das Áreas de Reabilitação Urbana – Renaturalizar os espaços obsoletos ou degradados, integrando-os na Estrutura Ecológica Urbana – Promover uma ocupação planeada das áreas destinadas à atividade económica – Promover ações de sensibilização e formação da população para a importância da preservação da habitação, dos espaços públicos e do património em geral
	MONITORIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> – Monitorizar os processos de artificialização do solo – Monitorizar a ocupação do solo urbano e dos aglomerados rurais – Monitorizar o número de edifícios reabilitados e as licenças para construção nova – Monitorizar a taxa de execução das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

9. CONTROLO E SEGUIMENTO

O presente ponto visa assegurar a garantia do cumprimento das diretrizes de seguimento definidas para a monitorização e avaliação, de modo que a proposta de Plano apresente uma contribuição efetiva ao nível do ambiente e da sustentabilidade.

Constitui uma base de avaliação da execução das ações previstas, onde constam componentes de análise/indicadores que pretendem dar uma medida da progressão dos objetivos definidos. Não se pretende uma descrição exaustiva da situação tendencial, mas sim um acompanhamento de todo o processo.

A Etapa de Seguimento sucede a fase de publicação do Plano e tem início quando as suas opções se tornam eficazes. **Trata-se de uma fase da competência das entidades responsáveis pela elaboração do Plano.**

Assim, as entidades devem avaliar e controlar os efeitos significativos decorrentes da aplicação/execução do Plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas de controlo descritas na Declaração Ambiental.

As entidades responsáveis pela elaboração do Plano devem acompanhar os resultados das medidas de controlo mencionadas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos não previstos anteriormente, bem como monitorizar e controlar os efeitos positivos provenientes da implementação do Plano. Desta forma, pretende-se assegurar o contributo da Avaliação Ambiental Estratégica nas dimensões Ambiente e Sustentabilidade.

De seguida são apresentadas as componentes de análise/indicadores considerados pertinentes para serem analisados na Fase de Seguimento da implementação do PDM da Guarda.

Importa referir que a seleção das componentes de análise/indicadores está condicionada à obtenção de informação que permita a sua análise. Na sua definição tentou optar-se por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade pretendidos.

Sempre que se julgue necessários as componentes de análise/indicadores poderão ser ajustadas e adaptadas, face aos resultados obtidos ou à facilidade em obter informações/dados.

Tabela 53 | Componentes de Análise / Indicadores do Programa de Monitorização.

CRITÉRIO DE ANÁLISE	OBJETIVO DE SUSTENTABILIDADE	COMPONENTE DE ANÁLISE/INDICADOR	UNIDADES	FREQUÊNCIA
Qualidade Ambiental	Melhoria da qualidade dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de saneamento de águas residuais	População servida por sistemas de abastecimento de água	%	Anual
		Perdas no sistema de abastecimento	%	Anual
		População servida por sistema de saneamento de águas residuais	%	Anual
		Nível de tratamento dos efluentes gerados	---	Anual
	Redução da produção de resíduos e consequente valorização dos resíduos produzidos	Produção de Resíduos Urbanos	ton	Anual
		Percentagem de resíduos encaminhados para a recolha seletiva	%	Anual
		Percentagem de resíduos encaminhados para valorização	%	Anual
	Proteção dos recursos hídricos subterrâneas e superficiais do concelho	Qualidade da água subterrânea e superficial	---	Bianual
	Riscos	Gestão de áreas naturais e de risco bem como a redução da vulnerabilidade de pessoas e bens	Ocupação das zonas de risco e de áreas de elevado valor natural	% e ha
Pessoas e bens nas zonas mais vulneráveis ao risco			N.º	
Medidas implementadas dos planos de proteção e gestão de riscos			N.º	Anual
Preservação e proteção do espaço florestal		Área total do espaço florestal de proteção e conservação	%	Anual
		Utilização dos espaços florestais de conservação e de proteção para outros fins		
Valorização dos recursos naturais e culturais	Promover iniciativas de valorização dos recursos locais	Ações de promoção da identidade cultural local	N.º	Anual
Diversificação e reforço da base económica	Promover e robustecer a atividade económica municipal	Evolução do emprego no ramo de atividades	N.º	Anual
		Evolução dos estabelecimentos instalados por ramo de atividade	N.º	Anual
		Evolução do VAB municipal	N.º	Anual
		Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas	%	Triannual
População	Promover a fixação da população no concelho	Evolução do número de residentes	%	Anual
		Residentes por estrutura etária	N.º	Anual
		Índice de Envelhecimento	N.º	Anual
	Promover a qualificação da população residente	Níveis de escolaridade da população residente	N.º	Decenal
		Níveis de escolaridade dos trabalhadores nas empresas sedeadas no município	N.º	Decenal
Sistema Urbano	Qualificar o sistema urbano existente	Áreas de Reabilitação Urbana	N.º/ha	Triannual
		Edifícios reabilitados	N.º	Anual
		Projetos de requalificação do espaço público	N.º	Anual
Valorização e Promoção do Território	Conectar e promover os valores territoriais	Investimentos em infraestruturas viárias e transportes públicos	€	Bianual
		Extensão da rede ciclável e rede pedonal	Km	Bianual
		Oferta de alojamento, por tipologia	N.º	Anual
		Procura de alojamento turístico	N.º	Anual
		Evolução do número de visitantes	N.º	Anual
		Evolução das áreas de apoio ao recreio e lazer	N.º	Bianual

10. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O presente ponto serve para identificar as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na Avaliação Ambiental Estratégica, no processo de implementação do PDM da Guarda. Assim, identifica-se um quadro de governança para o Plano que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativos aos Fatores Críticos para a Decisão, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Na Tabela 54 são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel importante na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas

Tabela 54 | Quadro de Governança para a ação no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Guarda.

ENTIDADES	AÇÕES
Câmara Municipal da Guarda	<ul style="list-style-type: none"> Implementar o Plano de Controlo e Monitorização Controlar/monitorizar as infraestruturas existentes Assegurar a implementação, funcionamento e manutenção das infraestruturas previstas e que asseguram a melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais Manter atualizada as perspetivas de cobertura dos sistemas de recolha e tratamento de águas Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização em colaboração com outras entidades (CCDR-Centro, APA/ARH, ICNF, etc.) Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas as perspetivas e orientações de desenvolvimento regional Monitorizar as necessidades regionais
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a implementação dos projetos inscritos no PE@CIMBSE 2030 Disponibilizar informação atualizada sobre a rede de transportes coletivos
Agência Portuguesa do Ambiente, IP	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos e respetivas metas e objetivos Manter atualizado o sistema de monitorização e informação relativamente aos recursos hídricos
Conservação da Natureza e das Florestas, IP.	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização e gestão das áreas de elevado valor natural (Rede Natura 2000 e Parque Natural da Serra da Estrela) e das áreas submetidas a regime florestal
Direção Geral do Território	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizado o Observatório do Território e do Urbanismo
Instituto do Emprego e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental Participar no processo de consulta pública Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

11. CONCLUSÃO

O presente relatório constitui a 2ª Fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Guarda.

Nos pontos 1 a 5, do presente relatório é feita uma síntese relativamente à Fase anterior do processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Indicou-se a existência de um potencial conflito entre as Questões Estratégicas, “**Valorização Ambiental**, com vista à proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos” e “**Coesão Económica e Social**, através do desenvolvimento das atividades económicas e sua contribuição para a atração e fixação da população residente, nomeadamente população jovem e qualificada”, no entanto, esta poderá ser minimizada com a incorporação de medidas e políticas que vão ao encontro da proteção, salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais e paisagísticos.

Da análise resultante eventuais efeitos significativos no ambiente resultam que existem mais efeitos de natureza positiva do que de natureza negativa. Será de referir que de acordo com as intenções do Plano os efeitos de natureza negativa surgem ao nível da Biodiversidade, Fauna e Flora, Atmosfera, Solos e Saúde Humana, não querendo dizer que estes fatores não tenham igualmente efeitos positivos.

Verifica-se que a implementação do PDM da Guarda apresenta um conjunto de oportunidades e riscos. Assim para cada um dos Fatores Críticos para a Decisão temos:

- **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** apesar da boa percentagem de cobertura, existe uma margem para a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, bem como dos sistemas de recolha de resíduos urbanos, conferindo, não só melhoria da qualidade de vida da população, bem com melhoria e preservação dos recursos naturais e paisagístico.

Será importante investir na participação, sensibilização e responsabilização da população. Um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia, podendo ser associado à imagem de marca do concelho. Para esta boa imagem, será importante incentivar a implementação de atividades que sejam “amigas do ambiente”, isto é, com condições de sustentabilidade e com práticas de laboração amigas do ambiente, promovendo a qualidade ambiental e sustentável concelhia.

Atendendo à extensão do território rural, florestal e inserido em áreas de elevado valor natural, será importante a implementação dos mecanismos de salvaguarda destes bens territoriais compatibilizando as atividades e práticas que se desenvolvem nestes espaços.

- **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** este critério apresenta, como seria de esperar, essencialmente relações positivas. A inserção da cidade da Guarda nas várias escalas territoriais, e a coesão económica e social consubstanciam as QE que se configuram como maiores oportunidades para este FCD, na medida em que ambas apostam no desenvolvimento de novas atividades e por esse motivo, pretendem contribuir de forma significativa para a diversificação e reforço da base económica do concelho. Temos igualmente uma aposta na geração de emprego, criação de riqueza, melhoria das condições de vida da população ou na valorização territorial/ambiental.

Será importante que este desenvolvimento, tenha em consideração uma valorização ambiental e dos recursos endógenos, possa contribuir para a criação de novas atividades e emprego relacionado com o turismo de natureza, por exemplo, ou atividades económicas tradicionais associadas à agricultura, floresta e/ou pecuária.

- **QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO:** na sua generalidade, verifica-se uma relação de oportunidade com este critério de avaliação. Assim, pretende-se uma valorização do território da Guarda, assente em orientações/linhas de ação para tornar o município mais atrativo, para residentes, trabalhadores e visitantes. Será importante promover um maior equilíbrio na rede urbana com o desenvolvimento de oportunidades para uma revalorização dos vários aglomerados populacionais, de modo que estes apresentem uma menor dependência do principal polo atractor - a cidade da Guarda.

A promoção e valorização do território, está muito dependente do tipo de atividade económica que se pretende implantar no município, que poderá desvalorizar o espaço rural, desqualificar a imagem dos aglomerados urbanos e por isso mesmo constituir um risco para este critério de intervenção.

Assim, em função dos seus efeitos positivos e negativos a atuação no PDM da Guarda deverá maximizar os seus benefícios e reduzir ao máximo os efeitos negativos resultantes da sua implementação.

12. REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] APA - Agência Portuguesa do Ambiente, disponível em <https://www.apambiente.pt/>
- [2] Adaptado de documentos de apoio de DEATADS (2010/2011), de Prof. Tomás B. Ramos (FCTUNL)
- [3] Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal da Guarda, março 2019. Planaria, Estudos e Consultoria da Raia, Lda
- [4] Carta Social, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), disponível em www.cartasocial.pt
- [5] COS 2018, DGT
- [6] Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela - Relatório Anual de Atividades da Autoridade de Transportes, 2022, disponível em:
<https://cimbse.pt/wpcontent/uploads/2024/01/RA_2022_Servicos_Essenciais.pdf >
- [7] Estrela Geopark, disponível em <https://www.geoparkestrela.pt/>
- [8] ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- [9] Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Novembro 2008. Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Agência Portuguesa do Ambiente
- [10] IP - Infraestruturas de Portugal SA. Disponível em www.infraestruturasdeportugal.pt
- [11] ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, disponível em <https://icnf.pt/>
- [12] INE - Instituto Nacional de Estatística, disponível em www.ine.pt
- [13] Instituto Português de Acreditação, disponível em www.ipac.pt
- [14] International Association for Impact Assessment, 2002. Strategic Environmental Assessment - Performance Criteria. Special Publication Series N°. 1. IAIA.
- [15] LNEG - Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia. Disponível em: <<http://e-geo.ineti.pt/>>
- [16] Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo. Direcção-Geral do Território, disponível em <https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/>
- [17] Partidário, M.R., 2007. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia - Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa
- [18] Partidário, M.R., 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia - Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa
- [19] Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PE@CIMBSE 2030), disponível em <https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2024/04/PE_CIM_BSE_V.1.0_08_07_2021.pdf>
- [20] Plano Mobilidade Urbana Sustentável da CIM Beiras e Serra da Estrela (PAMUS). Disponível em <<https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/03/PAMUS-BEIRAS-E-SERRA-DA-ESTRELA.pdf> >

- [21] Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029 - Caderno I, Diagnóstico (Informação de Base) e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029 - Caderno II, Plano de Ação
- [22] PORDATA, disponível em <https://www.pordata.pt/>
- [23] Portal da Habitação, disponível em <<https://www.portaldahabitacao.pt/>>
- [24] Portal do Arqueólogo, disponível em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>
- [25] RESISTRELA, disponível em <https://www.resiestrela.pt/>
- [26] Revisão do PDM da Guarda. Situação de Referência - Caracterização e Diagnóstico, Dezembro 2023. Planaria, Estudos e Consultoria da Raia, Lda.
- [27] Revisão do PDM da Guarda. Relatório de Fundamentação da Proposta do Plano. Outubro 2024. Planaria, Estudos e Consultoria da Raia, Lda.
- [28] Revisão do PDM da Guarda. Reserva Ecológica Nacional. Memória Descritiva, Outubro 2024. GEONATOUR.
- [29] SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal. Disponível em:
<<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>>
- [30] SNIRH - Sistema Nacional de informação de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://snirh.pt/>>

13. ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Fases do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda	6
Figura 2 Processo interativo da AAE.	7
Figura 3 Elementos que integram os Fatores Críticos para a Decisão	13
Figura 4 Matriz de compatibilidade e potenciais conflitos entre as Questões Estratégicas da Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda.	22
Figura 5 Enquadramento administrativo do concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI da Guarda, 2020[21]	29
Figura 6 Sistema de abastecimento de água no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	31
Figura 7 Sistema de águas residuais no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	34
Figura 8 Rede de qualidade da água superficiais no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26] ...	37
Figura 9 Estado das massas de água superficiais no concelho da Guarda (adaptado dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica 2016-2021 do Douro, do Vouga, Mondego e Lis, do Tejo e Ribeiças do Oeste). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	37
Figura 10 Rede de qualidade da água subterrânea no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	39
Figura 11 Municípios servidos pela RESIESTRELA. Fonte: RESIESTRELA [25]	43
Figura 12 Distribuição espacial dos contentores de recolha não seletiva no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	44
Figura 13 Distribuição espacial dos ecopontos, no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	44
Figura 14 Informação página online da CM da Guarda referente ao projeto “resto Zero”. Fonte: CM da Guarda	49
Figura 15 Informação página online da CM da Guarda sobre a comemoração dos dias da Floresta e da Água. Fonte: CM da Guarda	50
Figura 16 Indicador de ruído L(den) para o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	51
Figura 17 Indicador de ruído L(n) para o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	51
Figura 18 Mapa de conflito do indicador de ruído L(den) para o município da Guarda (limite até 55 dB(A)). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	52
Figura 19 Mapa de conflito do indicador de ruído L(n) para o município da Guarda (limite até 45 dB(A)). Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	52
Figura 20 Áreas ardidas por ano no concelho da Guarda, entre 2009 e 2021. Fonte: Relatório PDM [26]	54
Figura 21 Mapa de perigosidade de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]	55
Figura 22 Mapa do risco de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]	56
Figura 23 Prioridades de defesa no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]	57
Figura 24 Carta temática referente à REN: áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo. Fonte: Revisão do PDM Guarda [27]	58
Figura 25 Zonas com maior suscetibilidade a cheias e inundações no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [27]	58
Figura 26 Recursos minerais do concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	59
Figura 27 Áreas de exploração de recursos minerais em recuperação ambiental no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	60

Figura 28 Zona Especial de Conservação PTCO0014 Serra da Estrela no concelho da Guarda. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	61
Figura 29 Localização do Estrela Geopark. Fonte: Estrela Geopark [7]	62
Figura 30 Habitats naturais de interesse comunitário na área da ZEC da Serra da Estrela. Fonte: Revisão do PDM Guarda [26]	64
Figura 31 Empresas certificadas no município da Guarda, em 2023. Fonte: IPAC [13]	77
Figura 32 Taxa de evolução da população residente nas freguesias do concelho da Guarda, entre 2011 e 2021 (%). Fonte: INE, Censos 2021[12].....	81
Figura 33 Aglomerados populacionais segundo a dimensão da população residente no município da Guarda. Fonte: Relatório de Situação de Referência da Revisão do PDM da Guarda [26].....	82
Figura 34 Delimitação da ARU do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente. Fonte: IHRU [23].....	98
Figura 35 Delimitação da ARU da Zona Norte da Cidade da Guarda e Conjuntos Urbanos Envolventes. Fonte: IHRU [23].....	98
Figura 36 Imóveis classificados por tipologia no municio da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26].....	101
Figura 37 Sítios arqueológicos inventariados por época o município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]	104
Figura 38 Alojamento Turístico existente no município da Guarda, em 2023. Fonte: Revisão do PDM [26]	107
Figura 39 Rede Rodoviária Nacional. Fonte: Revisão do PDM [26]	109
Figura 40 Rede Rodoviária Municipal. Fonte: Revisão do PDM [26]	109
Figura 41 Rede Ferroviária. Fonte: Infraestruturas de Portugal [10]	110
Figura 42 Mapa de intervenções na rede pedonal e ciclável. Fonte: PAMUS CIM BSE [20]	110
Figura 43 Mapa de ciclovias da Guarda. Fonte: Ciclovía, disponível em www.ciclovía.pt	111
Figura 44 Cobertura dos transportes públicos rodoviários de passageiros por aglomerado/lugar no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM [26]	112
Figura 45 Principais Empreitadas Ferroviárias em Desenvolvimento (2024). Fonte: IP [10].....	113

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Quadro de Referência Estratégica da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	14
Tabela 2 Relação entre as QE e o QRE.....	17
Tabela 3 Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores identificados para a AAE da Revisão do PDM da Guarda.	18
Tabela 4 Relação entre os Fatores Críticos para a Decisão, as Questões Estratégicas e as Fatores da Legislação	21
Tabela 5 Efeitos significativos na Biodiversidade, Fauna e Flora	24
Tabela 6 Efeitos significativos no Património Cultural	24
Tabela 7 Efeitos significativos na População	25
Tabela 8 Efeitos significativos na Saúde Humana	26
Tabela 9 Efeitos significativos nos Bens Materiais.....	26
Tabela 10 Efeitos significativos na Água	27
Tabela 11 Efeitos significativos no Solo	27
Tabela 12 Efeitos significativos na Atmosfera	28

Tabela 13 Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”	30
Tabela 14 Caudal de água captada no município da Guarda por origem de captação, Volume de água distribuída e Volume de água distribuída por habitante. Fonte: INE [12]	32
Tabela 15 Perdas nos sistemas de abastecimento de água no município da Guarda. Fonte: INE [12]	33
Tabela 16 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no município da Guarda. Fonte: INE [12] ..	33
Tabela 17 Volume de águas residuais drenadas (milhares m3) no município da Guarda de acordo com a sua origem, Volume de água residuais drenadas por habitante (m3/hab). Fonte: INE [12]	35
Tabela 18 Volume de águas residuais tratadas (milhares m3) no município da Guarda de acordo o nível de tratamento. Fonte: INE [12].....	35
Tabela 19 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais. Fonte: INE [12].....	36
Tabela 20 Informação dos pontos de monitorização da qualidade da água no município da Guarda. Fonte: SNIRH [30].....	38
Tabela 21 Informação da qualidade da água subterrânea nos pontos de monitorização existente no município da Guarda. Fonte: SNIRH [30]	40
Tabela 22 Dados da qualidade do serviço de abastecimento de água e qualidade da água para consumo no município da Guarda. Fonte ERSAR [8]	42
Tabela 23 Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de recolha, entre 2001 e 2022. Fonte: INE [12]	45
Tabela 24 Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%). Fonte: INE [12].....	45
Tabela 25 Resíduos urbanos recolhidos (t) e Tipo de material reciclável. Fonte INE [12].....	46
Tabela 26 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab) e Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab). Fonte: INE [12]	46
Tabela 27 Investimentos (milhares €) ao nível do ambiente no município da Guarda entre 2001 e 2022. Fonte: INE [12]	48
Tabela 28 Área ardida (ha), por tipo de ocupação e N.º Ocorrências no município da Guarda. FONTE: ICNF [11]	53
Tabela 29 Conceitos. Fonte: Guia elaborado pela ANPC DOGTDU e IGP [9]	54
Tabela 30 Habitats considerados prioritários, de acordo com o Anexo B-I do DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro no concelho da Guarda.	63
Tabela 31 Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”	66
Tabela 32 Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Sustentabilidade Ambiental”. .	68
Tabela 33 Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Sustentabilidade Ambiental”	71
Tabela 34 Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”	72
Tabela 35 Indicadores de atividade e desemprego no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26] ..	75
Tabela 36 População residente com 15 ou mais anos inativa no município da Guarda. Fonte: INE- Censos 2021 [12] .	76
Tabela 37 Tipologias de espaços de atividades económicas. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26].....	78
Tabela 38 Tipologias de espaços de atividades industriais. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]	79
Tabela 39 Rede Nacional de Cuidados Integrados no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26] ...	84
Tabela 40 N.º de alunos matriculados no pré-escolar, ensino básico e ensino secundário e respetivas taxas brutas de escolarização. Fonte: INE [11] e Revisão do PDM da Guarda [26]	84

Tabela 41 Capacidade e ocupação das respostas sociais para idosos, no município da Guarda, em 2021. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]	85
Tabela 42 Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”	89
Tabela 43 Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Desenvolvimento Socioeconómico”.	90
Tabela 44 Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Desenvolvimento Socioeconómico”	92
Tabela 45 Critérios de avaliação e dimensão de análise/indicadores para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do território”	93
Tabela 46 Classificação do solo urbano no PDM da Guarda, em vigor. Fonte: Avaliação do PDM em vigor[3]	94
Tabela 47 Classificação do solo urbano proposta na revisão do PDM. Fonte: Revisão do PDM [26]	95
Tabela 48 Imóveis classificados, em vias de classificação e/ou inventariados no município da Guarda.....	101
Tabela 49 Indicadores de turismo no município da Guarda, em 2024. Fonte: SIGTUR, Turismo de Portugal [29]	106
Tabela 50 Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do Território”	114
Tabela 51 Matriz de oportunidades e riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Qualificação e Promoção do Território”.	116
Tabela 52 Diretrizes para o seguimento referentes ao FCD “Qualificação e Promoção do Território”	118
Tabela 53 Componentes de Análise /Indicadores do Programa de Monitorização.	120
Tabela 54 Quadro de Governança para a ação no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Guarda.....	121
Tabela 55 Síntese dos pareceres das ERAE à 2ª Fase da AAE da Revisão do PDM da Guarda	132
Tabela 56 Síntese dos pareceres das ERAE à 1ª Fase da AAE da Revisão do PDM da Guarda	147
Tabela 57 Matriz de afinidade entre o PNPOT e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	156
Tabela 58 Matriz de afinidade entre o PNCT e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	156
Tabela 59 Matriz de afinidade entre o PRR e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	157
Tabela 60 Matriz de afinidade entre o PNI 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	157
Tabela 61 Matriz de afinidade entre o PANCD as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	158
Tabela 62 Matriz de afinidade entre o PSRN2000* as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	158
Tabela 63 Matriz de afinidade entre o PENSAARP2030 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	159
Tabela 64 Matriz de afinidade entre o PEPAC 2023-2027 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	159
Tabela 65 Matriz de afinidade entre o PNGR 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	160
Tabela 66 Matriz de afinidade entre o PERSU 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	160
Tabela 67 Matriz de afinidade entre o PNEC 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	161
Tabela 68 Matriz de afinidade entre o PNGIFR e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	161
Tabela 69 Matriz de afinidade entre o PNA e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	162
Tabela 70 Matriz de afinidade entre o PNRadão e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	162
Tabela 71 Matriz de afinidade entre o PNR2000 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	163
Tabela 72 Roteiro para a Neutralidade Carbónica as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	163
Tabela 73 Matriz de afinidade entre a ENAAC 2020 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	164
Tabela 74 Matriz de afinidade entre a ENCNB 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	164

Tabela 75 Matriz de afinidade entre a ET27 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	164
Tabela 76 Matriz de afinidade entre a ENF e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	165
Tabela 77 Matriz de afinidade entre a Estratégia Nacional do Regadio 2030 (em elaboração) as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	165
Tabela 78 Matriz de afinidade entre a ENEAPAI 2030 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	166
Tabela 79 Matriz de afinidade entre a ENAB as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	166
Tabela 80 Matriz de afinidade entre o PROT-C e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	167
Tabela 81 Matriz de afinidade entre o PO-C e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	167
Tabela 82 Matriz de afinidade entre a RIS C3NTRO as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	168
Tabela 83 Matriz de afinidade entre o POPNSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	168
Tabela 84 Matriz de afinidade entre o PROF CI e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	169
Tabela 85 Matriz de afinidade entre o PGRH Douro, Vouga, Mondego e Lis e PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	169
Tabela 86 Matriz de afinidade entre o PE@CIMBSE 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	170
Tabela 87 Matriz de afinidade entre o PIAAC-BSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	170
Tabela 88 Matriz de afinidade entre o PAMUS BSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	171
Tabela 89 Matriz de afinidade entre o PEDU e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda.....	172
Tabela 90 Matriz de afinidade entre a ELH e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	173
Tabela 91 Matriz de afinidade entre o P MEC e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda	174

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1 Área total ardida (ha) e Nº Ocorrências no município da Guarda. FONTE: ICNF [11].....	53
Gráfico 2 Área ocupada por classe de perigosidade de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21]	56
Gráfico 3 Área ocupada por classe de risco de incêndio rural no concelho da Guarda. Fonte: PMDFCI [21].....	57
Gráfico 4 Empresas sedeadas no município da Guarda, por ramo de atividade em 2022 e 2011. Fonte: INE [12]	73
Gráfico 5 Pessoal ao serviço nos estabelecimentos sedeados no município da Guarda, por ramo de atividade, em 2022. Fonte: INE [12].....	74
Gráfico 6 Desempregados Inscritos no IEFP (média anual), entre 2009 e 2022. Fonte: PORDATA [22]	75
Gráfico 7 Valor Acrescentado Bruto das Empresas (€) sedeadas no município da Guarda entre 2014-2022. Fonte: INE [12]	76
Gráfico 8 Concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas sedeadas no município da Guarda entre 2009-2022. Fonte: PORDATA [22].....	76
Gráfico 9 População Residente na NUT III Beiras e Serra da Estrela, em 2021.Fonte: INE, Censos 2021 [12]	80
Gráfico 10 Evolução da população residente no município da Guarda (1960-2021). Fonte: INE, Censos [12]	80
Gráfico 11 Pirâmide etária do município da Guarda, em 2022. Fonte: Dossiê Municípios, INE [12].....	82
Gráfico 12 Evolução dos níveis de escolaridade da população residente (2001-2021) Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]	86
Gráfico 13 Níveis de escolaridade da população residente em 2021 Fonte: PORDATA [22]	86
Gráfico 14 População empregada por conta de outrem (%) e nível de educação. Fonte: INE [11]	87
Gráfico 15 Evolução da população residente ativa empregada por profissões no município da Guarda, entre 2011 e 2021. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26].....	87

Gráfico 16 Distribuição do solo urbano pelas várias categorias. Fonte: Revisão do PDM [26]	95
Gráfico 17 Evolução dos territórios artificializados no município da Guarda. Fonte: Direção Geral do Território, COS [5]	96
Gráfico 18 Necessidades de reparação por idade dos edifícios no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26].....	99
Gráfico 19 Idade dos edifícios no município da Guarda. Fonte: Revisão do PDM da Guarda [26]	99
Gráfico 20 Evolução do n.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico no município da Guarda. Fonte: INE [12].....	107
Gráfico 21 Evolução da taxa líquida de ocupação/cama nos estabelecimentos de alojamento turístico no município da Guarda. Fonte: INE [12]	108

ANEXO 1 - PARECER DAS ERAES CONSULTADAS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO PROCESSO DE AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA

Seguem uma síntese dos pareceres das Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE) consultadas no âmbito da 2ª Fase do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda - **Relatório de Ambiental Preliminar e Resumo Não Técnico**.

Tabela 55 | Síntese dos pareceres das ERAE à 2ª Fase da AAE da Revisão do PDM da Guarda

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
APDLVC - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	Sem contributos relativamente à proposta de Relatório Ambiental	-
ULS Guarda - Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	O representante, transmitiu a respetiva posição, de teor favorável condicionado, chamando a atenção para as situações elencadas no primeiro parecer e que não foram tomadas em atenção, nomeadamente em termos de avaliação ambiental.	A Equipa Técnica recebeu e respondeu ao parecer do SNS, conforme é possível verificar em anexo no Relatório da 2ª fase. O facto de não terem sido incluídas as situações elencadas encontram-se nessa sede justificadas, e maioritariamente decorrem do facto de se considerar que a análise de tendência produzida é suficiente para os objetivos que se pretendiam atingir com o relatório de definição de âmbito e alcance
	Elenca, ainda, as implicações na saúde humana pelo Radão, pelo que as construções deverão obedecer a algumas condições para minimizar os efeitos da radioatividade - conforme explicitado e mais desenvolvido no documento que disponibilizam na PCGT, o qual se considera como anexo à presente Ata.	Ainda que seja uma matéria mais específica da revisão do PDM, será ponderado a inserção desta recomendação em sede do RA

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte</p>	<p>3.2.1. Sobre a fase de definição do âmbito De acordo com a tabela existente no Anexo I do RA, de junho de 2024, verifica-se que os contributos da APA relativamente ao mesmo, que foram enviados por ofício com a referência S024614- 202404-ARHN.DPI, de 12 de abril, não foram tidos em consideração na elaboração do RA agora disponibilizado, aspeto que deve ser retificado e completado. Importa referir que o parecer anteriormente referido se mantém válido e deve ainda ser considerado na próxima versão do RA, a elaborar.</p>	<p>A Equipa Técnica não recebeu o parecer da APA. Conforme Relatório da 2ª fase da AAE, em anexo encontra-se resposta a todos os pareceres recebidos pela Equipa Técnica referente à 1ª fase da AAE.</p>
	<p>3.2.2. Relatório Ambiental O relatório ambiental (RA) deveria ter sido disponibilizado aquando da 1ª Reunião Plenária, facto que não aconteceu. Realça-se, como já foi anteriormente referido pela APA, que este documento deveria ter sido elaborado em simultâneo com o processo de planeamento, de forma a integrar as considerações ambientais na tomada de decisões a nível estratégico. Assim, relembra-se que deve ser clara a articulação da proposta de Revisão do PDM com a AAE realizada.</p>	<p>Nada a alterar em sede do RA. Trata-se de uma opção metodológica que não carece de justificação nesta sede.</p>
	<p>De acordo com o definido no RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de alteração do PDM e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do PDM deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano.</p>	<p>Aspeto que a ser colmatado/justificado será em sede da proposta de revisão do PDM e não do RA</p>
	<p>O documento encontra-se bem identificado, contextualizando a fase do procedimento de AAE a que diz respeito. No entanto, considera-se uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que se sugere incluir no Relatório Ambiental (RA) a desenvolver. De acordo com o guia de boas práticas em AAE a equipa que realiza a AAE deve ser constituída de forma a dar resposta à natureza multidisciplinar, iterativa e cíclica característica de uma AAE.</p>	<p>Aspeto que será atendido</p>
	<p>Na introdução é necessário rever a legislação relativa ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que se encontra desatualizada.</p>	<p>Existe apenas uma imprecisão na página 5 do RA que será corrigida</p>
	<p>Considera-se importante referir se as quatro alterações do PDM da Guarda, referidas no capítulo 2, foram sujeitas a AAE.</p>	<p>Aspeto a clarificar pelo município</p>
	<p>Na figura 2 falta a fase de seguimento em AAE, que também deve ser referida no texto do capítulo metodológico.</p>	<p>Aspeto que será corrigido</p>
	<p>Ainda neste capítulo importa acrescentar que os documentos da AAE, para além de serem enviados às entidades consultadas, nomeadamente a APA, também devem ser disponibilizadas no site da CM, de acordo com a legislação de AAE em vigor.</p>	<p>Aspeto que será corrigido</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte</p>	<p>Relativamente à figura 3, é necessário retificar a mesma no sentido de refletir que a definição dos FCD resulta da interseção das QE, do QRE e das QAS, o que não está explanado na figura apresentada.</p>	<p>Aspeto que será corrigido</p>
	<p>Ainda no âmbito da metodologia, sugere-se que, para além dos mencionados guias de boas práticas em matéria de AAE, sejam adicionalmente considerados, nas restantes fases deste procedimento de AAE, os seguintes documentos de orientação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Guia de Melhores Práticas para AAE, publicado em 2012, que consiste numa versão revista e atualizada do anterior guia, clarificando os conceitos e a execução da AAE como uma avaliação de carácter estratégico, promovendo as técnicas mais frequentemente utilizadas e apresentando exemplos de boas práticas. Disponível no sítio eletrónico da APA; - Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA; - Nota Técnica - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA. 	<p>O Guia de Melhores Práticas para a AAE, foi metodologia utilizada, embora não conste do documento, aspeto que será sanado. Os restantes documentos serão tidos em consideração.</p>
	<p>No que diz respeito ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), verifica-se serem elencados os documentos de carácter estratégico considerados no âmbito da análise estratégica, sendo, no entanto, de salientar a pertinência de ser feita referência aos diplomas legais que publicam ou aprovam os instrumentos listados no QRE, de modo a garantir que se está a utilizar a última versão de todos os instrumentos.</p>	<p>Será feita a devida referência aos diplomas, pese embora se tratem, naturalmente, das versões na sua atual redação, à data da elaboração dos documentos. Refira-se, no entanto, que o QRE apresentado no RA foi revisto e atualizado conforme os pareceres que a Equipa Técnica recebeu decorrente da 1ª Fase do processo de AAE.</p>
	<p>Recorda-se que o PENSAAR 2020 já se encontra revogado, tendo sido aprovado o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) através da RCM n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, que deve ser ainda considerado neste exercício de AAE.</p>	<p>Será substituído o PENSAAR 2020 pelo PENSAARP 2030</p>
	<p>Ainda relativamente ao QRE, é necessário atualizar o mesmo no que diz respeito à política de resíduos. Os planos de resíduos foram aprovados recentemente e essa informação pode ser consultada na página de Internet da APA.</p>	<p>Será feita a atualização com base na informação disponibilizada pela APA</p>
	<p>Em matéria de alterações climáticas constata-se que não foi incluído o Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC), aprovado através da RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que se considera de incluir neste exercício de AAE.</p>	<p>Será tido em consideração. No entanto, tal como referido pela entidade o procedimento de AAE deverá ser “um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão” pelo que tal também se deverá aplicar ao QRE.</p>
	<p>Adicionalmente, considera-se relevante a inclusão do Plano Nacional para o Radão (PNRn), conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro. Este plano aporta aspetos ambientais com impactos significativos na saúde, que devem ser considerados nesta AAE.</p>	<p>Na esteira do comentário anterior, será tido em consideração.</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte</p>	<p>Deverá verificar-se adicionalmente a afinidade das QE definidas para a revisão do PDM e os Objetivos Estratégicos estabelecidos para os instrumentos anteriormente referidos.</p>	<p>Ok, em conformidade com a metodologia adotada</p>
	<p>O Relatório apresenta na tabela 3 o quadro de avaliação destas AAE. Para cada FCD são explicitados os respetivos critérios de avaliação e os respetivos indicadores, que se consideram, de uma forma geral, adequados. No entanto, em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo a que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase desta avaliação ambiental.</p>	<p>O que decorre do Guia citado são recomendações. Desta forma, considera-se que os FCD selecionados e os critérios de avaliação são ajustados para o que se pretende avaliar. Este aspeto não será objeto de alteração na proposta de RA que será submetido a consulta pública.</p>
	<p>O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere ainda um esforço de síntese nos indicadores selecionados, antes de colocar o RA em discussão pública.</p>	<p>O foco e a objetividade têm de ser ponderados no quadro do que se pretende atingir com este exercício e com a análise que cada ERAE faz do mesmo. A ponderação da auscultação das ERAE também é importante para o maior ou menor esforço de síntese.</p>
	<p>Por outro lado, existem indicadores muito vagos ou mal definidos (ex.º “ruído” não é por si só um indicador) e alguns dos indicados correspondem a mais do que um indicador (ex.º “Resíduos urbanos (produção, tratamento e destino de resíduos)”). A tabela 3 deve ainda apresentar as unidades de medida para cada um dos indicadores adotados e devem ser mencionadas as fontes de informação por indicador.</p>	<p>Ainda que se entenda a observação, a escolha generalizada é intencional e está limitada pela existência de indicadores específicos para os vários critérios de avaliação. Esse aspeto será ponderado e alterado. Eventualmente mais do que indicadores, estarão em causa dimensões de análise. Relativamente às fontes utilizadas, as mesmas são identificadas durante a análise, estando elencadas com a bibliografia que se encontra no Relatório.</p>
	<p>Quanto às diretrizes para a fase de seguimento, uma vez que é apresentado um conjunto extenso de diretrizes, sugere-se que as mesmas sejam priorizadas/calendarizadas, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/ monitorização da AAE. Sugere-se ainda dividir as mesmas de acordo com a sua implementação a curto, médio e longo prazo. Deve ainda ser demonstrado como é que estas medidas foram vertidas na proposta de plano.</p>	<p>Existirá um esforço de aprofundamento desta componente, e deverá existir uma maior articulação entre as diretrizes para o seguimento com o sistema de acompanhamento e monitorização da revisão do PDM.</p>
	<p>O programa de monitorização de uma AAE deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. A proposta da tabela 50 apresenta cerca de 35 indicadores, o que se considera excessivo. A experiência mostra que Planos que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE, pelo que se recomenda um esforço de síntese na próxima versão do RA a desenvolver.</p>	<p>Aspeto que será ponderado</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte</p>	<p>Salienta-se que os indicadores devem encontrar-se associados a valores de referência (correspondentes à situação atual do município, ou seja, os mais recentes disponíveis) e a metas a atingir, determinantes para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação desta Revisão do PDM, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE. Sempre que possível, as metas devem ser quantitativas.</p>	<p>Os valores de referência são habitualmente definidos como sendo da situação atual. As metas, deverão ir no sentido do melhoramento, bem como ir ao encontro do que se encontra definido nos Planos e Programas que informam este processo, bem como as próprias metas definidas pela CM. Nem todos os aspetos elencados no RA são passíveis de ter metas associadas.</p>
	<p>De referir que se considera que alguns indicadores apresentados não se revelam úteis/necessários do ponto de vista da AAE do plano, ou seja, para averiguar os efeitos significativos da implementação desta Revisão do PDM no ambiente. Assim, sugere-se ainda rever os indicadores que vão constar do plano de controlo da AAE a constar da Declaração Ambiental a emitir.</p>	<p>A Equipa Técnica não irá alterar, nesta fase os FCD identificados, nem os indicadores selecionados. Relativamente aos indicadores a constar na DA, será tido em consideração o comentário da Entidade, mas única e exclusivamente no que reporta aos indicadores de seguimento</p>
	<p>Ainda no que respeita aos indicadores de monitorização, verifica-se que a tabela 50 não apresenta valores de referência, periodicidade dos dados e metas a atingir, determinantes para a avaliação dos efeitos significativos decorrentes da implementação do plano, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, aspeto que deve ser completado na fase seguinte deste procedimento de AAE.</p>	<p>Aspeto já respondido anteriormente</p>
	<p>A terminologia “Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)” deverá ser substituída pelo termo “Resíduos Urbanos (RU)”.</p>	<p>Aspeto que será corrigido</p>
	<p>Por fim, julga-se importante esclarecer ainda que uma das maiores vantagens da AAE é a identificação de opções alternativas de desenvolvimento, abrangendo todo o tipo de alternativas. Estudo de Alternativas: - Alternativas Razoáveis: É fundamental considerar um conjunto de alternativas razoáveis, incluindo a alternativa “zero” ou de não ação. Isto permite compreender o espectro de possíveis impactos ambientais associados a diferentes abordagens para alcançar os objetivos estabelecidos.</p>	<p>Tal como decorre do “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, a criação de pensamento estratégico na AAE está mais focada em opções estratégicas do que em alternativas, sendo que esse pensamento é mais operacional e mais utilizado em contexto de AIA. Considera-se assim que o percurso metodológico adotado está ajustado à construção destas opções estratégicas, pois a partir do contexto de referência identifica os pontos fortes, fracos, os conflitos (ameaças) e o que representa potencialidades de desenvolvimento (oportunidades). Ao identificarem-se estas dimensões na AAE está-se a contribuir para a tomada de decisão em termos de opções de desenvolvimento mais orientadas para as questões ambientais e de sustentabilidade. Por outro lado, também seria útil que o próprio processo de planeamento explorasse cenários de desenvolvimento que pudessem ser objeto de reflexão na análise produzida, até</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte</p>		<p>para comparação, sob pena de a avaliação de alternativas recair na hipótese “sem plano”, “com plano”.</p>
	<p>- Fundamentação das Alternativas: Cada alternativa deve ser claramente descrita e justificada em termos da sua capacidade de atender aos objetivos do plano, bem como em termos de viabilidade técnica, económica e ambiental.</p>	<p>Entende-se que o proposto faz mais sentido em sede de uma AIA</p>
	<p>- Avaliação dos Impactos Ambientais: Avaliar os potenciais impactos ambientais de cada alternativa, tanto positivos quanto negativos, incluindo impactos diretos, indiretos, cumulativos e transfronteiriços, se aplicável. É crucial considerar fatores como biodiversidade, saúde humana, qualidade do solo, água, atmosfera, fatores climáticos, património cultural, paisagem e a inter-relação entre estes.</p>	<p>Idem</p>
	<p>- Análise Comparativa: Realizar uma análise comparativa das alternativas, destacando as diferenças nos impactos ambientais e estabelecendo uma base para a seleção da alternativa preferencial.</p>	<p>Idem</p>
	<p>- Participação Pública: A participação de stakeholders e do público em geral é fundamental no processo de AAE, especialmente no estudo de alternativas. A inclusão de diversas perspetivas e conhecimentos enriquece e melhora a qualidade do planeamento.</p>	<p>Nada a comentar.</p>
	<p>Aplicação Prática: Cabe aos responsáveis pela elaboração dos Planos e à equipa da AAE apresentar estudos de alternativas viáveis que promovam um desenvolvimento sustentável do território. É fundamental validar a adequação das opções territoriais, especialmente aquelas que envolvem transformação do solo, demonstrando que, na persecução dos objetivos estratégicos do plano, são as opções que contribuem para a minimização dos impactos ambientais negativos e para o fomento de um desenvolvimento sustentável. Deve-se considerar alternativas tanto ao nível macro estratégico, relacionadas à visão de desenvolvimento e aos objetivos do plano, quanto aspetos mais específicos, como destinos do solo, índices e parâmetros urbanísticos e tipos de usos e atividades permitidos, incluindo unidades industriais, áreas de exploração de recursos geológicos ou energéticos, mobilidade, gestão de ruído e recursos hídricos, entre outros. Para tal, o RA deve detalhar, num subcapítulo, as alternativas analisadas, os critérios utilizados na avaliação e as justificações para a seleção das opções finais. Esta abordagem assegura que a AAE não só cumpre os requisitos legais, mas também contribui para um planeamento territorial mais transparente, informado e orientado para a sustentabilidade.</p>	<p>Nada a comentar, trata-se de uma recomendação da entidade, com base nos guias metodológicos existentes na matéria.</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte	Assim, a AAE da revisão do PDM da Guarda deverá ser focalizada na preparação da melhor opção possível numa ótica de sustentabilidade, não se limitando ao estudo por comparação com a chamada “alternativa zero”, ou seja, com o cenário de evolução na ausência de elaboração do Plano. Aguarda-se que este estudo de alternativas seja ainda apresentado na próxima versão do RA a apresentar.	O próximo RA não será objeto de auscultação das ERAE, mas sim de consulta pública. Não obstante o já transmitido, será ponderada a introdução de um capítulo que apresente a síntese das tendências de evolução, segundo o seu desenvolvimento face à situação atual e tendo em consideração os objetivos estipulados. Esta síntese permitirá compreender, de uma forma mais clara e sucinta, a análise da avaliação ambiental dos FCD estabelecidos.
	3.2.3. Resumo Não Técnico Concorda-se genericamente com o Resumo Não Técnico (RNT) apresentado, alertando para que o mesmo deve ser revisto em conformidade com as sugestões e recomendações efetuadas sobre o RA.	Nada a comentar

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
APA/ARH-N - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / ARH Norte	<p>3.2.4. Fases seguintes do procedimento de AAE Relativamente aos passos seguintes deste exercício de AAE alerta-se para os seguintes pontos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e também na revisão do Resumo Não Técnico (RNT). 2. A ponderação dos contributos das entidades deve constar, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados. Esta tabela pode constar em anexo. 3. Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública. Este Relatório e respetivo RNT deverão ser enviados às entidades consultadas aquando do envio da Declaração Ambiental e disponibilizados no site da entidade responsável pela elaboração do Plano. 4. Os resultados das consultas institucional e pública deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente. 5. Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA a disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência. 6. Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão do Plano em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE. 7. Por fim, alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA. Existe igualmente um documento orientador sobre esta fase da AAE disponível no site da APA. 	Nada a comentar.
	<p>3.2.5. Conclusões Face ao exposto, considera-se que a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no presente parecer, encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão do RA, mais atualizada e completa, a sujeitar a consulta pública.</p>	Nada a comentar, para além do já sinalizado anteriormente.

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Sem comentários relativamente à proposta de RA	-
DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia	<p>Relatório ambiental - Avaliação ambiental estratégica do PDM da Guarda, junho de 2024</p> <p>7.7 SOLO</p> <p>“Os efeitos no Solo com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:</p> <p>– Promover o uso multifuncional do espaço rural, articulando a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial pecuário e cinegético do concelho.”</p> <p>Comentário:</p> <p>De acordo com o DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, a promoção do uso multifuncional do espaço rural pode ainda ser produzida através de outras atividades compatíveis, tais como a exploração de recursos energéticos e geológicos.</p> <p>Com efeito, a gestão dos recursos geológicos integra uma articulação com as opções fundamentais das políticas públicas, especialmente em matéria ambiental e de ordenamento do território (cfr. nº 2 do art. 4.º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho), devendo ser promovida a proteção adequada dos recursos atenta a sua natureza escassa, insubstituível e não deslocalizável (cfr. art. 8.º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho), sendo que esta matéria da compatibilização de usos encontra naturalmente também respaldo no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.</p> <p>Face ao exposto, propõem-se, pois, a seguinte alteração textual:</p> <p>– Promover o uso multifuncional do espaço rural, articulando a produção florestal, a produção agrícola, o elevado potencial pecuário e cinegético do concelho, assim como o aproveitamento de recursos energéticos e geológicos.</p>	Sem objeções, ainda que o aproveitamento dos recursos energéticos e geológicos possa não ser uma prioridade do município, em termos do seu modelo territorial
	<p>Resumo não técnico - Avaliação ambiental estratégica do PDM da Guarda, junho de 2024</p> <p>6.7 SOLO</p> <p>“Os efeitos no Solo com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:</p> <p>– Promover o uso multifuncional do espaço rural, articulando a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial pecuário e cinegético do concelho.”</p> <p>Comentário:</p> <p>O mesmo comentário sobre o ponto “7.7 SOLO” do “Relatório ambiental - Avaliação ambiental estratégica do PDM da Guarda”.</p>	Idem ao comentário anterior
DGRSP - Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais	Sem comentários relativamente à proposta de RA	-

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
PC - Património Cultural, I.P.	Sem comentários relativamente à proposta de RA.	-
DGEstE - Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Sem comentários relativamente à proposta de RA	-
GNR - Guarda Nacional Republicana	A representante, transmitiu que se abstém sob a proposta de Plano uma vez que não teve acesso aos documentos.	-
PSP - Polícia de Segurança Pública	Sem comentários relativamente à proposta de RA	-
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Recomenda a integração do Plano Rodoviário Nacional (PRN2000) no QRE	Será objeto de inclusão no QRE, uma vez que não consta por lapso.
	Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3. Qualificação e Promoção do Território."	Nada a comentar
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	Sem comentários relativamente à proposta de RA	-
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.	<p>2.2.5 Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental estratégica</p> <p>No âmbito das estritas competências deste Instituto, e reiterando o teor do anterior parecer emitido, verifica-se que não foram observadas/contempladas as recomendações e as observações anteriormente indicadas.</p> <p>Verifica-se que foi feita referência ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), contudo não foram incluídas no quadro de referência estratégico a referência quer à Lei de Bases do Clima, quer à Estratégia Nacional para a mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030), conforme referido no nosso ofício S/23/85658, de 06/11/2023. No entanto é referido na pág. 103 que “têm sido desenvolvidos esforços no sentido da promoção de uma maior</p>	<p>Tal como consta do anexo ao RA, onde se encontram as ponderações da equipa técnica aos contributos das ERAE, esta não recebeu os contributos da entidade emitidos em fase anterior. Transcreve-se “A Equipa Técnica solicita envio de informações/pronúncias que possam ter sido remetidas por esta entidade, e que tenham como referência o procedimento de AAE (anterior ao início deste mesmo procedimento) para verificação desses contributos e sua pertinência (1)” Pelo que se reitera o envio desse parecer</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.	<i>mobilidade sustentável, assente em modos suaves. suaves. Nesse aspeto, e reportando aos investimentos previstos para o anterior Portugal 2020, no âmbito da mobilidade urbana sustentável, foram vários os projetos inscritos no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da CIM BSE, em termos das redes pedonais e cicláveis.” Assim, a identificação das infraestruturas rodoviárias deve respeitar o identificado no ponto 4.3.1., em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelas Lei n.º 98/99, de 26 de julho (1.ª alteração) e Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração) (pág. 101/102).</i>	
IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.	Sem comentários à proposta de RA	-
ISS - Instituto da Segurança Social	Sem comentários à proposta de RA	-
TdP - Turismo de Portugal, I.P.	Sem comentários à proposta de RA	-
AdVT - Águas do Vale do Tejo	Relativamente à Avaliação Ambiental Estratégica, Alteração de RAN e REN, a EPAL/AdVT nada tem a objetar.	-
Câmara Municipal de Belmonte	Sem comentários à proposta de RA	-
Câmara Municipal de Celorico da Beira	Sem comentários à proposta de RA	-
Câmara Municipal da Covilhã	Sem comentários à proposta de RA	-
Câmara Municipal de Gouveia	Sem comentários à proposta de RA	-
Câmara Municipal de Pinhel	Sem comentários à proposta de RA	-

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
Câmara Municipal do Sabugal	Sem comentários à proposta de RA	-
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.	Estrutura do RA Globalmente, a estrutura apresentada no RA responde ao que é pretendido, integrando de modo geral os elementos e matérias previstos no Art.º6.º do RJAEE e segue nomeadamente o disposto no Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE” [APA, 2012] e “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” [DGOTDU, novembro/2008].	Nada a comentar
	Apreciação do Relatório Ambiental (RA) O documento apresenta devidamente o enquadramento legal, objetivos e metodologia da AAE, bem como informação sobre o objeto de avaliação, nomeadamente dos objetivos da revisão do PDM da Guarda. os instrumentos do Quadro de Referência Estratégica (QRE), a identificação de 5 Questões Estratégicas (QE), a seleção dos Fatores Ambientais (FA), apresentando ainda a correlação (matrizes de convergência) entre os instrumentos do QRE e as QE (Tabela 2) e QE/FCD/FA/ (Tabela 3).	Nada a comentar
	Da análise do documento, verifica-se que a grande maioria das recomendações emanadas pela CCDRC no âmbito da análise ao RDA não foram acolhidas. A nível do QRE reitera-se que se considera que se considera que está em falta a referência ao: - A nível Nacional o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000) e Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000); - A nível Regional - acrescentar na referência ao PROT (versão provisória); - A nível Municipal, é importante atender, também, ao Plano Municipal de Emergência e proteção Civil (PMEPC) e ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	O PRN2000 será incluído. O PSRN2000 será incluído, apesar das orientações de gestão dos habitats incluídos na ZEC Serra da Estrela terem sido integradas no POPNSE e esse documento ter sido considerado. A nível regional, o PROT em elaboração será considerado. A nível municipal, o PMEC será ponderado, mas o PMDFCI não, uma vez que, tal como já referido anteriormente, o Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais prevê outros instrumentos de planeamento. A equipa solicita a versão provisória do (novo) PROTC e do PMEC.
	Entendemos, contudo, oportuno voltar a referir os seguintes aspetos que já deviam ter sido acolhidas no presente RA, no sentido da obtenção de um melhor documento destinado a avaliar os efeitos da implementação das ações previstas na revisão do PDM: - Para cada FCD foram definidos objetivos de avaliação e os respetivos indicadores, porém os mesmos devem ser acompanhados das respetivas unidades de medida e associados a periodicidade de aquisição dos dados e a fonte da informação que alimentará a avaliação do Plano, sem descurar a indicação dos valores de referência e a indicação das metas a atingir periodicamente, lacuna que deverá ser colmatada.	Aspeto que será ponderado e colmatado sempre que existir informação disponível para o estabelecimento de metas/valores de referência

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.</p>	<p>- Também para os Indicadores deverão ser apresentadas metas para o horizonte do plano, tanto quanto possível, quantitativas. Nesse sentido, seria oportuno e de mais fácil contabilização, se alguns dos Indicadores fossem diretamente relacionados com as categorias de solo de maior destaque no ordenamento do PDM, como por exemplo, ao nível das infraestruturas básicas em falta no Solo Urbano ou Aglomerados Rurais (em vez de apenas “Infraestruturas básicas” no Critério “Qualidade Ambiental” do FCD1 “Sustentabilidade Ambiental”). O mesmo se aplica a execução de vias eventualmente previstas.</p>	<p>Aspeto que a ser introduzido está dependente da existência de informação disponível pelo município sobre estas matérias</p>
	<p>- Diferenciar os indicadores de avaliação revisão do plano dos indicadores destinados a avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente resultante da implementação das ações previstas, pois são estes últimos que permitem adotar medidas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.</p>	<p>Aspeto que será objeto de melhoria</p>
	<p>- Falta um Indicador inerente ao “Ruído”, sobre população em áreas de conflito acústico. Algo do tipo: Áreas urbanas expostas a níveis de ruído que ultrapassam os valores admissíveis face à classificação acústica da zona.</p>	<p>Aspeto que será ponderado, todavia condicionado à existência de informação</p>
	<p>- Muito embora o FCD1 tenha um Critério “Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais” com alguns Indicadores definidos para áreas sensíveis, estão em falta Indicadores que monitorizem a ocupação em áreas de RAN e de REN, possíveis no âmbito dos respetivos regimes.</p>	<p>A Equipa Técnica não irá alterar, nesta fase os FCD identificados, nem os indicadores selecionados, pois os mesmo já foram alvo de parecer na 1ª Fase. No entanto, a Equipa Técnica entende que possam ser pertinentes em ser incluídos como indicadores de monitorização.</p>
	<p>- No FCD3 “Qualificação e Promoção do Território”, falta um Indicador inerente à cobertura da população por equipamentos e serviços, bem como inerentes à ocupação/edificação do solo (quer em termos de habitação, indústria, turismo ou outra) e um Indicador inerente à monitorização da concretização das 7 UOPGs (indicadores de controlo).</p>	<p>Os indicadores de cobertura de população por equipamentos e serviços não são possíveis de aferir para a totalidade das tipologias existentes, razão pela qual se apresentaram os níveis de cobertura para os equipamentos quando a informação estatística assim o permite. Quanto aos indicadores de ocupação do solo, poderão ser aprofundados nas vertentes enunciadas com base nos dados da COS 2018. Será introduzido o indicador de monitorização da concretização das 7 UOPG.</p>
	<p>Considera-se, ainda, que, relativamente a cada FCD, não podem ser esquecidas as matérias específicas das propostas (e programa de execução) da revisão do PDM em apreço. Ou seja, quer em termos de “Critérios de avaliação”, da análise da “Oportunidade e Riscos” “bem como nas “Diretrizes para o seguimento”, entendemos que estão em falta situações concretas da proposta de ordenamento:</p> <p>- No FCD3 (Qualificação e promoção do território): identificação/contabilização/grau de ocupação do solo urbano, aglomerados rurais e das 7 UOPG.</p>	<p>No FCD3 foram trabalhados indicadores relacionados com a evolução dos territórios artificializados e com a ocupação do solo urbano, bem como a ocupação de solo urbano por categorias de uso do solo. Será ponderado um novo critério de avaliação relacionado com o solo rústico.</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.</p>	<p>- No FCD2 (Desenvolvimento Socioeconómico): identificação/contabilização/grau de ocupação dos espaços de atividades económicas, dos espaços de atividades industriais e das UOPG para estes fins.</p>	<p>Esta matéria foi objeto de análise no FCD2, no indicador “Espaços empresariais/industriais infraestruturados” e está condicionado à informação que o PDM dispõe.</p>
	<p>- O Objetivo do FCD3 é “Pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para a qualificação e promoção do território municipal”, pelo que se considera pertinente que seja dado mais destaque aos Indicadores inerentes ao “Sistema urbano”.</p>	<p>Considera-se que os indicadores selecionados dão resposta aos objetivos enunciados para este FCD3, sem prejuízo de alguns complementos/melhoramentos que possam ser introduzidos.</p>
	<p>O Programa de seguimento (capítulo 9), identifica na tabela 50 os indicadores de seguimento. Porém, aconselha-se que seja feita uma ponderação aos mesmos de acordo com as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não devem ser referidos indicadores cujo âmbito extravase o conteúdo material do Plano diretor municipal; - Apresentar todas as unidades/métrica e respetivas Fontes de Informação; - A sua definição deve permitir/facilitar a sua mensuração e quantificação; - Associar os indicadores a uma situação de partida e a metas a atingir; - Articular os indicadores propostos com indicadores que possam resultar da elaboração e implementação de outros Planos para evitar redundância. 	<p>Este capítulo será objeto de reformulação para ir ao encontro das várias observações recolhidas pelas ERAE que se pronunciaram, sendo que se reitera que nem sempre é possível definir metas para todos os indicadores selecionados.</p>
	<p>Sobre as ações a desenvolver identificadas e reportadas à CCDRC, I.P., no âmbito do Quadro de Governança (capítulo 10), alerta-se que as mesmas não deverão extravasar as atribuições que, a esta entidade, estão cometidas, designadamente as estabelecidas no Decreto-Lei n.º36/2023, de 26/05, na Portaria nº405/2023, de 5/12 e na Deliberação n.º538/2024, de 22/04. Neste sentido importa referir que não é da competência da CCDRC fomentar e apoiar o processo de participação pública (é matéria da competência da CM), nem acompanhar a fase de monitorização do Plano, como referido no quadro de governança que consta na página 113.</p> <p>Realça-se ainda que a partir do dia 1 de março de 2024 a antiga Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro foi integrada na CCDRC, IP.</p>	<p>Aspeto que será corrigido.</p>
	<p>Lapsos/retificações: Deverá ser efetuada correção na tabela 3 (pág.16) o título “FCD 1: Sustentabilidade Ambiental” pois está em duplicado.</p>	<p>Aspeto que será corrigido</p>
	<p>Apreciação do Resumo Não Técnico (RNT) É devidamente apresentado, e conformado com o RA, o RNT da avaliação ambiental, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º1 do Art.º6.º do RJAAE.</p>	<p>Nada a comentar</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
<p>CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.</p>	<p>Conclusões Considera-se que o Relatório Ambiental está aquém das disposições do Art.º6º do RJAAE, carecendo de uma reflexão sobre as críticas e contributos apresentados. Julga-se ser uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que se sugere a sua inclusão no Relatório Ambiental (RA). Relembra-se que, de acordo com o guia de boas práticas em AAE, a equipa que realiza a AAE deve ser constituída de forma a dar resposta à natureza multidisciplinar, iterativa e cíclica característica de uma AAE.</p>	<p>A conclusão da entidade parece um pouco excessiva face aos demais considerandos feitos ao longo do parecer, na medida em que as questões apontadas ao nível do RA, não colocam em causa os preceitos do artigo 6º do RJAAE. Todavia, será feito o esforço de aprofundamento necessário de acordo com a ponderação da equipa técnica dos demais comentários das ERAE.</p>

ANEXO 2 - PARECER DAS ERAES CONSULTADAS NO ÂMBITO DA 1ª FASE DO PROCESSO DE AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA

Seguem uma síntese dos pareceres das Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE) consultadas no âmbito da 1ª Fase do processo de AAE da Revisão do PDM da Guarda - **Relatório de Definição do Âmbito | Relatório de Fatores Críticos para a Decisão.**

Tabela 56 | Síntese dos pareceres das ERAE à 1ª Fase da AAE da Revisão do PDM da Guarda

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL)	Relativamente ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão da Avaliação Ambiental Estratégica, nada em particular há a salientar por parte da EPAL/LVT.	Matéria referente ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda
	Enviaram em ficheiros o cadastro geográfico atualizado das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” no município de Guarda (georreferenciado em ETRS89) que traduzem as validações e atualizações entretanto efetuadas do cadastro da AdVT.	
	É do entendimento da entidade que a salvaguarda das infraestruturas em “alta” da AdVT sairá reforçada de forma mais eficaz com a inclusão de capítulos específicos para este efeito no Regulamento do PDM.	
	Assim, propõem que seja efetuada referência a uma faixa de proteção com 5 metros de largura (2,5 m para cada um dos lados do eixo das condutas de abastecimento e intercetores / emissários de águas residuais), onde qualquer interferência / intervenção terá de ser submetida a parecer prévio da EPAL/AdVT para definição da solução mais adequada à salvaguarda e proteção destas infraestruturas.	
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Sem objeções	
Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, IP)	Sem observação	
Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT)	Refere que não foram tidas em conta as observações realizadas pelo IMT, I.P., nas fases anteriores de acompanhamento	A Equipa Técnica solicita envio de informações/pronúncias que possam ter sido remetidas por esta entidade, e que tenham como referência o procedimento de AAE (anterior ao início deste mesmo procedimento) para verificação desses contributos e sua pertinência (1)
	Infraestruturas rodoviárias e a garantia da sua articulação com os respetivos Programas Nacionais e a observância do disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho (PRN 2000) (não foram integradas no documento as recomendações indicadas nos pareceres anteriores, o que se torna indispensável).	

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	<p>Temática da Mobilidades Urbana Sustentável e dos Transportes, no quadro de referência estratégico não foi incluído a referência ao Plano de Recuperação e Resiliência 2026 (PRR), Lei de Bases do Clima e à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030). No entanto, verifica-se que foi efetuada referência ao Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), à Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020, prorrogada até 2025),</p>	<p>Sugestão a ser ponderada de incluir o PRR e da ENMAC no QRE</p>
	<p>A Entidade referente que uma vez que, na generalidade, não foram contempladas as recomendações/orientações indicadas nos pareceres emitidos pelo IMT, I.P., nas fases anteriores de acompanhamento, reitera-se o seu teor, nas condições acima mencionadas, devendo, nas fases seguintes de desenvolvimento do Relatório Ambiental, ser considerados os contributos decorrentes da presente apreciação.</p>	<p>Situação igual a (1)</p>
<p>Infraestruturas de Portugal (IP)</p>	<p>Como entidade com competências específicas no sector rodoferroviário, e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).</p>	
	<p>Mesmo na perspetiva de que as vias rodoferroviárias podem acarretar riscos e/ou danos ambientais (como é o caso do ruído enquanto fator gerador de poluição) é a Proposta de Plano, em última instância, que à IP, SA caberá avaliar (sendo que a defesa, em geral, contra as fontes de poluição sonora - para utilizar o mesmo exemplo - competirá a outras entidades).</p>	
	<p>Assim, numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, após análise do relatório agora apresentado, considera-se que globalmente, nada há a opor ao encadeamento metodológico desenvolvido.</p>	
	<p>Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3. Qualificação e Promoção do Território.</p>	
	<p>Salienta-se ainda que devem ser também alvo de consideração, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM da Guarda, os investimentos identificados no Plano de Recuperação e Resiliência, bem como no Programa Nacional de Investimentos 2030, objeto da Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019 de 23 de agosto de 2019.</p>	<p>Sugestão aceite de incluir o PNI e PRR no QRE</p>
<p>Câmara Municipal da Covilhã</p>	<p>Nada tem a opor quanto ao documento apresentado, uma vez que se considera que os fatores críticos e os indicadores definidos no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão são suficientes e adequados para uma correta Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal da Guarda.</p>	
<p>Serviço Nacional de Saúde (SNS)</p>	<p>Determinante Saúde aparece enquadrado no ponto 2.7 Bens Materiais - Equipamentos coletivos. Este item aparece muito pouco desenvolvido, pelo que, existem variáveis que deverão ser levadas em conta, tendo em vista a aprovação de um documento o mais atualizado e preciso possível</p>	<p>É uma breve caracterização, não um estudo exaustivo. A Informação utilizada tem como base o que consta no procedimento de Revisão PDM da Guarda, e uma vez que não serão feitas correções ao RFCD, a ser desenvolvida seria em fase de RA</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	<p>No que respeita à População e saúde, deverá ser apresentada uma caracterização atualizada dos indicadores relativos aos cuidados de saúde do concelho. A caracterização apresentada, apesar de ser um resumo, não está adequada, nem correta quer no conteúdo quer na forma, pelo se pensa que poderá ser substancialmente melhorada. Não esquecer, também a caracterização das Unidades Privadas de Saúde. A Unidade de Saúde Pública, disponibiliza-se para dar informação e apoio nesta área.</p>	<p>Considerando que a análise desenvolvida reporta-se aos estudos de caracterização do PDM, e que a mesma não tem reflexos ao nível do Relatório Ambiental, pois trata-se de uma temática que não tem reflexo nos FCD determinados, este contributo não será vertido no RA.</p>
	<p>Não foi identificada a Vulnerabilidade a Nevões e Ondas de Frio nem a Vulnerabilidade a Seca e Ondas de Calor. Estes pontos deverão ser complementados com o estudo “Estratégia Municipal para a adaptação às alterações climáticas da Guarda - Município da Guarda - Maio de 2020.</p>	<p>A Equipa Técnica solicita envio do estudo em questão.</p>
	<p>O Programa de Contingência para as Temperaturas Extremas Adversas - Módulo Frio e Módulo Calor da Direção Geral da Saúde, em vigor, desde há mais de 10 anos, tem como finalidade minimizar os efeitos decorrentes das temperaturas extremas elevadas, mediante a implementação de um sistema de vigilância em saúde pública, previsão, alerta e resposta adequada, sendo a responsabilidade local da Unidade de Saúde Pública, pelo que este ponto deve ser melhorado. A Unidade de Saúde Pública, disponibiliza-se para dar informação e apoio nesta área.</p>	<p>No contexto dos objetivos identificados, é do entendimento da equipa que esta matéria extravasa o contexto da AAE, pelo que não será desenvolvida.</p>
	<p>No ponto 2.9 - Acessibilidades, do mesmo documento, mais precisamente no item - Rede de Transportes Públicos Rodoviário, é de referir que as opções de transporte público de e para o centro da Cidade, e em especial para zonas onde se concentram serviços públicos, é reduzido, não se adapta em muitos casos às necessidades dos utentes e carece de informação adequada, nomeadamente horários, aspetos que não estão referidos neste estudo. Por outro lado, há que referir que a Linha da Beira Alta só terá as obras concluídas, no final de 2024 e não em 2023 como diz o texto.</p>	<p>Situação que será corrigida, embora este relatório não será objeto de nova consulta</p>
	<p>Por outro lado, tendo nós conhecimento, que em Novembro de 2023, será aberto concurso para a construção do Porto Seco na zona da Estação de Caminhos de Ferro da Guarda, chamamos à atenção para as consequências que daqui podem advir, relativamente, ao movimento de cargas e pessoas, nesta zona da cidade.</p>	<p>A AAE desenvolvida tem como base os objetivos estratégicos da revisão do PDM e suas opções de base territorial. Todos os projetos que tenham tradução no contexto mencionado, serão objeto de ponderação no quadro dos critérios de avaliação e indicadores selecionados</p>
	<p>A Entidade é de parecer que os mesmos deverão merecer parecer favorável condicionado às alterações de acordo com o atrás mencionado.</p>	
<p>Comissão de Coordenação e</p>	<p>O documento encontra-se bem estruturado, apresentado de forma clara e objetiva e genericamente bem desenvolvido, pelo que se apresentam apenas algumas observações pontuais, de seguida.</p>	

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDR-C)	Fig. 3 do RFCD (pág.8), a qual apresenta o faseamento do que designam por “Processo interativo da AAE” na revisão do PDM da Guarda, com identificação de 4 Fases e 3 emissões de parecer. O primeiro, relativo à “Definição do âmbito - Relatório FCD”, o segundo, relativo a “Relatório Ambiental preliminar” e o terceiro relativo ao “Relatório Ambiental final”. Vimos clarificar que o Regime Jurídico da AAE apenas prevê a emissão de parecer sobre dois documentos, concretamente, sobre o da 1.ª Fase, “Definição do âmbito - Relatório FCD” agora presente, e sobre o “Relatório Ambiental” (acompanhado por um Resumo Não Técnico), conforme determinam, respetivamente, os artigos 5.º e 7.º do RJAAE, bem como previsto na Portaria 277/2015, de 10/09, respetivamente no n.º4 do Art.º12.º e no Art.º13.º.	Será corrigida a menção a emissões de parecer, pois de facto o terceiro momento corresponde à fase de consulta pública.
	Considera-se, apenas, que deverão também ser tidos em consideração os seguintes: - Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000); - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000); - Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT); - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); - Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente - três Bacias Hidrográficas - Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	Sugestão aceite de incluir os Planos/Programas indicados, no QRE. Não serão incluídos o PMEC e PMDFCI, uma vez que o SGIFR prevê outros instrumentos de planeamento e, nesse contexto, foi considerado o PNGIFR. Contudo, se já existirem os instrumentos de planeamento de âmbito regional e/ou intermunicipal, solicita-se o seu envio.
	No RA, para os Indicadores deverão ser apresentadas metas para o horizonte do plano, tanto quanto possível, quantitativas. Nesse sentido, seria oportuno e de mais fácil contabilização, se alguns dos Indicadores fossem diretamente relacionados com as categorias de solo de maior destaque no ordenamento do PDM.	Estabelecer metas relativas à concretização das opções de base territorial afigura-se um exercício estéril.
	Diferenciar os indicadores de avaliação revisão do plano dos indicadores destinados a avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente resultante da implementação das ações previstas, pois são estes últimos que permitem adotar medidas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.	Os indicadores de avaliação da revisão do plano, são matéria da desenvolver nessa sede, que em algumas situações poderão estar igualmente incluídos na lista de indicadores no ponto do RA “Controlo e Seguimento”
	Para a implementação do PDM, deverão ser definidos Indicadores vocacionados para a monitorização da execução das propostas, nomeadamente ao nível das infraestruturas básicas em falta no Solo Urbano ou Aglomerados Rurais /Área de Edificação Dispersa (em vez de apenas “Infraestruturas básicas” no Critério “Qualidade Ambiental” do FCD1 “Sustentabilidade Ambiental”). O mesmo se aplica a execução de vias eventualmente previstas.	Matéria que será objeto de ponderação
	Falta um Indicador inerente ao “Ruído”, sobre população em áreas de conflito acústico. Algo do tipo: Áreas urbanas expostas a níveis de ruído que ultrapassam os valores admissíveis face à classificação acústica da zona.	O indicador “Ruído” poderá ser incluído em sede de RA, caso haja informação, nomeadamente Relatório e Mapas de Ruído para o município da Guarda.

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	Muito embora o FCD1 tenha um Critério “Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais” com alguns Indicadores definidos para áreas sensíveis, estão em falta Indicadores que monitorizem a ocupação em áreas de RAN e de REN, possíveis no âmbito dos respetivos regimes.	Sugestão aceite para incluir no RA, no entanto é necessário que esta componente esteja estabilizada em sede Revisão do PDM. Será incluído mediante informação a disponibilizar pelo município
	No FCD2 “Desenvolvimento Socioeconómico”, seria importante diferenciar os “Espaços de Atividades Económicas” com um Indicador sobre a monitorização de ocupação dos mesmos.	Sugestão aceite para incluir no RA
	No FCD3 “Qualificação e Promoção do Território”, averiguar da necessidade de Indicador inerente à cobertura da população por equipamentos e serviços, bem como inerentes à ocupação/edificação do solo (quer em termos de habitação, indústria, turismo ou outra).	Apesar da pertinência, afigura-se de difícil concretização, pois nem sempre se conseguem aceder a estes indicadores
	Ainda no FCD3, consoante as propostas, poderá haver lugar a um Indicador inerente à monitorização da concretização de UOPG.	Dependerá das propostas da Revisão do PDM. Se contemplar UOPG, será incorporado. Todavia a AAE não substitui o processo de monitorização e avaliação do PDM que deverá ser desenvolvido nessa sede.
	Retificar lapsos no documento - primeiro parágrafo da pág.31, de identificação do plano.	Situação que será corrigida, embora o Relatório em questão não será submetido novamente a parecer das Entidades
	O capítulo 5 refere-se às consultas às Entidades, elencando as da Comissão Consultiva e destacando as ERAE. De referir, apenas, que poderão haver outras Entidades a considerar, por serem fornecedoras de informação, nomeadamente o INE.	Existe um conjunto infidável de entidades de são consultadas em sede de apoio documental/ dados, no entanto as ERAE consultadas foram as mesmas consultadas em sede do processo de Revisão do PDM, não sendo no entanto uma consulta fechada ou excluída. Não considera que o INE, seja ERAE, mas sim uma entidade que disponibiliza um conjunto de informação estatística de base que sustenta muitas das análises produzidas.
	Este capítulo, sugere-se que seja desenvolvido no RA, em respeito a um Quadro de Governança implementação do plano e respetiva monitorização ambiental.	Questão que será ponderada

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	<p>Combustíveis Da análise à documentação referida, verifica-se a ausência de elementos suscetíveis de condicionar a instalação de infraestruturas na área dos combustíveis, nomeadamente no que respeita à definição de objetivos de sustentabilidade e de indicadores presentes no relatório de fatores críticos.</p>	O processo de AAE não está a avaliar projetos concretos. Em termos teóricos essa dimensão não se afigura uma preocupação, atendendo aos FCD definidos e as QRE identificadas
	<p>Energia Elétrica A Tabela 6 Quadro de Referência Estratégico de Âmbito Nacional do Relatório de FCD's deveria haver referência ao PNEC 2030 - Plano Nacional Para a Energia e Clima 2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020 de 10 de julho, que estabelece os objetivos da política climática e energética nacional. Sugere-se a atualização do QRE em conformidade.</p>	Sugestão aceite para incluir no QRE
	Para completa caracterização da situação existente, ou em projeto, relativamente a centrais electroprodutoras a partir de fontes de energia renovável, sejam consultados os Serviços Web da DGEG podendo esta consulta ser realizada através de serviços Web (www.dgeg.gov.pt - Serviços online - Informação Geográfica);	Verificar se há projetos com potenciais impactes na Guarda, mas está muito dependente das opções do PDM
	<p>Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos Indica a n/ Direção de Serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos (DSRHG) que no território do Município da Guarda não existem recursos hidrogeológicos ou geotérmicos qualificados ou em vias de qualificação.</p>	
	<p>Concessões Mineiras (Depósitos Minerais) Informa a n/ Direção de Serviços de Estratégia e Fomento dos Recursos Geológicos (DSEFRG) que à presente data, da análise da documentação disponibilizada no âmbito da presente consulta (Relatório dos fatores críticos no âmbito da AAE, junho 2023) nada há a comentar relativamente aos depósitos minerais.</p>	
	<p>Pedreiras (Massas Minerais) “Analisado o documento, da fase de AAE para a Revisão do PDM da Guarda e no que se refere à exploração de massas mineraias verifica-se que da análise dos fatores estudados, as pedreiras e minas ocupam uma área de cerca de 14,5 ha, o que para a área do concelho representa um fator importante a analisar e valorizar nas fases seguintes.</p>	Verificar a situação de inclusão em sede de RA

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	<p>Parte da superfície do concelho é atravessada por corredores ecológicos definidos no PROF e insere ainda área do Parque Natural da Serra da Estrela, e sendo os solos mais férteis, os aluviossolos e solos de baixas, representam no seu conjunto cerca de 10% da superfície do concelho e os afloramentos rochosos estão representados em 13% da superfície do concelho os solos com elevada ou moderada aptidão para a atividade agrícola, ou que assumem relevância em termos de economia local ou regional, integrados na Reserva Agrícola Nacional do concelho da Guarda, ocupam apenas 10% da área concelhia, assim a ocupação do solo com explorações de massas minerais deverá ser salvaguardada e prevista, localizando as pedreiras atualmente existentes no concelho e definido as áreas de expansão e prevendo a existência de atividades de transformação dos materiais explorados no local dessas explorações, potenciando uma atividade económica que representará um fator forte no concelho.</p> <p>Assim deverão ainda prever-se e estudar-se a viabilidade da existência de explorações de massas minerais nas várias categorias de solo rustico, conforme estabelece e prevê a legislação vigente.”.</p>	<p>Matéria para o procedimento de Revisão do PDM. No caso do RA importa avaliar a compatibilização dessa opção estratégica com outras como a promoção da biodiversidade, por exemplo.</p> <p>Matéria referente ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Guarda</p>
Polícia de Segurança Pública (PSP)	Concorda com o conteúdo dos documentos analisados e emite parecer favorável.	
Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)	<p>No documento analisado constatarem-se apenas diversos apontamentos relativos ao setor das telecomunicações, relativamente aos quais esta Autoridade não coloca qualquer objeção.</p> <p>Nesta conformidade, o parecer desta Autoridade relativo ao conteúdo do documento em causa presente na PCGT, é favorável.</p>	
Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAP C)	<p>Decorrente das 3 primeiras QE referenciadas seria de esperar que na "Qualificação e Promoção do Território" fossem identificados indicadores relativos ao solo rústico na área de valorização e promoção dos espaços/atividades agrícolas/rurais, nomeadamente no que diz respeito a caminhos agrícolas/rurais, estruturação fundiária, infraestruturas de rega e drenagem, escoamento e promoção de produtos da pequena agricultura. Neste contexto sugerem-se os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - intervenção de beneficiação em infraestruturas <p>Considera que o esforço para a avaliação dos impactos da implementação dos IGT's sobre os territórios/atividade agro-rurais pode contribuir para um melhor conhecimento dos fatores que levam ao abandono agrícola. No contexto de um território eminentemente rural, não se encontra qualquer elemento que promova os espaços agrícolas, nomeadamente na melhoria ou implementação de infraestruturas de valorização dos produtos endógenos que desempenham um papel importante na valorização e dinamização dos territórios, com especial ênfase nos dominados territórios de baixa densidade, como é o caso da Guarda.</p>	<p>Sugestão aceita, dependente de informação a ser disponibilizada pela entidade e/ou município</p> <p>Esta matéria será objeto de ponderação no FCD 2, mas mais uma vez condicionada à existência de informação que ateste a respetiva dinâmica.</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	<p>No QRE não toma em consideração a maior parte dos documentos estratégicos nas áreas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - Estratégia Nacional para os efluentes agropecuários e Agroindustriais 2030 - Regadio 2030 - Estratégia Nacional para a agricultura biológica - Plano Estratégico da PAC 2023-2027 para a agricultura Portuguesa - Estratégia de Desenvolvimento Local <p>No âmbito do QRE considera pertinente a avaliação da convergência entre os diferentes programas e os objetivos estratégico contidos nestes documentos estratégicos da área da Agricultura e Desenvolvimento Rural</p> <p>No capítulo 2.3 Solo é referido incorretamente que a nomenclatura da Carta de Solos de Portugal à escala 1:25000 é com base na metodologia da FAO quando na verdade, +e a do Ex-serviço de reconhecimento do Ordenamento Agrário</p> <p>Parecer favorável condicionado ao acolhimento das observações e contributos enumerados</p>	<p>Sugestão aceite para incluir no QRE</p> <p>A AAE avalia a convergência das opções destes programas com as questões estratégicas identificadas decorrentes dos objetivos que se pretendem com a Revisão do PDM</p> <p>Situação que será corrigida, embora o Relatório em questão não será submetido novamente a parecer das Entidades</p>
Turismo de Portugal	<p>Emite-se parecer favorável condicionado à retificação sobre os indicadores de avaliação, chamando-se, ainda, a atenção para as recomendações também constantes no parecer técnico que antecede.</p> <p>No FCD 3 - “Qualificação e Promoção do Território” que apresenta o indicador “Capacidade de alojamento”, sendo o único indicador diretamente relacionado e que permite avaliar a atividade turística no concelho.</p> <p>Propõe os seguinte indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No que se refere ao indicador “Capacidade de alojamento”, entende-se que identifica dois indicadores relativos à oferta turística: um referente à capacidade de alojamento turístico em empreendimentos turísticos (ET) e outro à capacidade de alojamento turístico em estabelecimentos de alojamento local (AL). Para o efeito, sugere-se retificar para “Capacidade de alojamento em ET (n.º camas/utentes)” e “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de AL (n.º de utentes)”, cuja informação está disponível no SIGTUR - Deverá ser aprofundado o âmbito do indicador “Visitas”, pois tal como está apresentado, não permite avaliar a abrangência do mesmo. Tratando-se de um indicador relativo à procura turística, seria interessante aprofundar-se esta vertente, eventualmente através da apresentação de dados relativos, por exemplo, à visitação no concelho (“N.º de visitantes”) de bens naturais, patrimoniais, ou outros, que são referenciados como fatores de atração de visitantes e turistas, dados possivelmente a obter junto da própria Câmara Municipal/ Posto de Turismo e das entidades com competências na gestão destes recursos. 	<p>Sugestão aceite de incluir no RA, referente diferenciação dos indicadores entre ET e AL.</p> <p>Relativamente à informação sobre à visitação, verificar se existe informação suficiente para abordar e analisar como indicador</p>

ENTIDADE	PRINCIPAIS ASPETOS FOCADOS NO PARECER	COMENTÁRIOS EQUIPA TÉCNICA
	<p>Na referida Tabela 16 da Pág. 50, no que respeita ao turismo, propõe-se que a ET27 estabeleça uma relação mais forte com a QE 1 - “Valorização Ambiental; dada a importância que esta QE representa para o desenvolvimento da atividade turística no concelho, assim como para o cumprimento dos requisitos e metas de sustentabilidade ambiental preconizadas no referido documento estratégico do turismo, contribuindo deste modo para o uso eficiente dos recursos e para a valorização de boas práticas de sustentabilidade por parte das empresas do turismo e dos próprios destinos turísticos.</p>	<p>Sugestão aceite</p>

ANEXO 3 - MATRIZES DE AFINIDADES ENTRE AS QE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA E O QRE

Tabela 57 | Matriz de afinidade entre o PNPOT e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNPOT	Gerir os recursos de forma sustentável	+	+	-	-	-
	Promover um sistema urbano policêntrico	-	+/-	+/-	+	+/-
	Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial	-	+	+	-	+
	Reforçar a conectividade interna e externa	+	+/-	+/-	+	+/-
	Promover a governança territorial	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 58 | Matriz de afinidade entre o PNCT e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNCT	Eixo 1 - Um território interior + coeso	-	+/-	+	-	+
	Eixo 2 - Um território interior + competitivo	-	+/-	+	-	-
	Eixo 3 - Um território interior + sustentável	+	+/-	+/-	-	+/-
	Eixo 4 - Um território interior + conectado	-	+/-	+/-	+	+
	Eixo 5 - Um território interior + colaborativo	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 59 | Matriz de afinidade entre o PRR e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PRR	Resiliência social, económica e territorial do país	+/-	+	+	+/-	+
	Transição climática, centrada em áreas estratégicas como o mar, mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios e as energias renováveis.	+	+	+/-	-	+/-
	Transição digital, procurando responder à necessidade de dispor de estruturas digitais eficazes para responder à desmaterialização de aprendizagens, transações e processos e possibilitar o trabalho remoto.	-	+/-	+	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 60 | Matriz de afinidade entre o PNI 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNI 2030	Coesão - Reforçando a coesão territorial, em particular através da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural	+	+/-	+	+/-	+
	Competitividade e inovação - aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica	-	+/-	+/-	+	+/-
	Sustentabilidade e Ação Climática - Promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas	+	+/-	+/-	-	+/-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 61 | Matriz de afinidade entre o PANCD as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PANCD	Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis	+	+/-	+/-	-	-
	Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas	+	+/-	+/-	-	-
	Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis	+	+/-	+/-	-	-
	Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUD e o PANCD	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 62 | Matriz de afinidade entre o PSRN2000* as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PSRN2000	Salvaguarda e valorização das zonas especiais de conservação e das zonas de proteção especial	+	+/-	-	-	-
	Manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável	+	+/-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 63 | Matriz de afinidade entre o PENSAARP2030 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PENSAARP2030	A eficiência dos serviços passa por assegurar a governação e estruturação do setor, a organização das entidades gestoras, a alocação de recursos financeiros, a eficiência hídrica e a eficiência energética e descarbonização	+/-	-	-	-	-
	A eficácia dos serviços passa por assegurar a acessibilidade física, a continuidade e fiabilidade, a qualidade das águas distribuídas e rejeitadas, a segurança, resiliência e ação climática e a equidade e acessibilidade económica	+/-	-	-	-	-
	A sustentabilidade dos serviços passa por assegurar a sustentabilidade económica e financeira, infraestrutural, da utilização de recursos, do capital humano e do conhecimento	+/-	-	-	-	-
	A valorização dos serviços passa por assegurar a valorização empresarial e económica, ambiental e territorial, societal, da transparência e responsabilização e do desenvolvimento sustentável	+/-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 64 | Matriz de afinidade entre o PEPAC 2023-2027 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PEPAC	Atividade produtiva suportada no princípio de uma “gestão ativa” do território	+/-	+/-	+/-	-	-
	Solo como principal ativo dos agricultores e produtores florestais e associado ao uso dos restantes recursos naturais	+	+/-	+/-	-	-
	Sustentabilidade económica, social e ambiental permitindo assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais	+	+	+/-	-	-
	Desenvolvimento do setor baseado no conhecimento	-	-	+/-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 65 | Matriz de afinidade entre o PNGR 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNGR 2030	Prevenir a produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade	+	+/-	-	-	-
	Promover a eficiência na utilização dos recursos, contribuindo para uma economia circular	+	+/-	-	-	-
	Reduzir os impactos ambientais negativos, através de uma gestão de resíduos integrada e sustentável	+	+/-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 66 | Matriz de afinidade entre o PERSU 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PERSU 2030	Reduzir a produção e perigosidade dos RU	+	+/-	-	-	-
	Promover a recolha seletiva e tratamento adequado	+	+/-	-	-	-
	Assegurar a valorização dos resultantes do tratamento dos RU	+	+/-	-	-	-
	Reforçar os instrumentos económico-financeiros	-	-	-	-	-
	Assegurar a sustentabilidade económica e capacitação do setor	-	-	-	-	-
	Comunicar e monitorizar o plano	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 67 | Matriz de afinidade entre o PNEC 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNEC 2030	OBJETIVO 1- Descarbonizar a economia nacional	+	+/-	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 2. Dar prioridade à eficiência energética	+	+	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 3 - Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país	+	+/-	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 4 - Garantir a segurança de abastecimento	-	-	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 5 - Promover a mobilidade sustentável	+	+/-	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 6 - Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono	+	+/-	+/-	-	+/-
	OBJETIVO 7 - Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva	+/-	+/-	+/-	-	-
	OBJETIVO 8 - Garantir uma transição justa, democrática e coesa	+/-	+/-	+	-	+/-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 68 | Matriz de afinidade entre o PNGIFR e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNGIFR	Valorizar os espaços rurais	+	+/-	-	-	+/-
	Cuidar dos espaços rurais	+/-	+/-	+/-	-	-
	Modificar comportamentos	+	+/-	+/-	-	-
	Gerir o risco eficientemente	+	+/-	+/-	-	+/-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 69 | Matriz de afinidade entre o PNA e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNA	Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição	+	+/-	-	-	-
	Assegurar disponibilidade da água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas	+	+/-	-	-	-
	Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água	+	+/-	-	-	-
	Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes	+	+/-	-	-	-
	Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos	+	+/-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 70 | Matriz de afinidade entre o PNRadão e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNRADÃO	O.P.1 - Definição de orientações metodológicas	-	-	-	-	-
	O.P.2 - Promoção da investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-
	O.P.3 - Gestão e redução da exposição	+/-	-	-	-	-
	O.P.4 - Promoção da qualidade da prestação de serviços	-	-	-	-	-
	O.P.5 - Divulgação e gestão da informação	-	-	-	-	-
	O.P.6 - Comunicação e interação com o público	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 71 | Matriz de afinidade entre o PNR2000 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PNR2000	<i>Sem objetivos estratégicos ou operacionais definidos</i>	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 72 | Roteiro para a Neutralidade Carbónica as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
RNC2050	Promover a transição para uma economia competitiva, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar	+/-	+/-	+/-	-	-
	Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050	-	-	-	-	-
	Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas	+/-	-	-	-	-
	Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica	-	-	+/-	-	-
	Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento	-	-	-	-	-
	Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território	+/-	+/-	-	-	+/-
	Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governação) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais	-	-	-	-	-
	Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 73 | Matriz de afinidade entre a ENAAC 2020 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ENAAC 2020	Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas	+/-	+/-	-	-	-
	Implementar medidas de adaptação	+	+/-	-	-	+/-
	Promover a integração da adaptação nas políticas setoriais	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 74 | Matriz de afinidade entre a ENCNB 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ENCNB 2030	Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural	+	+/-	+/-	-	-
	Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural	+/-	+/-	+/-	-	-
	Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade	+	+/-	+/-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 75 | Matriz de afinidade entre a ET27 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ET27	Valorizar o território e as comunidades	+/-	+	+/-	-	+
	Impulsionar a economia	-	+/-	+	-	+/-
	Potenciar o conhecimento	-	-	-	-	-
	Gerir redes e conectividades	-	-	+/-	+/-	-
	Projetar Portugal	-	-	-	+/-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 76 | Matriz de afinidade entre a ENF e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ENF	Minimização de riscos de incêndios e agentes bióticos	+	+/-	-	-	-
	Especialização do território	-	+/-	+/-	-	-
	Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos	+/-	+/-	+/-	-	-
	Internacionalização e aumento do valor dos produtos	-	-	+/-	-	-
	Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor	-	-	+/-	-	-
	Racionalização e simplificação dos instrumentos de política	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 77 | Matriz de afinidade entre a Estratégia Nacional do Regadio 2030 (em elaboração) as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		¹³ AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
REGADIO 2030	Aumentar a disponibilidade de água para fins agrícolas	-	-	-	-	-
	Melhorar o uso da água para fins agrícolas, procurando reduzir a necessidade de água pelas culturas	+	-	-	-	-
	Fomentar o conhecimento na gestão dos recursos hídricos para a agricultura	+/-	-	-	-	-
	A consolidação dos sistemas de monitorização e de decisão relacionados com uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos, otimizando o uso de água pelas culturas	+	-	-	-	-
	A definição de um sistema de avaliação de desempenho dos sistemas de abastecimento de água em agricultura, que permita identificar práticas suscetíveis de melhoria e potenciais necessidades de intervenção e investimento	-	-	-	-	-
	A monitorização das utilizações com a agregação e consolidação dos volumes captados e aduzidos	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

* ¹³ Foram considerados os princípios orientadores constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º68/2023, de 7 de julho

Tabela 78 | Matriz de afinidade entre a ENEAPAI 2030 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ENEAPAI 2030	Eixo 1 - Cumprimento do normativo ambiental e setorial	+/-	-	-	-	-
	Eixo 2 - Constituição da estrutura de acompanhamento da ENEAPAI	-	-	-	-	-
	Eixo 3 - Promoção de soluções e modelos de gestão sustentáveis	+/-	-	-	-	-
	Eixo 4 - Envolvimento dos territórios e das entidades gestoras locais e/ou regionais	-	-	-	-	-
	Eixo 5 - Promoção de um quadro de I&D&I, de formação e de comunicação	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 79 | Matriz de afinidade entre a ENAB as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ENAB	Fomentar a expansão das áreas de produção biológica nos setores da agricultura, da pecuária e da aquicultura, através da melhoria da sua viabilidade técnica e do reforço da sua atratividade económica	+/-	+/-	+/-	-	-
	Aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos em produção biológica, promovendo a sua competitividade e a sua rentabilidade comercial nos mercados interno e externo	+/-	+/-	+/-	-	-
	Desenvolver a procura de produtos biológicos, através da estruturação das fileiras, a abertura de novos mercados, a promoção da sua notoriedade, da sua disponibilidade e do reforço da confiança e credibilidade junto do consumidor	-	-	-	-	-
	Promover o conhecimento, e elevar o nível de competências sobre a agricultura e produção biológica nas condições edafoclimáticas específicas nacionais	-	-	+/-	-	-
	Dinamizar a inovação empresarial	-	-	+/-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 80 | Matriz de afinidade entre o PROT-C e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PROT-C	O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu	-	-	+	+	-
	A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais	+	+/-	+/-	+/-	-
	O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico	+/-	+/-	+	+/-	+
	A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas	-	-	+/-	-	-
	O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral	-	-	-	-	-
	O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior	-	-	+/-	+	+/-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 81 | Matriz de afinidade entre o PO-C e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PO-C 2030	Centro + Competitivo, investindo na inovação, digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo	-	+/-	+	-	-
	Centro + Verde, investindo na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável	+	+/-	+/-	-	+/-
	Centro + Conectado, através de intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional	-	+/-	+/-	+	+
	Centro + coeso + próximo dos cidadãos, através do apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável	-	+/-	+	-	+
	Centro + Social e Inclusivo, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde	-	+	+/-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 82 | Matriz de afinidade entre a RIS C3NTR0 as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
RIS C3NTR0	Valorizar recursos endógenos naturais	+	+/-	+	+/-	-
	Desenvolver soluções industriais sustentáveis	+/-	-	+	+/-	+/-
	Mobilizar tecnologias para a qualidade de vida	-	+	+	-	-
	Promover inovação territorial	-	-	+	-	+

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 83 | Matriz de afinidade entre o POPNSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
POPNSE	Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à recuperação dos habitats e das espécies da flora e fauna indígenas, em particular os valores naturais de interesse comunitário	+	+/-	-	-	-
	Promover o desenvolvimento rural, através do desenvolvimento de ações de promoção e valorização das atividades económicas tradicionais compatíveis com a salvaguarda dos valores naturais	+/-	+/-	+	-	-
	Assegurar a salvaguarda do património cultural da região em complementaridade com conservação da natureza e da biodiversidade	+/-	+/-	+/-	-	+
	Promover a educação ambiental, a divulgação e o reconhecimento dos valores naturais e culturais, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção	+	+/-	-	-	-
	Promover e divulgar o turismo de natureza, sem que daí advenham riscos para a conservação dos valores naturais e paisagísticos	+/-	-	+	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 84 | Matriz de afinidade entre o PROF CI e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PROF CI	OE1 - Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos	+	+/-	-	-	-
	OE2 - Especialização do território	+/-	+/-	-	-	+/-
	OE3 - Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos	+/-	+/-	+/-	-	-
	OE4 - Internacionalização e aumento do valor dos produtos	-	-	+/-	-	-
	OE5 - Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor	-	-	+/-	-	-
	OE6 - Racionalização e simplificação dos instrumentos de política	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 85 | Matriz de afinidade entre o PGRH Douro, Vouga, Mondego e Lis e PGRH Tejo e Riberias do Oeste e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PGRH VOUGA MONDEGO E LIS E PGRH TEJO E RIBEIRAS DO OESTE	OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água	-	-	-	-	-
	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	+/-	+/-	+/-	-	-
	OE3 - Attingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água	+	+/-	+/-	-	-
	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	+	+/-	+/-	-	-
	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	+	+/-	+/-	-	-
	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	+	+/-	+/-	-	-
	OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água	-	+/-	+/-	-	-
	OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais	-	-	-	-	-
	OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais	-	-	-	-	-
	OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água	+/-	+/-	+/-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 86 | Matriz de afinidade entre o PE@CIMBSE 2030 e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PE@CIMBSE 2030	EE1 - Capacitação	-	-	-	-	-
	EE2 - Sustentabilidade e Qualidade de Vida	+/-	+	+/-	+/-	+/-
	EE3 - Mobilidade(s): Acessibilidades e Movimentos i(e)migratórios	-	+/-	+/-	+/-	+/-
	EE4 - Excelência Ambiental	+	+	+/-	-	-
	EE5 - Inovação Institucional, Económica e Social	-	+/-	+	+	-
	EE6 - Ecossistemas Urbanorurais	-	+/-	+/-	-	+

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 87 | Matriz de afinidade entre o PIAAC-BSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PIAAC-BSE	Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida	+/-	+/-	-	-	-
	Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação	+	+	+/-	-	-
	Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;	+	+/-	+/-	-	-
	Cooperar a nível internacional - abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 88 | Matriz de afinidade entre o PAMUS BSE e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PAMUS BSE	Promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas	+/-	+/-	+/-	-	+/-
	Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura	-	+/-	+/-	-	-
	Promover a intermodalidade no sistema de transportes coletivos	-	+/-	+/-	-	+/-
	Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas	-	+/-	+/-	-	+/-
	Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada	-	+/-	+/-	-	
	Organização da logística produtiva e minimização dos impactes associados ao tráfego de pesados	+/-	+/-	+/-	-	+/-
	Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e da informação	-	-	-	-	-
	Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 89 | Matriz de afinidade entre o PEDU e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PEDU	PARU					
	Promover a área de intervenção como espaço de vida, qualificando e modernizando o espaço público e os edifícios públicos e as condições de acesso a equipamentos de proximidade, que ajudem a construir uma cidade socialmente mais coesa e integrada	-	+/-	+/-	+/-	+
	Promover a área de intervenção como espaço de residência, estimulando a reabilitação e a revitalização urbanas de edifícios privados, em simultâneo com a qualificação e a modernização do espaço público	-	+/-	+/-	+/-	+
	Promover a área de intervenção como espaço económico, adaptando espaços de acolhimento de iniciativas produtivas, contribuindo para um ambiente urbano dinamizador de criatividade e de inovação social	-	+/-	+	+/-	+
	PAICD					
	Promover a inclusão social das pessoas em risco de pobreza e exclusão social	-	+	+	-	+/-
	Promover a melhoria das condições de vida das famílias ao nível das respostas sociais	-	+	+	-	+/-
	Promover as condições habitacionais e as respostas face às necessidades de habitação	-	+/-	+	-	-
	Criar respostas sociais e melhorar a cobertura das respostas existentes, nomeadamente para as crianças	-	+/-	+	-	-
	Diminuir as situações de isolamento e de pobreza, particularmente dos estratos etários mais avançados	-	+/-	+	-	-
Contribuir para o esbatimento dos preconceitos associados aos moradores de habitação social	-	+/-	+	-	-	

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 90 | Matriz de afinidade entre a ELH e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
ELH	Solucionar os problemas emergentes em matéria de Habitação Social	-	+/-	+	-	+/-
	Investir no parque habitacional a fim de captar, atrair e fixar população	-	+/-	+	-	+/-
	Garantir o acesso a uma habitação, a custos controlados, com condições de habitabilidade e conforto a todas as famílias	-	+/-	+	-	
	Intervir no edificado, priorizando a reabilitação e qualificação dos espaços urbanos	-	-	+	-	+
	Incentivar o 3º setor e os privados a promover a reabilitação para habitação	-	-	+	-	+/-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)

Tabela 91 | Matriz de afinidade entre o PMEC e as QE da AAE da Revisão do PDM da Guarda

		AAE DA REVISÃO DO PDM DA GUARDA				
		QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
PMEC	Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe	-	-	-	-	-
	Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil	-	-	-	-	-
	Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil	-	-	-	-	-
	Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver	-	-	-	-	-
	Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes	-	-	-	-	-
	Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe	-	-	-	-	-
	Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade	-	-	-	-	-
	Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique	-	-	-	-	-
	Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes	-	-	-	-	-
	Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência	-	-	-	-	-

Legenda: Ligação Fraca (-); Ligação Média (+/-); Ligação Forte (+)



CTGA PARK

Rua dos Morais, n.º 70
Taveiro
3045-487 Coimbra
Portugal

tel +351 239 704 576

fax +351 239 405 880

ctga.geral@ctga.pt



excelência'16



excelência'17



excelência'18